

Novembro de 2006 • Ano 3 • nº 28

www.desafios.org.br

desafios

do desenvolvimento



ipea

Depois de duas décadas em tramitação, poderá ser aprovada ainda neste ano a lei que regula o sistema de saneamento básico. Definição é fundamental para novos investimentos

desafios



ISSN 1806-9363 R\$ 8,90



9771806936008 00028

TECNOLOGIA

Conheça Tikuna, o quarto e mais novo submarino projetado e construído no Brasil

GESTÃO PÚBLICA

Lei de Responsabilidade Fiscal reduz dívidas dos municípios. Só 12 estão acima do limite

GOURMET

Exportação de café vive novo ciclo de expansão graças às combinações sofisticadas do grão



desafios

do desenvolvimento

Sumário

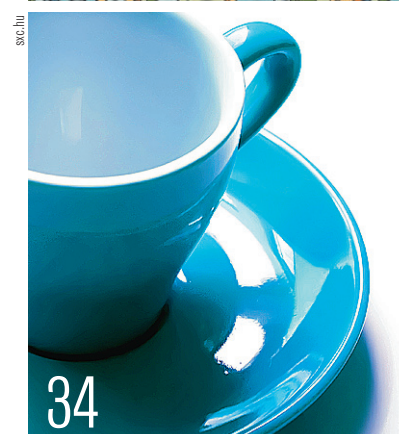
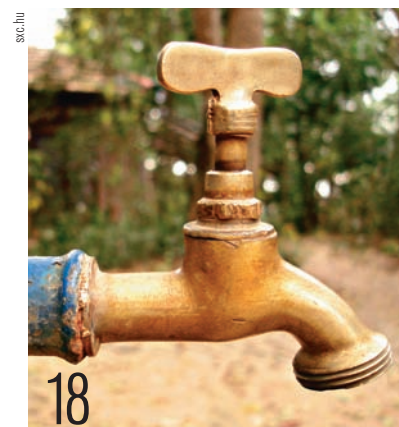
- 8 Entrevista Jorge Mattar**
É preciso inovar e persistir para que as políticas públicas dêem resultados
- 18 Saneamento Hora da decisão**
Congresso e Justiça podem destravar o investimento em saneamento
- 26 Gestão Pública Na conta certa**
Com as contas em ordem, municípios devem aplicar mais em programas sociais
- 34 Agricultura A nata do café**
Grãos especiais melhoram o desempenho do produto brasileiro no exterior
- 40 Saúde Em busca do remédio**
Estudo do Ipea relaciona providências necessárias para melhorar o setor da saúde
- 48 Tecnologia O submarino verde-e-amarelo**
O Tikuna tem equipamentos de ponta desenvolvidos no Brasil
- 54 Melhores Práticas Rocinha fashion**
Como cem mulheres moradoras do morro carioca ganharam fama no mundo da moda

Seções

- 6 Giro**
- 60 Circuito**
- 62 Estante**
- 64 Indicadores**
- 66 Cartas**

Artigos

- 14 Debate sem fronteiras**
Reforma tributária
- 33 Paulo Mente**
Os seguros sociais latino-americanos
- 47 Roberto Passos Nogueira**
A questão do médico em saúde da família



Carta ao leitor

Mais uma vez a edição de **Desafios** está sendo concluída no dia em que os brasileiros vão às urnas decidir quem será o presidente pelos próximos quatro anos. Durante seus dois anos e três meses de existência, **Desafios** expôs e discutiu incansavelmente os problemas a serem enfrentados por aqueles que estão no comando da nação. Desta vez não é diferente. A reportagem “Em busca do remédio” trata das urgentes medidas que precisam ser adotadas para aumentar a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população. Entre elas definir melhor a relação entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e os planos privados. Também é necessário coordenar a participação de outros setores importantes para a saúde, como o controle da violência e as condições de moradia dos mais pobres. Por falar nessas condições, a reportagem de capa traz a boa notícia de que, após quase vinte anos de espera, talvez seja aprovada ainda neste ano a regulamentação do setor de saneamento. Esse marco pode e deve atrair um volume maior de investimentos privados, que vêm em boa hora para reduzir o vergonhoso indicador de 76% dos domicílios sem serviço de esgoto. Espera-se que a mudança ajude a desonerar muitos estados e municípios, obrigados a cobrir os rombos de suas deficitárias empresas de saneamento. Há outra matéria que fala sobre as contabilidades do governo. A reportagem “Na conta certa” mostra que, seis anos depois da entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, quase todas as prefeituras conseguiram adaptar seu orçamento aos novos limites. Mas isso não quer dizer que estejam todos de acordo. A Confederação Nacional de Municípios acredita que os gastos sociais devem receber tratamento diferenciado e propõe uma nova fórmula de cálculo de desempenho fiscal. Por fim, para dar um sabor especial a esta edição, trazemos a reportagem “A nata do café”. Ela mostra os novos mercados que estão sendo conquistados pelo produto brasileiro, desta vez envolto no charmoso rótulo de café gourmet. Boa leitura!

Andréa Wolffenbüttel, Jornalista Responsável

Cartas ou mensagens eletrônicas devem ser enviadas para: cartas@desafios.org.br
 Diretoria de redação:
 SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 801 - CEP 70076-900 - Brasília, DF
 Visite nosso endereço na internet: www.desafios.org.br

Patrocínio

CAIXA

desafios
do desenvolvimento

www.desafios.org.br

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

PRESIDENTE Luiz Henrique Proença Soares

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)

REPRESENTANTE INTERINO NO BRASIL Lucien Muñoz

DIRETOR-GERAL Luiz Henrique Proença Soares

ASSISTENTE Mary Cheng

CONSELHO EDITORIAL Andréa Wolffenbüttel, Bruno Araújo, Divonzir Gusso, Glauco Arbix, João Carlos Magalhães, Karla P. Correa, Leonardo Rangel, Lucien Muñoz, Luiz Fernando L. Resende, Luiz Henrique P. Soares, Mary Cheng, Murilo Lobo, Pérsio Davison, Renato Villela

Redação

SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 801
 CEP 70076-900 - Brasília, DF
 Tel.: (61) 315-5188 Fax: (61) 315-5031

JORNALISTA RESPONSÁVEL Andréa Wolffenbüttel

Colaboradores

TEXTO Ottoni Fernandes Jr., Lia Vasconcelos, Eliana Simonetti, Marina Nery, Manoel Schlindwein e Gustavo de Paula

FOTOGRAFIA Luciana Francesco e Ricardo Moraes

REVISÃO Ivana Gomes

ARTE E DIAGRAMAÇÃO Renata Bueno Design
 Renata Bueno, Rafaela Ranzani e Júlia Freitas Elias

FOTO DA CAPA Kroeger/Gross/Getty Images

Circulação e Publicidade

Rua Urussuí, 93, 13º andar
 CEP 04542-050 - São Paulo, SP
 Tel./Fax: (11) 3073-0722

Administração Instituto Uniemp
 Av. Paulista, 2198, conjunto 161
 CEP 01310-300 - São Paulo, SP
 Tel.: (11) 2178-0466 Fax: (11) 3283-3386

Assinaturas Teletarget
 Tel.: (11) 3038-1479 Fax: (11) 3038-1415
desafios@teletarget.com.br

Atendimento ao Jornaleiro LM&X
 Tel.: (11) 3865-4949

Impressão Prol Editora Gráfica

Distribuição Dinap S.A. Distribuidora Nacional de Publicações

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Organização das Nações Unidas

OS ARTIGOS E REPORTAGENS ASSINADOS NÃO EXPRESSAM, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DO IPEA E DO PNUD.
 É NECESSÁRIA A AUTORIZAÇÃO DOS EDITORES PARA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTEÚDO DA REVISTA.

Pesquisa **Andréa Wolffenbüttel**
 Texto **Eliana Simonetti**

GIRO

Fotos sxc.hu



Comércio exterior

Caixinha, obrigado

De acordo com levantamento elaborado pela organização não-governamental Transparência Internacional, os exportadores brasileiros estão entre os mais propensos a aceitar propinas na hora de fechar negócios. A entidade avaliou empresas de trinta países, responsáveis por 82% das exportações mundiais. O Brasil ficou em 23º lugar. Os primeiros colocados, ou seja, os mais honestos, são os comerciantes da Suíça, Suécia, Austrália, Áustria, Canadá, Reino Unido e Alemanha. Abaixo do Brasil estão Rússia, Índia,

China, África do Sul, Malásia, Taiwan e Turquia. Além do Brasil, o único país latino-americano a ser incluído na lista foi o México, ocupando o 17º posto. A diretora da Transparência Internacional para as Américas, Silke Pfeiffer, declarou que a posição do Brasil mostra que suas empresas não se comportam de forma limpa, postura que refletiria o nível de corrupção no país. Mais detalhes podem ser obtidos no site da Transparência Internacional: www.transparency.org.

Transporte aéreo

De volta aos céus do Brasil

Depois de atravessar a pior crise de sua história, a Varig, com novos controladores, começa a recuperar a qualidade de seus serviços. De acordo com os indicadores da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a companhia conseguiu manter a regularidade de 82% de seus vôos durante o mês de setembro, sendo que 92% deles saíram e chegaram no horário, o que lhe rendeu uma eficiência operacional de 75%. As notas não são nenhum recorde. Outras empresas, como a Gol e a TAM, tiveram desempenhos superiores, porém as marcas da Varig se destacam se comparadas com as do mês anterior. Em agosto, sua eficiência operacional foi de apenas 15%. Os indicadores referem-se aos trechos domésticos. Os fãs da primeira companhia de transporte aéreo nacional estão na torcida.

Reciclagem

O que fazer com os celulares?

Essa pergunta está tirando o sono dos ambientalistas da Organização das Nações Unidas (ONU). A constante evolução tecnológica e o lançamento de novos modelos fazem com que os aparelhos celulares sejam trocados, em média, a cada dezoito meses. Só na Europa, cerca de 125 milhões de aparelhos foram descartados no ano passado. Em busca de uma solução para o problema, a ONU convocou governos e empresas para um encontro em Nairóbi, no Quênia, no dia 27

deste mês. Vai colocar em discussão um acordo global para reciclagem de telefones celulares. A tendência é expandir para o mundo os acordos existentes na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, que responsabilizam os fabricantes pela coleta e reciclagem dos telefones. Os aparelhos contêm metais preciosos, como platina, cobre e alumínio, mas suas baterias recarregáveis oferecem perigo porque são, quase todas, fabricadas com metais pesados, como o cádmio.



Internet

Além do com.br

O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) anunciou quatro novos domínios que podem ser usados nos endereços de sites: blog.br, flog.br, vlog.br e wiki.br. Eles serão aplicados, respectivamente, a páginas de blogs, fotologs, videologs e sites wiki, como a Wikipedia. As novas terminações só estão disponíveis para pessoas físicas. A expansão dos endereços reflete o crescimento da Internet no Brasil. Em dez anos, a quantidade de domínios .br saltou de meros 851 para quase 1 milhão.

Preços

A conta do motorista

De janeiro à terceira semana de setembro, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), apontou uma inflação acumulada de cerca de 0,7%. Mas para quem tem um carro na garagem a conta ficou bem mais salgada: exatamente cinco vezes mais cara. O Índice de Manutenção do Carro (IMC), calculado pela Agência AutoInforme, uma agência de notícias especializada no mercado automobilístico, apurou que os preços de produtos, serviços, impostos e seguros pagos pelos

proprietários de automóveis subiram 3,5% durante os primeiros nove meses do ano. A alta taxa da “inflação do carro” foi consequência dos aumentos expressivos do álcool no início do ano. Os combustíveis (álcool e gasolina somados) têm o maior peso no cálculo do IMC, representando metade das despesas dos donos de automóveis. Outros itens também contribuíram. Em setembro, as baterias subiram 9,1% e o seguro 1,5%. Mais informações podem ser obtidas no site da AutoInforme: www.autoinforme.com.br.

Energia

A hora do carvão

Enquanto muitos pensam em energia nuclear, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) investe no aumento da participação do carvão mineral na matriz energética brasileira, que em 2005, ficou em modesto 1,8%. Um montante de 3,5 milhões de reais, proveniente do Fundo Setorial de Energia Elétrica, foi liberado para a capacitação de laboratórios em universidades, institutos e centros de pesquisa, além de treinamento de profissionais.

Economia

Haja informalidade!

Pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae) constatou que a quantidade de empresas informais no Brasil é o dobro do número de empresas formais. Há 10,3 milhões de empresas, na maioria pequenas, operando na informalidade, enquanto as firmas oficiais não passam de 5,1 milhões. Especialistas estimam que a economia informal responda por 30% a 40% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso quer dizer que, no ano passado, o setor informal teria sido responsável pela produção de cerca de 640 bilhões de reais. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) calculou que a informalidade, atualmente, atinge mais da metade (50,4%) da população economicamente ativa.

Exportações

Transgênicos na frente

Em setembro, pela primeira vez, o volume de soja transgênica embarcada no Porto de Paranaguá (PR) superou o do grão convencional. A marca só foi quebrada depois de uma briga judicial entre comerciantes e administradores do porto. Para evitar a contaminação do grão normal, os responsáveis pelo porto haviam destinado apenas um berço de escoamento para a soja transgênica. Essa limitação atrasava o embarque

e gerava fila de navios à espera da carga. No dia 15 de setembro, uma liminar da Justiça obrigou o porto a liberar outros berços para os transgênicos. O volume à espera era tão grande que, em duas semanas, o movimento superou o do embarque da soja tradicional. Agora, a administração do porto quer regras rígidas para a exportação das duas variedades, para não ser responsabilizada por eventuais contaminações.

Salários

Bolso vazio

Se você tem a sensação de que está ganhando menos do que algum tempo atrás, pode estar certo. Entre 2000 e 2004, o salário médio do trabalhador brasileiro encolheu 6,4%. Foi de 979,24 reais para 916,52 reais por mês. Quanto maior a empresa, maior o corte nos salários. Nas companhias com mais de cem funcionários, a queda foi de 7,7%. Nas que empregam de trinta a 99 pessoas, a redução foi de 3,1%. E, nas com menos de trinta trabalhadores, os salários caíram 0,2%. Nas 25 principais atividades econômicas, houve aumento do rendimento médio dos trabalhadores em apenas três: transporte aéreo; extração de petróleo e serviços relacionados; e transporte aquaviário. Nesse mesmo período, a inflação acumulada medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) foi de 51%.

ENTREVISTA

É importante que os países que crescem também melhorem os

Jorge Mattar



Inovação em políticas públicas

Por **Eliana Giannella Simonetti**, da Cidade do México

indicadores de pobreza. Caso contrário, de que serve ter competitividade?

O diretor da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) no México diz que é preciso persistir e ter paciência para que as políticas sociais surtam efeito e reduzam as desigualdades. E que competitividade e crescimento econômico não servem de nada se não beneficiam a população. Nesta entrevista, concedida em seu escritório, localizado no centro da Cidade do México, Jorge Mattar falou sobre os principais problemas enfrentados pelos países latino-americanos e sobre novas propostas de políticas públicas para superá-los.

Desafios – Era falsa a idéia que se tinha, no início dos anos 1990, de que o crescimento do comércio, a abertura dos mercados e a globalização beneficiariam a todos?

Mattar – Sim. A globalização mostrou ser positiva, já que a abertura dos mercados proporciona crescimento e difusão de novas tecnologias. Mas, se não existe relação entre o que acontece no ambiente externo e a população, não se verificam avanços. O Consenso de Washington recomendou que os países abrissem seus mercados, intensificassem o comércio, cuidassem de suas finanças e fortalecessem suas instituições, pois dessa forma tudo se ajustaria. Não foi o que se viu. O mercado sozinho não resolve todos os problemas. O consenso morreu e nada se arranjou. O que ele propunha era necessário, mas não suficiente. O cenário internacional é como um ringue em que pequenos países lutam contra gigantes poderosos. É preciso dar aos pequenos instrumentos para se defender. Nesse processo, a importância do Estado e das políticas públicas é imensa. Só as políticas públicas podem garantir que as pessoas excluídas de benefícios sejam favorecidas.

Desafios – Mas vivemos em tempos em que os governos não dispõem de recursos, são mais

pobres do que muitas corporações. Como investir em políticas públicas?

Mattar – A proposta da Cepal é que em cada país se faça um pacto fiscal e social. É necessário aumentar a arrecadação de impostos para que os governos tenham condições de investir em políticas sociais. Hoje, nenhum país latino-americano pode gastar mais de 15% do Produto Interno Bruto em programas sociais, pois a carga tributária é muito baixa. No México, por exemplo, representa 10% do PIB. É muito importante que os países, ao mesmo tempo em que crescem, melhoram sua economia e exportam, também avancem nos indicadores de pobreza, educação e saúde. Caso contrário, de que serve ter competitividade de que permita exportar ao Canadá e aos Estados Unidos? É preciso que haja transformação produtiva, desenvolvimento e crescimento com equidade. O remédio para a desigualdade é a educação pública de qualidade. O que se recomenda é que o Estado promova educação de qualidade e, assim, combata a pobreza. Então, ao cabo de uma geração, a população, com acesso à educação superior e melhor preparo, poderá optar por oportunidades de trabalho em que obtenha salários mais elevados.

Persistência na busca pela equidade

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) nasceu em 1948, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Seu objetivo original era trabalhar junto aos governos do subcontinente para promover o desenvolvimento econômico e social. No entanto, a recente globalização deu-lhe outro norte: o do reforço de vínculos regionais e do processo de integração, para que os mais pobres não sejam excluídos das oportunidades. Segundo Jorge Mattar, diretor do escritório da Cepal no México, seus principais desafios são a redução da pobreza, o fomento da equidade, o crescimento sustentável e a integração latino-americana. Todos difíceis de alcançar. Sua fórmula: persistência e paciência. Economista de 53 anos de idade, Mattar tem experiência. Formado na Universidade Anáhuac, na Cidade do México, com mestrado pela Universidade de Cambridge, na Inglaterra, é pesquisador da Cepal desde 1989. Entre outras atividades, coordenou projetos e missões de cooperação técnica relacionados a crescimento, comércio e competitividade em países da América Latina e do Caribe. Participou de seminários e conferências sobre desenvolvimento econômico na América Latina, Europa e Ásia. Mais recentemente, atuou nas negociações do Acordo de Livre Comércio das Américas (Alca), coordenando o comitê da Cepal, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), cujo objetivo era proteger as economias menos pujantes dos riscos resultantes de uma abertura descuidada a empresas e produtos norte-americanos. Quando os debates foram suspensos, em 2004, passou a assessorar países da América Central e dos Andes na formatação de tratados de livre-comércio com os Estados Unidos. A integração não se deu, e a equidade ainda parece um alvo distante, mas os acordos têm sido considerados satisfatórios.

Desafios – No Brasil, a carga tributária está em torno de 39% do PIB e, no entanto, falta dinheiro ao governo para investimentos sociais, e as empresas perdem competitividade.

Mattar – Esse é um problema. A resposta está no gasto eficiente do dinheiro arrecadado. Suécia, Noruega e Finlândia têm cargas tributárias das mais elevadas do mundo e são países altamente competitivos. Utilizam os recursos na melhoria de serviços de infra-estrutura, comunicações, educação. Quando são aplicados de forma correta, os impostos funcionam para melhorar a vida das empresas e da população. Criam empregos, reduzem a pobreza e aumentam a competitividade. A América Latina é a região do mundo onde se registra maior desigualdade. É muito importante que as políticas públicas ataquem esse problema, melhorando a competitividade e criando condições para uma sociedade mais igualitária. Os dados estatísticos indicam que o Brasil tem condições de melhorar seus índices de pobreza. Mas há outros fatores a considerar.

Desafios – Que fatores?

Mattar – Para combater a pobreza, investir em programas sociais, oferecer educação de qualidade e criar empregos, países como México e Brasil, que são as economias mais importantes da América Latina, devem crescer de forma sustentável, ou seja, 5% ao ano por quinze ou vinte anos. Temos crescido muito pouco – 3% ou 3,5% são taxas insuficientes. Não bastam sequer para dar emprego aos jovens que ingressam no mercado de trabalho. O México precisaria criar 1,2 milhão de postos de trabalho a cada ano, mas registra a abertura de apenas 400 mil vagas. O resultado é que 400 mil jovens vão para o mercado informal, e outros 400 mil emigram para os Estados Unidos. Em 2005, 580 mil mexicanos deixaram o país. O interessante é que isso não é necessariamente negativo.

Desafios – Como assim?

Mattar – O México é um dos poucos

países latino-americanos que registraram redução de desigualdade social entre 2000 e 2004. Uma das causas desse movimento foram as remessas de dinheiro de pessoas que vivem nos Estados Unidos para suas famílias – um valor equivalente a 3% do PIB em 2005. Outro fator que contribuiu para a melhora dos indicadores foi a implantação de um programa chamado Oportunidades, semelhante ao Bolsa Família no Brasil. No México, 5 milhões de famílias pobres recebem transferências, desde que as crianças apresentem bom desempenho escolar. Seria de esperar que esse investimento

*“Para combater a pobreza,
investir em programas
sociais e criar empregos,
países como México e Brasil,
as economias mais
importantes da América
Latina, devem crescer de
forma sustentável, ou seja,
5% ao ano por quinze
ou vinte anos”*

tivesse provocado uma rápida redução da pobreza. No entanto, as condições econômicas não têm sido as melhores. Se a economia não se expande, e não se criam empregos estáveis e bem remunerados, mesmo que haja educação o problema permanece.

Desafios – Como a Cepal avalia a qualidade e a eficiência dos investimentos sociais e das políticas públicas para a redução da pobreza?

Mattar – A Cepal se vale de dados de organismos internacionais e de governos. Com base nas informações do Banco Mundial, verificamos que nos

últimos quinze anos o gasto social aumentou na América Latina, em porcentagem do PIB e também em relação à população. Entretanto, os resultados não têm sido espetaculares. Em alguns casos, houve redução da pobreza e melhoria nas condições de vida, mas não num coeficiente significativo. Há muitas áreas para investir: educação, saúde, combate à pobreza. O problema é complexo e é preciso ter persistência e paciência para enfrentá-lo. Nesse sentido, são essenciais os pactos sociais. E, ainda assim, é necessário esperar uma geração para que os resultados apareçam.

Desafios – Que outros países melhoraram seu índice de desigualdade social?

Mattar – O Brasil melhorou um pouco, mas ainda tem desigualdade muito elevada. Também melhoraram Colômbia, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Uruguai e Peru. No Paraguai, a situação piorou muito. Assim como na Argentina, Bolívia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador. O Chile conseguiu uma boa inserção internacional aproveitando as oportunidades oferecidas pelos mercados da China, da Europa e dos Estados Unidos, os mais dinâmicos da atualidade. Já alcançou a meta do milênio de reduzir à metade a pobreza extrema. O que lhe falta é melhorar a distribuição de renda.

Desafios – Então o Chile reduziu a pobreza e não melhorou a distribuição de renda?

Mattar – Exatamente. Não há contradição. O Chile teve êxito na redução da pobreza, mas esse processo veio acompanhado de concentração de renda. Na América Latina, ainda não temos um exemplo de país que tenha alcançado competitividade, que tenha sido capaz de aumentar sua participação nos mercados internacionais e também de melhorar a qualidade de vida da população.

Desafios – O que fazer para que haja resultados em uma geração?

Luciana De Francesco



Luciana De Francesco



Mattar - É preciso crescer. E a educação pública de qualidade tem de ser acessível a todos, ou os pobres permanecerão excluídos. No México, uma universidade privada custa 1.000 dólares mensais, e 95% das pessoas não podem pagar esse valor. Por isso é muito importante que haja universidades públicas, e que elas formem pessoas em condições de competir com quem vem das escolas privadas. Em alguns círculos, fala-se que é preciso priorizar a educação primária e secundária, mas nós, na Cepal, pensamos que todos os níveis de ensino têm de ser priorizados. Afinal, de que serve ter boa educação primária e secundária se depois a qualidade do ensino é

baixa? Como as pessoas conseguirão empregos melhores? Como o país poderá se desenvolver?

Desafios - Que países conseguiram ganhar participação no mercado internacional e ao mesmo tempo melhorar a qualidade de vida da população?

Mattar - Irlanda, Coreia do Sul, Taiwan, Malásia, Cingapura, Espanha, Portugal. São países do sudeste asiático e da Europa, de industrialização recente. A Irlanda é um milagre econômico interessante, promovido por políticas governamentais que estimulam a inovação tecnológica. Isso mostra que deve haver apoio do Estado também nessa área. Na América Latina, o

“Um Estado que abre seu mercado, não promove competitividade e não investe em inovação e capacitação, sofre impacto negativo”

Brasil é o único país que investe em torno de 1% do PIB em inovação. E ainda assim é muito pouco. Um Estado que abre seu mercado, não promove competitividade, não investe em inovação, nem estabelece progra-

mas de treinamento para trabalhadores e capacitação de empresários, sofre um impacto negativo muito forte. Os países mais pobres não estão preparados para participar da economia globalizada, das negociações internacionais. A Cepal, em conjunto com a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), oferece cursos de capacitação, em cerca de quinze países, sobre temas como abertura dos mercados e propriedade intelectual. A Unctad tem modelos para avaliar o impacto da abertura no comércio e na agricultura. A Cepal desenvolveu um programa de computador que, com base nos dados de exportações, estima a competitividade e o posicionamento dos países. Assim, temos difundido estatísticas e análises que subsidiam políticas para, por exemplo, a especialização da produção em áreas mais dinâmicas do comércio internacional.

Desafios – Qual é o impacto da abertura comercial em países menos desenvolvidos?

Mattar – Depende do tipo de abertura que se promove. Nos países da América Central, que acabam de firmar um acordo com os Estados Unidos, estabeleceu-se um prazo de dezoito anos para a redução dos impostos de importação, um lapso de tempo razoável para que os setores econômicos se preparem. Se a abertura fosse brusca e completa, haveria problemas em áreas mais vulneráveis, como a agricultura e a das pequenas empresas industriais. Se nesses dezoito anos não houver políticas públicas que promovam o desenvolvimento interno, o impacto será negativo, de qualquer maneira. Em resumo, cada país tem de fazer o melhor para tirar proveito do livre-comércio.

Desafios – Nessa situação, de economia globalizada e competitividade crescente, não seria mais produtivo se os países latino-americanos atuassem em bloco?

Mattar – Claro que sim. No entanto, a integração latino-americana não mar-

“Os governos devem poupar em tempos bons para ter uma de reserva que lhes permita reativar a economia em períodos críticos. É o que se faz nos EUA, país capitalista por excelência”

cha. Depois de décadas de discursos, de mecanismos formais para a integração, hoje ainda estamos bastante longe dela. Parece que não nos demos conta de seus benefícios. O Mercosul é um bloco que não funciona. A Venezuela saiu da Comunidade Andina e os outros países desenvolvem um comércio mínimo entre si. Não existe posição comum sobre grandes temas que poderiam levar à integração nas negociações comerciais internacionais, para a redução dos subsídios agrícolas, a obtenção de acesso aos mercados, a proteção de patentes de plantas e medicamentos tradicionais. Poderia haver consenso entre os países latino-americanos para facilitar debates em foros internacionais sobre pobreza, infância, mulher, comércio. Mas não se faz nada de concreto, não existe um grande projeto que integre vontades. A diversidade de tamanho, de problemas e de interesses conspira contra os acordos.

Desafios – Houve tentativas de trabalhar nessa linha, de integração onde os interesses são convergentes?

Mattar – Não que eu saiba. Um dos problemas da negociação do Acordo de Livre Comércio das Américas (Alca) era que envolvia 34 países de tamanho e desenvolvimento econômico muito diversos. Não se chegava a um acordo nos debates sobre políticas de concorrência. Nos tratados firmados pelos Estados Unidos com a América Central e com a Comunidade Andina, recentemente, os temas foram diferen-

tes. Não se tocou em políticas de concorrência. Negociou-se ajustes de mercados, investimentos, serviços e políticas *antidumping*. Houve progressos e creio que, nesse cenário, é muito difícil retomar a proposta do Alca.

Desafios – Além do pacto social e fiscal, há outras idéias inovadoras em políticas públicas?

Mattar – No plano fiscal, propomos políticas contra-cíclicas. Quer dizer, o que ocorre normalmente quando a economia de um país vai bem, e o governo arrecada bastante, é que ele gasta. Então, quando vem a crise, não há recursos, os problemas se aprofundam e há maior dificuldade para sair da recessão. Propomos que os governos poupem em tempos bons, para ter um colchão de reserva que lhes permita investir em infra-estrutura e reativar a economia em períodos críticos. É o que se faz nos Estados Unidos, país capitalista por excelência. Ultimamente temos recomendado ao México e à Venezuela que não gastem todos os recursos provenientes da venda de petróleo, porque os preços não ficarão elevados para sempre. Essa é uma proposta inovadora.

Desafios – E qual tem sido a reação dos governos?

Mattar – Todos gostam da idéia na teoria, mas aplicá-la não é fácil. Especialmente em países que têm milhões de pobres com muitas carências. É preciso atender às demandas insatisfeitas da população, mas é necessário ter cuidado com os gastos, não permitir que as importações aumentem muito, por exemplo. Os reclamos são justos, mas, se o dinheiro todo se esvai, a situação piora no futuro, o que não é bom para ninguém.

Desafios – No Brasil, o governo tem registrado superávits e há muita reclamação...

Mattar – Isso tem sido comum em toda a América Latina. Como eu disse, as reclamações são justas, mas o Estado tem uma responsabilidade no longo prazo que não pode ser ignorada. **d**

DEBATE SEM FRONTEIRAS

Tema de outubro: Reforma tributária

Em todas as segundas e terças-feiras do mês, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) promove o evento "Debate sem fronteiras", que apresenta dois pontos de vista diversos a respeito de assuntos fundamentais para o desenvolvimento do país. Desafios publicará em todas as edições os artigos que resumem a posição defendida por cada debatedor. Os encontros acontecem no auditório do Ipea em Brasília e são abertos ao público.

O gradualismo da PEC nº 285/2004

Murilo Rodrigues da Cunha Soares

A reforma tributária tem apresentado mais dificuldades de aprovação do que outras reformas estruturais. Em vista disso, desde a redemocratização, as modificações tributárias mais substanciais têm ocorrido de forma lenta e parcial. Houve: recuperação das finanças da União (criação de Cofins, IPMF/CPMF, DRU, alteração do IRPJ etc.); aprovação da Lei Kandir; e implementação do regime não cumulativo do PIS/Cofins. Nessa toada gradualista, encontram-se em discussão no Congresso Nacional a criação do Super-Simples e a alteração da legislação do ICMS.

As discussões sobre a reforma do ICMS, hoje travadas no âmbito da PEC nº 285/2004, apontam para objetivos mais modestos do que os pretendidos nas tentativas anteriores. O novo ICMS seria cobrado integralmente no estado de origem, mas o produto da arrecadação continuaria, em princípio, dividido com o de destino. A guerra fiscal seria extinta, prevendo-se, inclusive, retenção de fundos estaduais mediante processo a ser gerido pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). O Senado definiria as alíquotas, impondo um limite superior (25%) e um inferior (7%). O Confaz estabeleceria o vetor "alíquotas-produtos", a ser referendado pelo Senado. A regulamentação do ICMS seria única para todo o país, mas o Confaz estaria autorizado a conceder anistia, remissão, moratória e parcelamento, além de definir formas e prazos de recolhimento e esta-

belecer mecanismos para evitar acúmulo de créditos. Isenções poderiam ser concedidas, por lei complementar, para microempresas, gêneros de primeira necessidade, medicamentos, energia elétrica de baixo consumo etc. Poderiam ser beneficiadas atividades culturais e assistenciais, bem como situações relativas ao comércio exterior. A lei estadual poderia estabelecer adicionais (até 5 p.p.) e redutores (até 6 p.p.) de alíquotas. A própria emenda constitucional cuidaria da transição, fixando prazos máximos para os benefícios vigentes e prevendo queda forçada das alíquotas interestaduais.

Não obstante o propósito de resolver apenas alguns dos principais problemas do atual ICMS (guerra fiscal, pluralidade de legislações, créditos acumulados etc.), de modo a prepará-lo para o futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA), a PEC nº 285 suscita uma série de conflitos. Tomem-se os seguintes exemplos. São Paulo é favorável ao fim da guerra fiscal e exige que o prazo dos atuais benefícios seja drasticamente encurtado. Amazonas acompanha essa posição, desde que mantidos os benefícios da Zona Franca de Manaus. Os demais estados do Sul e do Sudeste mostram posições ambíguas. Rio de Janeiro quer a rediscussão da tributação do petróleo. Minas Gerais reivindica fundo de compensação pelas perdas fiscais decorrentes das exportações, no que é acompanhado pelo Pará. Paraná e Rio Grande do Sul, com grande produção agropecuária, receiam perda de receitas em razão de benefícios para produtos de primeira

necessidade, no que são seguidos pelos estados do Centro-Oeste. Estes, adicionalmente, são contrários ao fim da guerra fiscal, uma vez que montaram importante parque industrial ligado ao agronegócio. Os estados do Nordeste exigem que os Fundos de Desenvolvimento Regional, compensação pela perda provocada pelo uso da guerra fiscal como instrumento de política industrial, sejam supridos com 2% da arrecadação do IR-IPI. A solicitação é inaceitável para a União, pois o Senado propôs a destinação adicional de 1% do IR-IPI ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), verba de que os prefeitos não abrem mão. A conta da reforma tributária, para os cofres federais, seria elevada de 2% para 3% do IPI-IR mais o fundo para cobrir eventuais perdas de receitas com o novo modelo, reivindicação geral dos estados.

Frente a esses problemas e inúmeros outros, é grande a tentação de abandonar, mais uma vez, a discussão. Ocorre que no Brasil há registro de apenas duas efetivas reformas tributárias: uma durante o Império; outra durante o regime militar, entre 1965 e 1967. Embora o tempo político seja imprevisível, o retrospecto não recomenda otimismo. O gradualismo que tem caracterizado a questão tributária parece ser menos uma opção do legislador do que uma estratégia de avanço, a despeito das dificuldades.

Murilo Rodrigues da Cunha Soares é consultor legislativo da Câmara dos Deputados

Vencer a fronteira da má tributação

José Roberto Afonso

Aceleração recente da carga tributária constitui uma das peças cruciais da forma perversa como continua sendo feito nosso ajuste fiscal. Em vez de gastar menos, buscou-se arrecadar cada vez mais. A carga aumentou para custear um gasto crescente, enquanto diminuiu o investimento público, principalmente em infra-estrutura.

A carga tributária brasileira é muito alta em relação à de outras economias emergentes e ao nosso passado. E ainda é de má qualidade – cumulativa, complexa, grava investimentos produtivos e exportações. Não por outro motivo, a tributação lidera todas as pesquisas com empresários nacionais sobre os males de nossa economia.

Aplicando uma metodologia em que todo recolhimento compulsório (impostos, taxas, contribuições) aos governos das três esferas constituem tributos, estimamos que a carga global tenha atingido 38,9% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2005 (Afonso, J.R.A. e Meirelles, B.B. “Carga tributária global no Brasil, 2000/2005: cálculos revisitados”. Nepp/Unicamp, março, 2006).

Na comparação com outros países (tomando como base o último anuário fiscal do Fundo Monetário Internacional), a carga brasileira é exatamente igual à média registrada nos países industrializados e cerca de doze pontos percentuais superior à observada nas economias em desenvolvimento.

A carga de tributos sobre renda e lucros, na média dos países ricos (14,4% do PIB),

foi quase o dobro da aplicada no Brasil em 2005 (7,9% do PIB). No caso dos tributos sobre o patrimônio e das contribuições sociais, incidentes sobre a folha salarial, a carga média dos países ricos fica acima da registrada no Brasil em 2005. No caso dos tributos sobre o mercado interno de bens e serviços, a situação se inverte – os 19,5% do PIB cobrados no Brasil em 2005 superam em exatos 70% a média da carga dos países mais industrializados do mundo. Isso demonstra uma estrutura tributária ruim, baseada nos mais danosos tributos à produção, à venda e ao consumo.

Tanto a estrutura tributária ruim como a alta carga global seguram e desaceleram a economia brasileira – desde 2003, sistematicamente, o Brasil cresce menos do que o resto da América Latina, que já cresce abaixo da média das economias emergentes. Medidas paliativas de ajuste fiscal emergencial acabam por promover a frenagem do produto nacional. O próprio ajuste, pela forma como é feito, causa seu desajuste (a desvinculação de Receita Federal, por exemplo, estimula o aumento das contribuições não compartilhadas, mas de baixa qualidade). Não há dúvida de que a reformulação tributária precisa começar por uma revisão no padrão de gasto e na organização da federação.

Até poucas décadas atrás, o Brasil era um exemplo para os países em desenvolvimento, por ser o primeiro a adotar um imposto do tipo valor adicionado em escala nacional – com o ICM estadual, em

1965. Tal imposto, entretanto, sofreu tantas alterações que até países africanos cobram um IVA mais moderno e eficiente do que o do Brasil – continuamos presos ao regime físico, com partilha da tributação interestadual e estímulo à guerra fiscal suicida.

A coordenação entre diferentes níveis federativos também surge como um grande empecilho, já que o país tem histórica tradição de adotar fronteiras bem demarcadas e separadas entre os governos – tendência inversa à defendida pelos especialistas.

A reforma poderia começar pela criação de um regime nacional, único e simplificado, para micro e pequenas empresas, e redução do número de tributos com a fusão de impostos, contribuições e taxas, tanto no âmbito federal como nos estaduais e municipais. Isso abriria espaço para consolidar posteriormente os diferentes tributos aplicados aos grandes contribuintes e, no caso da tributação indireta, montar um autêntico e abrangente imposto sobre valor adicionado.

O Brasil não precisa de uma reforma tributária. Isso é pouco diante do desafio que tem pela frente. É necessário um novo sistema tributário que leve o país a abandonar as fronteiras do atual sistema tributário, que combina carga elevada com má qualidade na incidência.

José Roberto Afonso é economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a serviço da Câmara dos Deputados

DEBATE

SEM FRONTEIRAS



O caminho da reforma tributária

Fernando Rezende

Nas últimas duas décadas, a reforma tributária tem freqüentado a lista de prioridades das mudanças institucionais necessárias para repor o país em uma rota sustentada de crescimento. Desde a fracassada tentativa de levar adiante a revisão constitucional prevista para ocorrer cinco anos após a promulgação da Constituição de 1988, sucessivas propostas de emendas constitucionais foram apresentadas sem que tivessem produzido qualquer resultado positivo. De concreto, apenas a constante prorrogação de medidas provisórias que deveriam, em caráter emergencial, atender às necessidades do ajuste macroeconômico.

À sucessão de fracassos corresponde um acúmulo de distorções que resultam da reação à dualidade tributária criada com a instituição de dois campos distintos: o dos impostos e o das contribuições. Daí em diante, o nó amarrado em 1988 foi se tornando mais apertado à medida que as contribuições, além de financiar os novos direitos sociais, passaram a ser também opção para garantir as receitas necessárias para sustentar o ajuste fiscal.

Em consequência, a carga tributária subiu para níveis recordes, trazendo a reboque o engessamento do Orçamento, a deterioração da qualidade do regime tributário e a acentuação dos desequilíbrios e dos antagonismos na federação. Ao mesmo tempo em que, em todo o globo, impostos economicamente ineficientes foram substituídos por modernos tributos sobre

o valor adicionado, o Brasil retrocedia no sentido oposto, prejudicando a competitividade da produção nacional, onerando as exportações e os investimentos e submetendo a população de menor poder aquisitivo a uma carga mais pesada do que a suportada pelos extratos de renda mais elevada.

Nessa babel tributária, todos reclamam e ninguém se entende. Em tese, todos querem reformar o caótico regime tributário brasileiro, mas na prática receiam ter seus interesses imediatos afetados. Governos temem perder receitas, empresários desconfiam que uma reforma abrangente possa aumentar a carga tributária, organizações da sociedade civil temem que uma reforma desse porte elimine a garantia de atendimento dos direitos sociais.

Num ambiente contaminado por mútuas desconfianças, a tendência é a atitude defensiva. Em vez de uma ampla reforma, todos parecem se satisfazer com alguns poucos remendos. O que era para ser provisório vira permanente. O que parecia urgente acaba ficando para depois. Uma atitude conformista conduz a uma estratégia minimalista, que aumenta as distorções e impede que se instale um clima propício a reformas estruturais.

A dificuldade em aceitar essa postura está na urgência. Com a velocidade das transformações que se verificam na economia global e o avanço do processo de inserção do Brasil no cenário internacional, o adiamento de soluções para os graves problemas

tributários nacionais põe em risco a sobrevivência de boa parte do parque produtivo brasileiro e o alcance dos legítimos anseios por um crescimento econômico compatível com as potencialidades do país.

Qual o caminho? O caminho passa pelo reconhecimento de que, sem desatar o nó fiscal atado em 1988, é impossível avançar na direção de uma reforma tributária modernizadora. O corte desse nó se dá pela eliminação da distinção artificial, criada naquele momento, entre impostos e contribuições, o que dispensaria o uso de tributos de má qualidade para sustentar o ajuste fiscal, afastaria a necessidade de soluções artificiais para permitir que as contribuições sociais financiem o superávit primário, eliminaria o foco de engessamento do Orçamento, extinguiria a principal fonte de conflito na federação e permitiria avançar rumo à harmonização da tributação de mercadorias e serviços em todo o território.

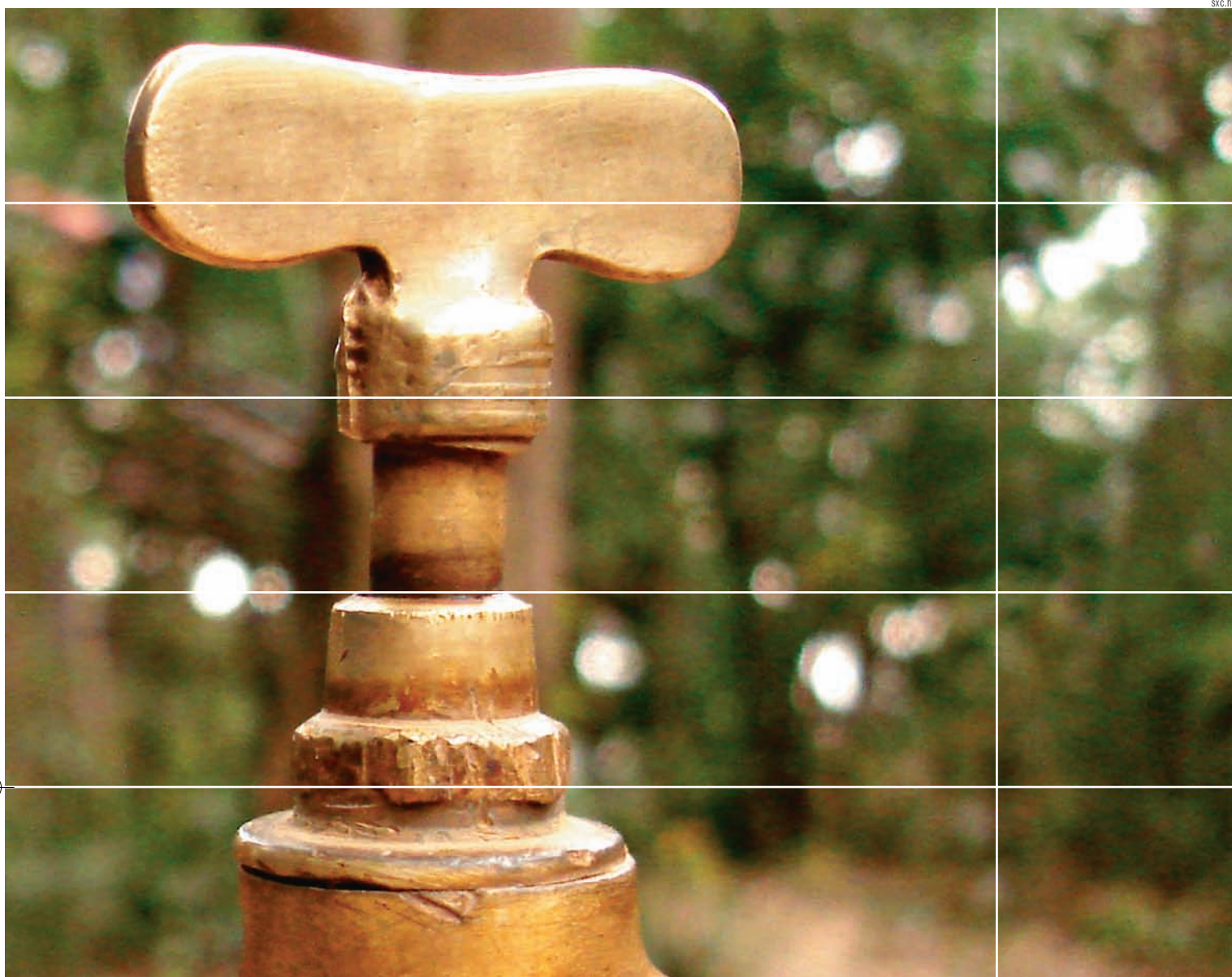
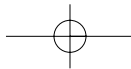
Depois de tantos fracassos, o Brasil está pronto para reformas que destravem seu crescimento. São necessários: um pouco de ousadia, um grande esforço de construção de um modelo que viabilize a negociação dos vários interesses envolvidos, e muita determinação para levar adiante a proposta. Por paradoxal que possa parecer, a ampliação da agenda da reforma tributária não é um problema, e sim a própria solução.

Fernando Rezende é assessor especial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

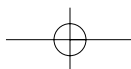
SANEAMENTO

Hora da decisão

Por **Ottoni Fernandes Jr.**, de São Paulo



A insegurança jurídica tem inibido investimentos na expansão da rede de água e esgoto, mas essa realidade pode mudar se o Congresso aprovar a lei que regulará o setor, e o Supremo Tribunal Federal definir se a concessão dos serviços ficará com estados ou municípios



O novo marco regulatório define direitos e deveres das partes envolvidas: responsáveis

É muita gente. Nada menos do que 76 milhões de brasileiros não têm acesso ao serviço de esgoto sanitário em seus domicílios. O encanamento que leva água tratada não chega aos lugares onde moram outros 48 milhões (veja tabela na coluna ao lado). Causa e consequência da desigualdade social, as moradias sem acesso ao saneamento básico têm endereço certo: 75% do déficit recaem sobre os 50% mais pobres da população. Sem água tratada ou serviço de esgoto, as doenças campeiam e provocam a ocupação de metade dos leitos e hospitais disponíveis no mundo, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 2002, um estudo do governo federal calculou que seria necessário aplicar 178 bilhões de reais – cerca de 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB) – até 2022 para garantir os serviços de saneamento básico a toda a população brasileira. Entretanto, nem a metade do valor necessário foi aplicado desde então. As causas são conhecidas: falta de fontes de financiamento e de regras claras, que proporcionem segurança aos investidores para que entrem no setor. Mas há sinais de que essa realidade pode mudar.

Serviços Em julho, depois de quase vinte anos em tramitação, o Senado aprovou o projeto de lei que deverá reger o sistema de saneamento básico. Diante do vazio institucional, e após intensas negociações, as partes envolvidas – empresas, fornecedores, ambientalistas, sanitaristas e governo federal – chegaram a um acordo. Todos os partidos aprovaram o Projeto de Lei nº 219 do Senado Federal (PLS), que será discutido na Câmara dos Deputados e deverá tramitar rapidamente, seguindo diretamente para o plenário, sem passar por nenhuma comissão, conforme compromisso assumido pelo presidente da Casa, Aldo Rabelo. Se for aprovado sem alterações, seguirá para sanção presidencial.

O acordo em torno desse projeto de lei define uma regulamentação, mas deixa de estabelecer, deliberadamente, quem será o

responsável pelos serviços de saneamento básico – estados ou municípios. Isso porque a questão aguarda julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), como resultado de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins) que tramitam desde 1998. Na primeira, de responsabilidade do Partido Democrático dos Trabalhadores (PDT) do Rio de Janeiro, é contestada a constitucionalidade de duas leis estaduais que atribuem ao governo estadual a titu-

laridade dos serviços de saneamento básico na região metropolitana da capital fluminense. A outra, com o mesmo caráter, foi encaminhada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) contra a Assembleia Legislativa da Bahia. As votações foram suspensas porque um ministro pediu vistas dos processos. No primeiro caso, o placar da votação está 2 a 1, a favor da titularidade (responsabilidade) municipal. As prefeituras também vencem por 4 a 0 a segunda

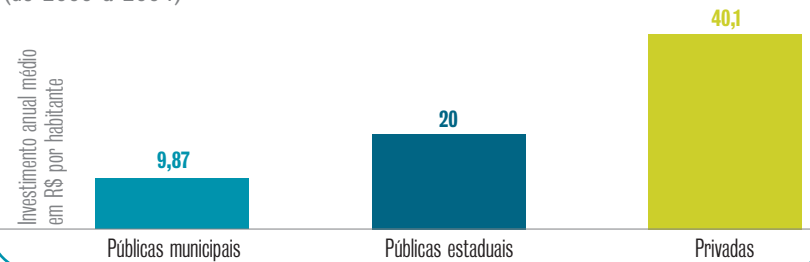
Ainda longe do atendimento universal (em %)

Domicílios com acesso aos serviços	2002	2005
Água da rede geral	82,0	82,3
Com esgotamento sanitário	68,1	69,7
• rede coletora	46,4	48,2
• fossa séptica	21,7	21,4

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Obs.: A pesquisa de 2005 cobriu todo o país, mas a de 2002 não cobriu a zona rural da região Norte

Empresas privadas investem mais

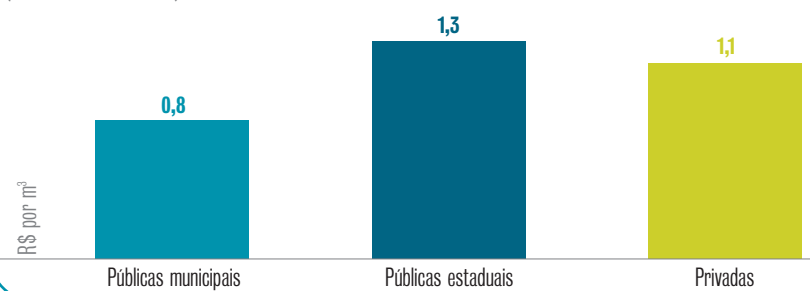
(de 2000 a 2004)



Fonte: Abcon com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

Tarifas médias cobradas pelas empresas

(de 2000 a 2004)



Fonte: Abcon com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

pela administração, usuários e prestadores de serviços de saneamento público

ação. Muitas cidades já contratam diretamente os concessionários de serviços de saneamento, mas a indefinição da responsabilidade inibe novos negócios e torna complicada a elaboração e o acompanhamento dos contratos.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) encaminhou um pedido à presidente do STF, ministra Ellen Gracie, para que a votação seja retomada rapidamente. Recebeu um sinal de que a decisão poderá sair ainda em 2006, segundo informa Carlos Henrique da Cruz Lima, presidente da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon). Definido quem será o titular, o projeto de lei do Senado estabelece sua responsabilidade de planejar, regulamentar, fiscalizar e prestar ou contratar os serviços públicos de saneamento. “No vazio legal, as operadoras de serviços de saneamento estavam sempre submetidas aos tribunais, acionadas por usuários que não aceitavam pagar a taxa mínima de fornecimento ou não concordavam com a progressividade das tarifas”, diz Lima.

Ativos O novo marco regulatório deixa a propriedade dos ativos – represas, adutoras, encanamentos, estações de tratamento – a quem tem a titularidade, mas estabelece regras claras para os contratos de concessão dos serviços, inclusive o ressarcimento dos investimentos realizados pela concessionária, ao final do contrato ou em caso de rompimento. Além disso, prossegue Lima, permite cortar, mediante aviso antecipado, o fornecimento dos serviços prestados a usuários após trinta dias de atraso no pagamento das contas. As prestadoras do serviço também poderão cobrar preços diferenciados para grandes consumidores, mas a progressividade das tarifas – quem gasta mais paga mais – está mantida no projeto de lei. Outro benefício do projeto de lei do Senado é permitir que as empresas de saneamento usem investimentos em ativos fixos, com recursos próprios, como crédito para reduzir o valor da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social



As casas em que vivem 48 milhões de brasileiros não dispõem de fornecimento de água

(Cofins) e do recolhimento para o Programa de Integração Social que incide sobre suas receitas.

O novo marco regulatório estabelece com precisão os direitos e deveres de todas as partes envolvidas: do detentor da titularidade, dos usuários e dos prestadores de serviços de saneamento público. Assim, deverá estimular a competição no setor, hoje dominado pelas 24 companhias estaduais que controlam 80% do mercado, enquanto autarquias municipais respondem por 16% e empresas privadas por apenas 4%. A avaliação é de Ronaldo Seroa da Motta, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). No entanto, ele critica o fato de o texto negociado permitir que o detentor da titularidade contrate serviços de saneamento básico sem licitação pública. “Fica aberta a possibilidade de prefeitos fazerem acordos políticos com governadores para entregar a prestação de serviços a empresas estaduais de saneamento”, adverte. Frederico Turolla, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo, também critica o fato de o pro-

jeto de lei não definir regras que estimulem as prestadoras de serviços de saneamento básico à busca de ganhos de produtividade, dividindo-os com os usuários, por meio da redução das tarifas. Mas concorda que o novo sistema regulatório estimulará a competição e pode ameaçar as empresas estaduais menos eficientes.

Torcendo para que o novo marco legal seja aprovado definitivamente no começo do ano que vem, inclusive com a sanção presidencial, Lima, da Abcon, garante que muitas empresas estrangeiras de saneamento básico que saíram do país nos últimos anos podem voltar, assim como se espera o desembarque de novos competidores internacionais. “O mercado brasileiro de saneamento básico movimenta cerca de 20 bilhões de reais por ano e pode dobrar em pouco tempo. É uma enorme tentação para as grandes empresas estrangeiras”, explica.

O vazio regulatório afastou muitos investidores estrangeiros. No ano passado, a empresa espanhola Águas de Barcelona vendeu os 51% do capital que detinha na empresa Águas de Guararoba, concessionária dos serviços de saneamento em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul. O controle passou para o grupo pecuarista Bertin e para a construtora Equipav, ambos de capital nacional. A falta de regras claras também gerou conflitos, como o que ocorreu com a empresa Águas de Limeira, controlada pela construtora brasileira Norberto Odebrecht e pelo grupo francês Suez Ambiental, que formaram a primeira concessionária privada de serviços de água e esgoto do Brasil. Em 1995, o consórcio ganhou a concessão em Limeira, no interior de São Paulo, mas ficou vários anos sem poder reajustar as tarifas, o que resultou numa disputa judicial com a prefeitura. Sem um claro marco legal, cada troca do comando municipal pode implicar disputas ou mesmo ruptura de contratos.

As grandes construtoras brasileiras têm forte interesse em ampliar a participação no setor de saneamento básico, até porque podem prestar serviços às concessionárias

Trabalho do Ipea mostra que a margem de lucro líquido é negativa nas empresas públicas,

cujos capital venham a controlar. As empresas privadas entrarão com toda a força para disputar concessões municipais, na linha de choque com companhias estaduais. A concorrência poderá favorecer os empreendimentos privados nos estados em que as companhias estaduais de saneamento estão fortemente endividadas e demonstram baixo padrão de eficiência.

O poder de fogo das concessionárias privadas fica evidente no caso da cidade fluminense de Niterói, onde a Águas de Niterói, controlada por quatro empresas de construção civil, assumiu a concessão em 1997, no lugar da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), e passou a operar em 1999. “Além de ampliar os serviços, tratamos de combater ligações clandestinas, evitar vazamentos e aumentar o número de relógios de medição, em vez de cobrar a conta por estimativa.” Os resultados são eloquentes: entre 1999 e 2006, a população atendida com água tratada passou de 72% para 100%. A servida por rede de esgotos saltou de 72% para 88%. Ao mesmo tempo, a inadimplência caiu de 32% para 7%, e as perdas de água baixaram de 40% para 20%. Assim, manteve-se estável, desde o início do contrato, o volume de água comprado da Cedae para abastecer Niterói, no nível de 1,8 mil litros por segundo. “Um shopping center da cidade pagava apenas 1.000 reais por mês pelo serviço. A conta subiu para 50 mil reais mensais depois da instalação de novos medidores e do combate às ligações clandestinas. Melhoramos a cobertura e a eficiência e hoje cobramos tarifa 10% inferior à da Cedae”, conta Dante Luvisotto, diretor da Águas de Niterói.

Comparação Um trabalho feito pelos pesquisadores do Ipea Seroa da Motta e Ajax Moreira compara o desempenho das concessionárias estaduais, privadas e autárquicas municipais, com base nas informações que prestam ao Serviço Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS), do Ministério das Cidades. “A margem de lucro líquido sobre a arrecadação, depois dos



Estações de tratamento de água da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. (Sanasa), de

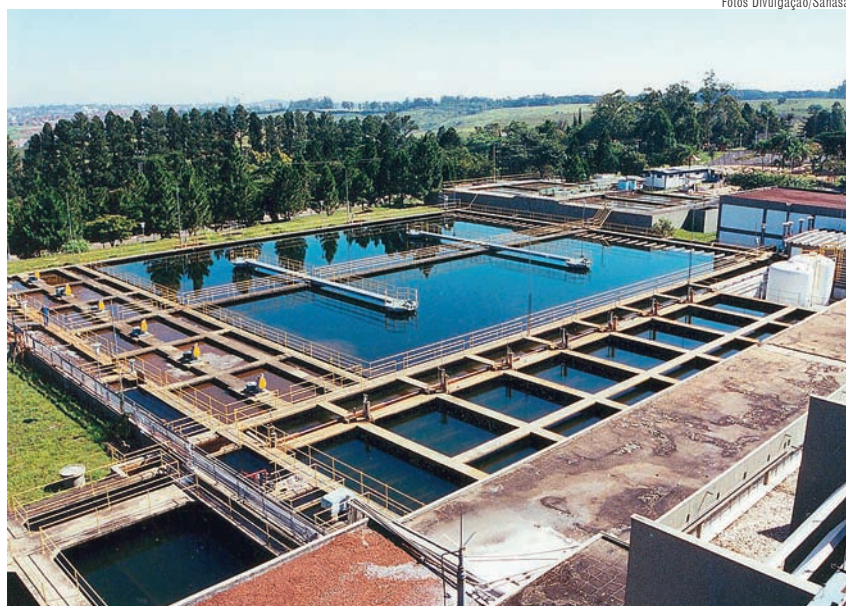
impostos, é altamente negativa nas públicas – regionais ou municipais –, indicando uma grande participação dos tesouros estaduais e municipais no custeio da operação”, escrevem os autores. As tarifas cobradas pelas empresas estaduais são maiores do que as praticadas pelas privadas e pelas autárquicas municipais (veja gráfico na pág. 20). Diante dessa realidade, o trabalho do Ipea conclui que “não é absurdo imaginar que muitos municípios, ao transferir os serviços de saneamento para uma administração local, pública ou privada, possam realmente reduzir custos e apresentar maior eficiência produtiva”.

“As empresas autárquicas municipais cobram tarifas menores do que as estaduais porque investem menos na expansão da rede de água potável e de esgotos”, explica Lima, da Abcon. Segundo dados da entidade, que reúne as empresas privadas de saneamento, entre 2000 e 2004 as autarquias municipais investiram, em média, 9,87 reais por habitante ao ano na expansão e na melhoria dos serviços. As privadas aplicaram 40,17 reais por habitante no mesmo período (veja gráfico na pág. 20). A regra não é geral. A Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento

S.A. (Sanasa), de Campinas, em São Paulo, está investindo 96 milhões de reais em obras neste ano, incluindo novas estações de tratamento de esgoto, e tem mais 143 milhões previstos até o final de 2007.

As empresas estaduais de saneamento são as que têm realmente munção de alto calibre. As 24 existentes atendem 70% dos municípios brasileiros e apresentam índices de cobertura maiores do que a média nacional, com 95% da população recebendo água tratada e 56% com serviços de esgotos, segundo dados da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe). Além disso, as companhias estaduais melhoraram os índices de eficiência nos últimos oito anos, informa Paulo Rui Carmeli, vice-presidente da Aesbe, pois a produtividade medida em número de funcionários por cliente subiu 29%, o índice de água não contabilizada caiu 10% e a base de clientes cresceu 25%. Carmeli é presidente da Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan), que atende 52 dos 78 municípios do Espírito Santo e investiu 160 milhões de reais em ampliação e melhoria dos serviços nos últimos quatro anos, em comparação com 70 milhões de reais de 1999 a 2003. No entanto, a realidade dos

regionais ou municipais, e que as empresas estaduais cobram as mais altas tarifas



Fotos Divulgação/Sanasa

Campinas, São Paulo, que está investindo 96 milhões de reais em obras neste ano

Decisão local predomina

Apesar de a Itália ser uma república unitária, desde 1861, foi necessário aprovar uma lei em 1994 delegando às vinte regiões administrativas a responsabilidade para gerir a política de saneamento básico. O país é pequeno, com uma área de 294 mil quilômetros quadrados, pouco menor do que o Rio Grande do Sul, mas mesmo assim atribuiu a responsabilidade ao nível regional. O pressuposto é entregar a um grupo de cidades a tarefa da gestão da água e de sua utilização para abastecimento, bem como o tratamento dos resíduos. A região do Piemonte, no rico norte italiano, foi dividida em seis âmbitos territoriais, em função das características hidrológicas, logísticas e topográficas.

O âmbito territorial onde fica a cidade de Turim tem outros 335 municípios e fez um planejamento para vinte anos. Depois disso, escolheram a companhia de água turinense para prestar serviços de saneamento básico para todas. Catorze cidades elegem um representante para um conselho que se reúne frequentemente para deliberar sobre o saneamento básico. Anualmente há uma reunião com delegados de todas as cidades. Cabe ao governo italiano definir a política geral para o setor.

Na França, o modelo foi estabelecido na década de 1920 e o poder de decisão está nas municipalidades, que contratam operadores privados dos serviços de saneamento mediante leilão de franquia e permanecem com a posse dos ativos, como explica Frederico Turolla, professor da FGV em São Paulo. Já na Inglaterra os ativos pertencem aos prestadores de serviços de saneamento, que operam regionalmente, em função das bacias hidrológicas.

O Chile também atribuiu a propriedade dos ativos para as empresas prestadoras de serviço, que operam regionalmente e são escolhidas por leilão. O modelo funciona há quinze anos, desde que as operadoras públicas de saneamento foram privatizadas. Foi no final dos anos 1990 que a Argentina escolheu um novo modelo para o setor de água e esgotos, também na linha privatizante. Já houve tempo suficiente para avaliar a experiência de países com realidade semelhante, e o Brasil não pode continuar perdendo tempo na definição do marco regulatório do setor de saneamento básico.

associados da Aesbe é bem heterogênea, contando também com empresas altamente endividadas e com baixo padrão de eficiência. Na avaliação de Abelardo de Oliveira Filho, secretário de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, das 27 empresas estaduais de saneamento, duas foram extintas – a do Mato Grosso e a do Acre –, a amazonense está praticamente extinta e das 24 restantes apenas seis têm boa saúde financeira: as de São Paulo, Minas, Paraná, Distrito Federal, Ceará e Espírito Santo. Existem gigantes como a Copasa, de Minas Gerais, e a Sabesp, de São Paulo, com reconhecido padrão de eficiência, que são companhias de capital aberto, com ações negociadas nas bolsas de valores. A Sabesp, por exemplo, foi homenageada pela Bolsa de Valores de Nova York, no dia 25 de outubro, como exemplo de companhia bem-sucedida do setor de saneamento.

Concorrência Empresas dessa qualidade têm capacidade para competir com o setor privado na disputa por novas concessões em cidades de sua área de influência, caso o STF defina que caberá aos municípios a titularidade dos serviços. Carmeli, da Aesbe, garante que as empresas estaduais terão maior capacidade de competir pelas concessões municipais, até porque poderão garantir subsídios cruzados, isto é, cobrar tarifas maiores em cidades mais ricas. O certo é que a competição será feroz, poderá beneficiar os usuários, mas exigirá, da parte das prefeituras, maior capacidade de planejar, fiscalizar e mesmo contratar os serviços.

O marco regulatório em discussão na Câmara Federal define com precisão as responsabilidades das prefeituras, que poderão delegar a tarefa de controlar as concessionárias, mas não poderão abrir mão do planejamento dos serviços de saneamento básico, definindo as metas a serem cumpridas pelas empresas que receberem a concessão, caso não sejam montadas companhias municipais. Mas a maioria das prefeituras não terá como arcar com essas

Será necessário investir 11 bilhões de reais anualmente entre 2004 e 2024, ou cerca

novas responsabilidades, especialmente nas cidades menores.

A solução pode estar em outro pilar do novo pacto federativo, aprovado pelo Congresso em 2005: a Lei dos Consórcios Públicos. Ela autoriza as cidades a criar consórcios para prestar ou gerir serviços públicos, desde a compra de um trator para manter estradas até a formação de um grupo para contratar, em comum, os serviços de saneamento básico. “A Lei nº 11.107, dos Consórcios Públicos, já permitiu que sessenta municípios de Santa Catarina estabelecessem um órgão regulador da qualidade da água nos mananciais. Eles agora poderão recorrer aos mecanismos de gestão associada para contratar e controlar serviços de saneamento básico”, informa Marcos Fernandes Montenegro, diretor da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades. O poder de negociação de várias cidades associadas aumenta na hora de tratar com possíveis concessionários, situação em que podem obter melhores tarifas para os usuários. Na Itália, por exemplo, foi aprovada uma lei em 1994 permitindo que diversas cidades de uma mesma microbacia formem consórcios para contratar serviços de saneamento (leia quadro na pág. 23).

Consórcios Além disso, a lei dos consórcios públicos também autoriza as cidades asso-

ciadas a contratar ou criar a empresa para controlar e fiscalizar a prestadora dos serviços de saneamento. O PLS 219 do Senado dá prazo até 2010 para que sejam estabelecidas essas agências reguladoras independentes, municipais, de consórcios ou estaduais. O tempo é necessário, assegura Turolla, da FGV, pois não há disponibilidade de técnicos preparados e as cidades terão dificuldade para planejar suas necessidades futuras. Para Montenegro, do Ministério das Cidades, o novo marco regulatório do setor de saneamento dará clareza aos papéis e definirá a responsabilidade de cada instância. “Hoje o ambiente é muito confuso. Vários ministérios tratam do saneamento básico. No novo modelo caberá ao Ministério das Cidades a responsabilidade de definir uma política nacional de saneamento básico. Além disso, o governo federal terá de garantir financiamento para as obras de saneamento público, com prioridade para os municípios com menor sustentação econômica. Já não será mais possível uma só empresa, como é o caso da Sabesp, cuidar do planejamento, da operação e de sua própria regulação”, avalia.

Definida a moldura legal do setor, resta outro problema cabeludo: o dinheiro para financiar a expansão dos serviços rumo à universalização do atendimento. A conta dos investimentos necessários para garantir o fornecimento de água tratada e a cole-

ta e o tratamento dos esgotos para toda a população já aumentou em relação ao cálculo feito em 2002, segundo Dalmo Nogueira Filho, presidente da Aesbe e da Sabesp. Neste instante, será necessário investir 11 bilhões de reais anualmente entre 2004 e 2024 para chegar à universalização, ou cerca de 0,63% do PIB todos os anos. Nos últimos seis anos a média de investimento tem permanecido na faixa de 0,3% do PIB. No ritmo atual, a universalização do fornecimento de água tratada só seria alcançada em 2034, e a do tratamento de esgoto em 2054, de acordo com um estudo da Aesbe feito com base nos números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2005. “A grande questão é como passar de 3 bilhões de reais a 10 bilhões de reais anuais de investimento em saneamento básico”, pondera Lima, da Abcon.

A segurança jurídica servirá para alavancar investimentos do setor privado, tanto por parte das empresas de saneamento como do mercado de capitais. Mesmo assim, ainda será essencial a presença dos diversos níveis de governo, especialmente o federal, para financiar investimentos de caráter social nas regiões mais pobres ou estações de tratamento de esgotos, que dificilmente darão retorno financeiro com a cobrança de tarifas.

Atualmente, os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) são a principal fonte dos investimentos em saneamento do setor público e privado. A Caixa Econômica Federal (CEF), principal agente financeiro, somente neste ano recebeu mais de 2,2 mil pedidos de financiamento, no valor de 16 bilhões de reais, sendo 14 bilhões do setor público. Entretanto, o Conselho Monetário Nacional só autorizou a liberação de 2,2 bilhões de reais, sendo 2 bilhões de responsabilidade da CEF, revela Rogério de Paula Tavares, superintendente da CEF para saneamento e infra-estrutura. A política de controle dos gastos públicos impõe o corte das linhas de crédito para o saneamento, como aconteceu várias vezes nesta década (veja a tabela

Torneira fechada			
(recursos do FGTS para saneamento básico — em milhões de reais)			
Ano	CEF	Outros agentes	Total
2000	0,0	16,6	16,6
2001	0,0	0,0	0,0
2002	184,2	41,7	225,9
2003	1.583,9	53,1	1.637,0
2004	1.744,5	198,4	1.942,9
2005	33,9	0,0	33,9
2006*	1.027,8	0,0	1.027,8
Total	4.574,3	309,8	4.884,1

Fonte: Caixa Econômica Federal

de 0,63% do PIB todos os anos, para garantir acesso ao saneamento básico a todos



Obras da concessionária Águas de Niterói, de capital privado: resultados eloquentes em todos os quesitos

ao lado). Segundo Tavares, além das restrições orçamentárias do governo federal, acontece de haver dinheiro disponível nos cofres federais ao qual certas prefeituras ou governos estaduais não podem ter acesso, por já haverem estourado os limites de endividamento definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Parcerias A nova moldura legal abrirá espaço para a montagem de Parcerias Público-Privadas (PPP) para obras de saneamento básico. Permitirá a criação de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), com a missão de construir e operar uma

obra, e candidatar-se a tomar empréstimos com a CEF, com recursos do FGTS, sem ferir a LRF, sustenta Tavares.

O primeiro processo de PPP desse tipo está em curso na Bahia, em fase de consulta pública, para ampliar a estação de tratamento de esgotos e a vazão de um emissário submarino em Salvador. A arquitetura do negócio envolve a licitação para a escolha da SPE que será a operadora do sistema de saneamento. Ela, por sua vez, controlará outra SPE, responsável pela obra e pelo empréstimo da CEF. A Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) está montando o processo licitatório e doará a

área onde será feita a obra à construtora. A SPE construtora será remunerada com as tarifas pagas pelos usuários do sistema. O negócio é contestado pela associação dos funcionários da Embasa, por representar uma privatização de recursos públicos. Ambientalistas questionam a validade da licença ambiental da obra.

Elvio Lima Gaspar, diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a área de inclusão social e crédito, defende as PPPs como solução para ampliar os investimentos em saneamento básico. “Fizemos um estudo que comprovou que empresas de saneamento são rentáveis em cidades com mais de 20 mil habitantes, desde que as operadoras sejam eficientes, o que pode atrair investimentos privados”, conta. Com o novo marco legal, acredita, empresas públicas ou privadas que ganharem a concessão do serviço numa cidade ou consórcio de municípios poderão buscar recursos com os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FDIC), dando como garantia a receita futura das tarifas cobradas. Tavares vê espaço para que os fundos de investimento e os fundos de pensão, com ativos de 1 trilhão de reais no final de 2005, passem a investir em ações ou debêntures de empresas de saneamento bem estruturadas, desde que haja segurança jurídica, e as aplicações em títulos públicos deixem de ser tentadoras, com a queda da taxa de juro. “A participação do setor financeiro privado será essencial para ampliar os investimentos em saneamento básico, porque os recursos públicos são limitados e áreas como educação e saúde também são muito carentes e já têm fontes cativas de recursos orçamentários”, conclui Gaspar. Para ele, será necessário colocar o setor como prioritário. É o que defende a Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base (Abdib), que apresentou uma agenda com quinze pontos a serem cumpridos nos cem primeiros dias do próximo mandato presidencial. Entre eles, está a finalização do arcabouço regulatório do setor de saneamento básico. Resta torcer para que a agenda seja cumprida. **d**

GESTÃO PÚBLICA

Por Eliana Simonetti, de São Paulo

Na conta certa



Estudos mostram
que os municípios têm
mantido a contabilidade
nos parâmetros
estabelecidos pela Lei
de Responsabilidade
Fiscal — por disciplina
ou aumento na
arrecadação.
Agora é tempo de
melhorar o desempenho
dos investimentos sociais

S antana dos Montes, no centro de Minas Gerais, reúne pouco mais de 3,8 mil habitantes, matas, cachoeiras e muito sossego. No dia 6 de outubro passado houve grande agitação nas calçadas. Todos comentavam o fato de Amadeu Gonçalves Ribeiro, prefeito entre 1997 e 2000, ter sido condenado por descumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal. Teve os direitos políticos suspensos por cinco anos e pagou multa de quase 20 mil reais por não ter quitado as dívidas de um convênio firmado com a Secretaria de Estado da Educação, o que impediu o município de acertar novos convênios. Não muito longe dali, na região serrana do Espírito Santo, o prefeito de Venda Nova do Imigrante, Braz Delpupo, foi denunciado pelo Ministério Público Estadual por improbidade administrativa. No dia 23 de outubro, a promotoria do município pediu seu afastamento, sob o argumento de que Delpupo ordenou despesas que infringem a Lei de Responsabilidade Fiscal, além de ter sido responsável por licitações, contratações e pagamento de despesas irregulares. Histórias assim começam a se tornar comuns no Brasil. No Acre, ao fechar 26 vagas de altos salários e demitir funcionários, o prefeito de Acrelândia, Vilceu Ferreira, explicou: “Eu não quero ser preso. A Lei de Responsabilidade Fiscal é minha bíblia”.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) está em vigor há pouco mais de seis anos. Quando foi promulgada, visava combater um problema que ganhou evidência com a estabilização econômica e a queda da inflação: gastos e endividamentos descontrolados de administrações municipais, estaduais e federal. Com o pressuposto de que ambientes com contas controladas e boa administração das dívidas apresentam melhores condições de desenvolvimento, foram estabelecidos limites e punições (veja quadro na pág. 29). “Os avanços da política fiscal foram extraordinários. Passou-se de uma situação na qual as autoridades operavam sem instrumentos — com estatísticas parciais e precárias, produzidas irregularmente, com grande defasagem e sujeitas a revisões significativas; e onde parte importante do gasto era realizado à margem da discussão do orçamento — para outra onde os ‘botões’ a serem apertados para um ajuste estão muito bem identificados; e as estatísticas são regulares, abrangentes e fidedignas”, diz Fabio Giambiagi, economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no artigo “Programação Fiscal: sugestões para o médio prazo”.

A adequação das despesas à receita é apenas uma das faces da lei. Outra é a disciplina em tempos de campanha política. Desde sua edição, nos seis meses que antece-



orlader

Passou-se de uma situação na qual as autoridades operavam sem instrumentos

dem o término da legislatura ou do mandato do chefe do executivo, não pode haver ato que resulte em aumento de gastos ou contrato de operação de crédito. Uma terceira face é a da gestão eficaz dos recursos disponíveis – prática pouco comum num Brasil acostumado durante décadas à correção monetária, que escamoteava desperdícios e malversações. Para satisfazer as exigências da LRF, os administradores municipais tiveram de mudar de comportamento, aprender a cuidar das finanças de forma planejada, dispor de controles apurados, fazer previsões e acompanhá-las (veja quadro na pág. 30).

O trabalho “Lei de Responsabilidade Fiscal e Finanças Públicas: impactos sobre despesas com pessoal e endividamento”,

elaborado por Dea Guerra Fioravante, Maurício Mota Saboya Pinheiro e Roberta da Silva Vieira, pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), constata que os municípios brasileiros têm obedecido aos limites estabelecidos pela norma legal – o que é bom em termos contábeis. Suscita, entretanto, algumas questões. Elas dizem respeito à qualidade dos serviços públicos ou às vantagens obtidas pelos cidadãos após a aprovação da lei, que não traz diretriz de cunho social ou a possibilidade de adoção de políticas compensatórias. “A Lei de Responsabilidade Fiscal colabora para o ajuste das contas públicas, sem o qual não haverá condições de ultrapassarmos nossas dificuldades. No entanto, o equilíbrio fiscal é con-

dição necessária, porém não suficiente, para alcançar o desenvolvimento. Não podemos esquecer o que são, de fato, mudanças profundas, sobretudo na educação e no bem-estar social”, afirma Marcos Antônio Rios da Lóbrega, do Tribunal de Contas de Pernambuco.

Calibragem Ao comparar a situação dos municípios brasileiros antes da promulgação da lei (de 1998 a 2000), e nos anos subsequentes (entre 2001 e 2004), os pesquisadores do Ipea constatam que, no ano 2000, a maior parte se enquadrava nos padrões exigidos. Nos 5.212 municípios observados no estudo, a média de despesa de pessoal dividida pela receita corrente líquida era de 42,6% de 1998 a 2000. A que-



Ilustração Orlando

de política fiscal para outra em que há estatísticas regulares e confiáveis

da foi irrisória depois que a LRF entrou em vigor: ficou em 42% entre 2001 a 2004.

“Há indícios de que o limite legal tomou como base a realidade fiscal na época de formulação da lei”, afirmam os pesquisadores. Eles notam, no entanto, que antes de 2000 grande parte dos municípios do Rio Grande do Sul, Acre, Rondônia e Amazonas comprometiam de 44% a 60% de sua receita corrente líquida no pagamento de funcionários e que, em alguns, o índice de comprometimento ultrapassava 60% – o que praticamente desapareceu após a promulgação da lei. Como se explica que, mesmo tendo se ajustado à LRF, muitos municípios tenham registrado pequena queda na média de gastos? O fenômeno interessante é o seguinte: no período

anterior à vigência da lei, havia maior número de municípios que gastavam menos de 30% de sua receita com pessoal e encargos, e eles aumentaram suas despesas nessas rubricas depois que o limite foi estabelecido num valor que era o dobro do que dispendiam. Os pesquisadores denominam esse movimento de “efeito manada”, que é de estranhar, considerando a diversidade de demandas das regiões.

Qualidade Como se vê, as consequências da LRF não são simples nem diretas. Uma delas é que poucas cidades passaram a concentrar um grande volume de dívida. Antes de 2000, quarenta municípios estavam acima dos limites estabelecidos na LRF. O número caiu para doze em 2004.

A capital paulista, quarta maior cidade do planeta, é responsável por 49,76% do total. Como diz Roberta da Silva Vieira, “após a lei, municípios que gastavam muito pouco, aumentaram suas despesas. Muitos dos que estouravam as cotas de gasto de pessoal e de endividamento se ajustaram. E os que não o fizeram passaram a ter um peso maior no total da dívida – o que resultou em concentração e acentuação das desigualdades”.

Outro efeito colateral diz respeito ao tipo de gasto realizado pelas municipalidades. O texto “Desmistificando o debate fiscal: o equívoco de confundir gasto social com custeio da máquina”, divulgado em julho pela Secretaria de Assuntos Econômicos do BNDES, fala sobre o passo

Conceitos úteis

Algumas informações para o entendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e da contabilidade pública

- **Os municípios têm três fontes de receita:** a arrecadação própria (de Imposto Territorial, Imposto sobre Serviços e outras taxas); uma parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) arrecadado pelo estado a que pertencem; e as transferências de verbas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O Fundo foi estabelecido na Constituição, é formado por 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados e distribuído de acordo com o número de habitantes divulgado, anualmente, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O cálculo das cotas é diferenciado. Capitais têm direito a 10% da receita. Municípios do interior ficam com 86,4% dos recursos. Os 3,6% restantes compõem uma reserva a que fazem jus os municípios que não são capitais e têm população superior a 142.633 habitantes. A garantia de acesso a recursos é uma das razões da multiplicação do número de municípios – e das despesas decorrentes: eles eram pouco mais de 3 mil em 1988 e chegaram a 5.561 em 2001.
- **Considera-se município em situação fiscal saudável** aquele que gera resultado positivo, não tem necessidade de financiamento nem atrasos de pagamentos. Na outra ponta, apresentam sintomas de desequilíbrio fiscal os que registram déficit, têm necessidade de financiamento e contas em atraso.
- **Dívida consolidada líquida é resultado da seguinte equação:** da soma de operações de crédito internas e externas (obrigações em circulação e exigíveis a longo prazo), obrigações a pagar, precatórios (considerados a partir de 2002) e restos a pagar não processados (passivo financeiro); subtraem-se recursos e créditos disponíveis (ativo financeiro) e empréstimos e financiamentos (ativo não financeiro). Se o resultado for positivo ou negativo em no máximo 20% da receita o município é considerado capaz de honrar seus compromissos e, portanto, tem situação fiscal saudável.
- **Em 1996 (ano de final de mandato de prefeitos),** os municípios brasileiros apresentaram déficit fiscal recorde. O mesmo se verificou nos estados em 1998, véspera de renovação do executivo estadual. Foi para encerrar esse capítulo da história brasileira, de gastos desenfreados, que se instituiu o princípio da responsabilidade fiscal, inspirado em experiências de países da União Européia, do Canadá e da Nova Zelândia.
- **A Lei de Responsabilidade** é uma espécie de código de finanças públicas. Fixa os gastos com pessoal em 60% da receita corrente líquida dos municípios. Determina ainda que a dívida consolidada líquida mantenha relação de 1,2 com a receita corrente líquida. É complementada pela Lei nº 10.028, dos Crimes Fiscais, que pune a improbidade administrativa com pena de reclusão de um a quatro anos e estabelece outras punições, entre as quais ressarcimento do dano, se houver; perda da função pública; e suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos.

Antes da LRF, havia maior número de municípios que gastavam menos de 30% de sua

que será preciso dar após o ajuste das contas: o aumento da eficiência do investimento social. “Assume-se que só as despesas com investimentos beneficiam a população e que outras rubricas de gastos correntes servem apenas para manter a máquina e não representam benefícios à sociedade. No entanto, as despesas correntes com previdência, educação e combate à pobreza, agrupadas como ‘Gastos Correntes Finalísticos’, têm indiscutivelmente função social fundamental”. E conclui: “Deve-se evitar que, em nome do combate aos gastos da máquina pública, sejam reduzidas políticas sociais eficazes para a redução das desigualdades”.

Como forma de estimular a cultura da responsabilidade fiscal entre as prefeituras brasileiras, introduzindo temas que a LRF não contempla, como o desempenho social e a gestão eficiente, a Confederação Nacional de Municípios (CNM), em colaboração com Luis Roque Klering, professor da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), criou o Índice de Responsabi-

lidade Fiscal, de Gestão e Social (IRFGS). O desempenho social é estabelecido com base em indicadores de saúde e educação, considerando volume de recursos mobilizados e resultados em termos de atendimento à população. Com a aplicação da metodologia, descobriu-se que em 2003 os municípios estavam menos endividados, com mais suficiência de caixa, gastavam menos com pessoal, Legislativo e custeio da máquina administrativa do que em 2004. Mas investiam menos em saúde, saneamento e educação. Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina têm 72% dos municípios que estão no ranking dos cem melhores IRFGS. Os municípios gaúchos se destacam na área fiscal; os paulistas na social; e os catarinenses na eficiência de gestão.

Compatibilidade Poços de Caldas, em Minas Gerais, alcançou a melhor nota em matéria fiscal. No critério social, obteve índice pior que o de 3.690 cidades. Entre os dez mais bem posicionados no ranking fiscal, metade não figura entre os 3 mil pri-

meiros da responsabilidade social. A lista dos dez melhores no critério social é encabeçada por Monteiro Lobato, em São Paulo, que gastou 49% da receita corrente em educação e 35% em saúde, mas saiu-se mal em termos fiscais: sua despesa com pessoal representa 71,4% da receita (veja tabelas na pág. 32). “O sucesso fiscal muitas vezes ocorre à custa da área social. É preciso resgatar uma atuação mais harmoniosa”, diz o presidente da CNM, Paulo Ziulkosky, defensor da idéia de criação de uma lei que estabeleça metas de responsabilidade social para as administrações públicas.

Durante muito tempo o governo interveio fortemente na economia, como planejador, executor, fiscalizador e controlador de preços e tarifas. Como atuava praticamente em todos os setores, era difícil aferir fontes e usos de recursos, o que contribuía para aumentar a probabilidade de surgimento de débitos não contabilizados. Esse é um problema ultrapassado. Hoje a contabilidade é clara e há maior equilíbrio entre as colunas de receita e des-

Suporte técnico e financeiro

Nos últimos anos, algumas iniciativas têm sido importantes para preparar administradores e funcionários públicos para o novo ambiente criado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A pioneira é de Pernambuco, onde o Tribunal de Contas treinou mais de 4 mil pessoas em áreas diversas, das quais seiscentas em responsabilidade fiscal já no ano de 2000. A Caixa Econômica Federal instituiu o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal para os Municípios Brasileiros (PNAFM), montado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o objetivo de modernizar prefeituras. O primeiro a aderir, em 2002, foi o município de Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. Seus funcionários receberam cursos de capacitação, consultoria técnica e equipamentos de informática. Depois, praticamente todas as prefeituras mandaram representantes para as salas de aula. Em setembro último, funcionando a pleno vapor, o programa preparou 207 profissionais de 41 municípios num curso de gestão financeira e técnica de projetos — gente de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, Nossa Senhora do Socorro, em Sergipe, e Boa Vista, em Roraima, entre muitos outros.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) mantém uma linha de crédito para municípios, denominada “Modernização da administração tributária e gestão dos setores sociais básicos”, cujo objetivo é melhorar a qualidade do gasto público para o desenvolvimento local sustentado e o aprimoramento dos serviços de administração, assistência a crianças e jovens, saúde, educação e geração de oportunidades de trabalho e renda. Libera valor correspondente a 7% da receita líquida do município até o limite de 30 milhões de reais, para pagamento em oito meses, na compra de equipamentos de informática e capacitação de recursos humanos, entre outros itens. Uma das tomadoras desse empréstimo é Campinas, em São Paulo, com cerca de 1 milhão de habitantes atendidos por 17 mil funcionários em 22 unidades administrativas da prefeitura, cuja projeção é de aumento de 25% de arrecadação em 2007, após o investimento em tecnologia e treinamento de pessoal. Outra é Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, segundo maior parque industrial do estado do Rio de Janeiro, que gera superávit desde 2001, tem baixo endividamento e pretende aumentar sua arrecadação em 30% nos próximos cinco anos.

receita com pessoal e encargos. Eles aumentaram suas despesas nessas rubricas

Ilustração Orlando



Havia mais dinheiro em 2003 do que em 2004, mas investia-se menos em saúde e educação



Ilustração Orlando

Administrações campeãs em 2004

No respeito às normas da Lei de Responsabilidade Fiscal...

Município	Endividamento	Disponibilidade	Pessoa	Índice Fiscal
Poços de Caldas/MG	0,953	0,857	0,592	0,801
Santa Helene de Goiás/GO	0,955	0,909	0,496	0,787
São Sebastião do Oeste/MG	0,984	0,938	0,418	0,780
São José do Hortêncio/RS	0,846	0,794	0,682	0,774
São José dos Campos/SP	0,835	0,854	0,539	0,742
Rio das Ostras/RJ	0,748	0,684	0,760	0,731
Dois Irmãos do Tocantins/TO	0,694	0,654	0,810	0,720
Paty dos Alferes/RJ	0,879	0,823	0,421	0,708
Erebango/RS	0,792	0,757	0,566	0,705
Chapada/RS	0,779	0,786	0,596	0,704

...e nos indicadores sociais

Município	Saúde	Educação	Índice Social
Monteiro Lobato/SP	0,910	0,768	0,839
Inhumas/GO	0,907	0,551	0,729
São José do Barreiro/SP	0,782	0,664	0,723
Jati/CE	0,599	0,844	0,721
Itagimirim/BA	0,757	0,681	0,719
Bernardino Batista/PB	0,761	0,676	0,718
Bento de Abreu/SP	0,866	0,595	0,715
Barra do Turvo/SP	0,835	0,595	0,715
Olho d'Água do Piauí/PI	0,803	0,616	0,709
Itirapuí/SP	0,739	0,667	0,703

Fonte: Confederação Nacional dos Municípios

pesa. Segundo dados do Banco Central, 94% dos municípios brasileiros encontram-se dentro dos limites estabelecidos para gastos com o funcionalismo público; 58% registram superávit orçamentário; 38% apresentam dívida bancária nula; 70% realizam investimentos com recursos próprios; e os investimentos em educação (22%) e saúde (27%) somam quase a metade da receita média total. A observação da realidade revela exemplos de administrações que conseguem cuidar bem da contabilidade e, ao mesmo tempo, atender às necessidades da população.

A prefeitura de João Pessoa, capital paraibana, tem uma Secretaria da Transparência Pública encarregada de fiscalizar e divulgar informações sobre os gastos. As prioridades contidas no Orçamento são definidas em reuniões populares que ocorrem em catorze regiões da cidade. Para 2007, entre outras obras, está prevista a construção de unidades de saúde da família e de um centro de referência em educação infantil na 13ª região, que abrange quatro bairros e sete comunidades. “Muita gente passou anos lutando para que o poder saísse dos gabinetes. Agora, os recursos públicos estão sendo aplicados conforme as diretrizes populares”, diz o prefeito Ricardo Coutinho (PSB/PB). Fátima de Souza Freire, professora da Universidade Federal do Ceará, é autora de uma análise sobre as finanças dos municípios cearenses e seus investimentos sociais. Descobriu que todos obedecem aos limites legais de endividamento e de gasto com pessoal. Investem, em média, 39% de sua receita líquida em educação e 24% em saúde.

João Pessoa é apenas um caso, é verdade. Como são eventuais as histórias de Santana dos Montes e Venda Nova do Imigrante. O fato, entretanto, é que com informação e o exercício da democracia, os brasileiros dispõem de instrumentos para melhorar a vida nos lugares em que moram. Foi-se o tempo em que as benesses caíam do céu (ou de Brasília). Agora, todos estão convocados a agir. **d**

Os seguros sociais latino-americanos



Divulgação

Bismarck, na segunda metade do século XIX, ao convencer os europeus ocidentais da necessidade do estabelecimento de regras que garantissem a sobrevivência dos trabalhadores quando não mais fossem produtivos, não tinha idéia de que a exaustão de seu modelo de reciprocidade contributiva pudesse causar estragos 150 anos depois.

A Europa percebeu, ainda cedo, que o modelo de Bismarck era incompleto e, menos de cinquenta anos depois, Lord Beveridge introduzia o conceito da universalização, com cobertura também para aqueles que não pudessem contribuir em razão de desemprego, invalidez, velhice ou viuvez. A seguridade social, então, passou a ter dois segmentos. O retributivo, financiado pelas contribuições sobre os salários, e o assistencial, pelos impostos arrecadados pelo Estado.

Atualmente, a seguridade social européia é amadurecida, mas ainda escorada nos modelos integrados de Bismarck e Lord Beveridge. Esse amadurecimento não indica, entretanto, que os sistemas estejam em permanente equilíbrio. Há reformas constantes.

O drama dos sistemas previdenciários na América Latina é muito mais intenso. O modesto nível de desenvolvimento econômico do bloco, com populações abaixo da linha da pobreza, não permite pensar em sistemas previdenciários eficientes quando até mesmo as necessidades primárias não são atendidas.

Nem o Chile – que apresenta melhores índices sociais, com 18,2% da população abaixo da linha de pobreza, 8,1% de desemprego e Produto Interno Bruto (PIB) per capita de 11,3 mil dólares – conseguiu atingir um nível de satisfação adequado. Seu modelo exigiu recentes medidas corretivas. No conjunto dos sistemas público e privado, o benefício médio anual é da ordem de 3,7 mil dólares para quase 1,2 milhão de beneficiários. O Estado ainda consome 4,5% do PIB para a manutenção de benefícios mínimos.

A crise rondou de forma severa os dois países mais idosos da América Latina, Uruguai e Argentina, há cerca de vinte anos. A Argentina, que conseguiu importantes reformas em seu sistema pre-

videnciário, mas ainda está longe de atingir um grau de satisfação adequado, tem dado novo impulso à sua economia, elevando o PIB per capita a 13,1 mil dólares, todavia com uma taxa de desemprego de 12% e uma fatia elevada de 38% da população abaixo da linha de pobreza. Segundo país mais populoso do bloco, a Argentina tem 10,6% da população com mais de 64 anos de idade. O seguro social mantém uma renda de 155 dólares mensais para um conjunto de 3,4 milhões de beneficiários. O custo do sistema chega a 6,6% do PIB.

O Uruguai tem 13,3% de pessoas com mais de 64 anos e esse índice deve aumentar, já que o país tem a menor taxa de crescimento populacional de toda a América Latina. Com uma taxa de desemprego similar à da Argentina, distribui melhor seu PIB entre os 3,4 milhões de habitantes, de forma a situar apenas 22% dos uruguaios abaixo da linha de pobreza. O PIB per capita é de 9,6 mil dólares, e o gasto do sistema previdenciário chega a 4,2% do PIB. A renda média do beneficiário é de 150 dólares mensais.

O Brasil gasta 6,4% do PIB tendo uma proporção de população idosa bem menor (6,1%) e um PIB per capita mais modesto (8,5 mil dólares). Apesar da inclusão dos trabalhadores rurais a partir de 1988, com um piso que corresponde a 19% do PIB per capita, o sistema ainda não pode ser dito universalizado. Mas a renda média garantida é superior à dos países vizinhos, superando 250 dólares. O maior drama é a dificuldade em fixar tetos superiores e transferir as prestações mais expressivas para um regime contributivo e de reciprocidade, o que acaba por socializar o dispêndio já elevado do seguro social.

Os sistemas previdenciários latino-americanos, parecidos em sua conformação e representatividade, continuarão como uma pedra no sapato dos governantes, à vista do estágio ainda favorável do envelhecimento populacional, e continuarão dependendo fortemente do desenvolvimento econômico, da melhor distribuição da renda e da justiça social.

Paulo Mente é economista e ex-presidente da Associação Brasileira dos Fundos de Pensão Fechados (Abrapp)

“Os sistemas previdenciários latino-americanos, parecidos em sua conformação e representatividade, continuarão como uma pedra no sapato dos governantes à vista do estágio ainda favorável do envelhecimento populacional”

AGRICULTURA



A nata do café



Por **Manoel Schlindwein**, de Brasília

Alavancados pela proliferação das cafeterias e pelas exigências cada vez mais sofisticadas do mercado consumidor, os produtores e exportadores de café vivem uma nova época de ouro, com os grãos especiais cotados a preços jamais vistos

Por quase três séculos, o peso do café foi decisivo na balança comercial brasileira. Sua exportação trouxe divisas, progresso e até uma enxurrada de imigrantes para o país. Não é exagero afirmar que Brasil e café são sinônimos de longa data. Há alguns anos, no entanto, mais um capítulo vem sendo escrito nessa história, sem muito alarde. Seus artífices são os quase cinquenta produtores e distribuidores de grãos de altíssimo padrão de qualidade, os cha-

mados *speciality coffees*, ou, em português, “cafés especiais”. Eles apostaram num segmento em expansão no mundo inteiro e que agora começa a trazer divisas para o país. Ao contrário das práticas costumeiras, seu lucro não vem da quantidade de toneladas exportadas – o segredo do sucesso está no rigoroso processo de cultivo dos grãos, o que garante a superioridade do sabor.

Não é de hoje que os alimentos refinados e de grife invadiram as prateleiras. O

Dois ingredientes foram determinantes para o sucesso no exterior. O aumento

Vai um cafezinho?

O café é o segundo maior gerador de riquezas do planeta, perdendo apenas para o petróleo, informa o site da Embrapa-Café. Compõe um mercado que movimenta anualmente cerca de 91 bilhões de dólares. Sua cadeia emprega, direta ou indiretamente, meio bilhão de pessoas no globo, o equivalente a 8% da população mundial — e o curioso é que até bem pouco tempo não trabalhava na função de barista, a coqueluche da vez na gastronomia.

Barista é quase um barman, só que dentro de uma cafeteria. É ele quem opera as máquinas de espresso (grafado com S mesmo) e prepara os cafés da melhor maneira possível. É o profissional que seleciona os melhores grãos, pesquisa misturas e procura extrair o café de modo a valorizar a espuma e o sabor. Sua tarefa não é simples porque a variedade é imensa. Além dos cafés especiais, há os aromatizados, os orgânicos e os descafeinados.

A comparação com o vinho é inevitável. Aliás, quem sai perdendo no páreo são as uvas. O produtor Silvio Leite, da Agribahia, lembra que o grão cru pode ter de 300 a 400 sabores, e no torrado as variações chegam a 1,2 mil possibilidades. Afirmação de quem comandou por sete vezes os trabalhos do concurso

Cup of Excellence e é tido como um dos melhores degustadores de café do Brasil.

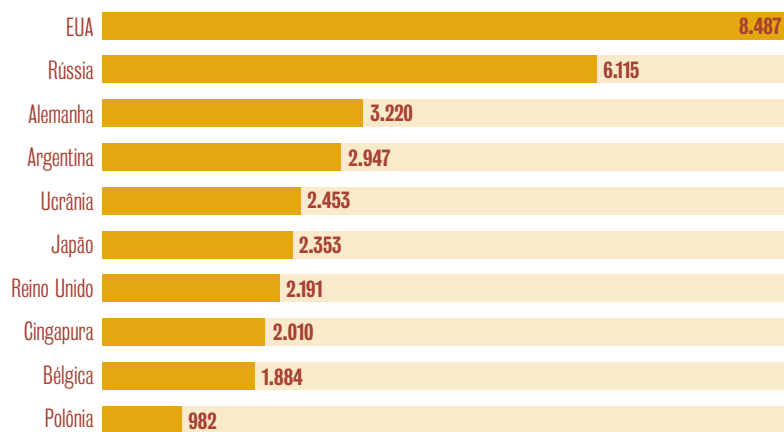
A proprietária do Lucca Cafés Especiais, Georgia Franco de Souza, reclama da confusão que muitas pessoas fazem quando o tema é o café especial. A expressão nada tem a ver com bebidas cobertas de chocolate ou chantilly. O que está em discussão é a qualidade dos grãos dos quais a bebida foi extraída. Esse trabalho de conscientização começou em 2002, quando ela abriu a primeira loja, em Curitiba, no Paraná. Hoje já são quatro, além de uma em Balneário Camboriú, em Santa Catarina, e outra em Salvador, na Bahia. A rede, que tem marca própria de café, orgulha-se de contar com os melhores baristas do país.

O açúcar é dos temas mais delicados, observa Souza. “Adoçar o café não chega a ser uma heresia”, adverte, numa alusão aos puristas, que, por exemplo, acham um pecado colocar ketchup na pizza — que, afinal, já tem (ou ao menos deveria ter) molho de excelente qualidade. O café especial é adocicado naturalmente, mas, como diz Souza, 2 gramas numa xícara de café espresso vão muito bem. Palavra de quem coleciona prêmios e foi para a Suíça atuar como juíza do Campeonato Mundial de Baristas 2006.

consumidor exige mais qualidade, e os produtores respondem imediatamente. Foi assim com os vinhos, as pimentas, o azeite de oliva e até o vinagre, que nas mesas mais requintadas passou a ser o aceto. Não haveria de ser diferente com o café. A sofisticação no cultivo e preparo trouxe à bebida detalhes e nuances semelhantes às do vinho. Para ter uma idéia do que está em jogo, basta dizer que uma saca de 60 quilos de café de primeiríssima grandeza foi arrematada por exatos 17.657,36 reais no ano passado. Trata-se da vencedora da sétima edição do leilão *Cup of Excellence*, evento anual promovido pela Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA, da sigla em inglês). Os compradores foram duas lojas estrangeiras: a australiana Espresso e a canadense Caffè Artigiano.

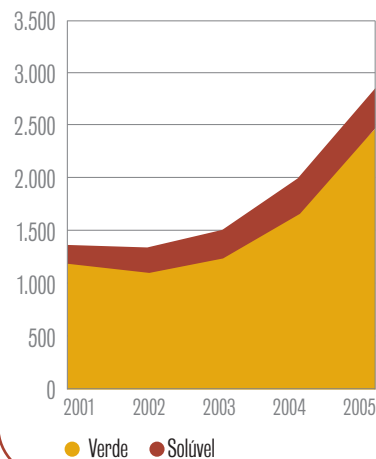
Campeões O encontro reúne a nata do café brasileiro, por assim dizer. Para participar é preciso enviar com antecedência amostras daqueles grãos cultivados com todo o mimo. Na competição passada, os três primeiros lugares partiram de lotes localizadas em Carmo de Minas, no sul do estado de Minas Gerais. A Fazenda Santa Inês, de propriedade de Francisco Isidoro Dias Pereira, conquistou o prêmio *Gold Cup of Excellence*, com a nota recorde de

Maiores compradores de café brasileiro processado (em toneladas)



Fonte: Midic/Secex

Exportações brasileiras de café (em US\$ milhões FOB)



Fonte: Midic/Secex

de apreciadores da bebida e as atraentes redes de cafeterias

95,85 pontos, de um máximo de 100. Foi a mais alta já registrada nas 22 provas realizadas em todos os países que aderiram ao campeonato. O *Cup of Excellence* foi criado no Brasil em 1999 por iniciativa da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Organização Internacional do Café (OIC). A partir de 2003, o concurso foi adotado por El Salvador, Nicarágua, Honduras, Bolívia e Colômbia.

Apetitoso, mas e daí? Felizmente, os grãos especiais não se limitam a reluzir de prêmio em prêmio. Ao lado dos torrados e moídos, de grande valor agregado, eles estão movimentando o setor como há muito não se via. O volume de exportação registrado pelo Sindicato das Indústrias de Café de São Paulo (Sindicafé-SP) aumentou 309% entre 2002 e 2005. Um acordo firmado entre o Sindicafé-SP e a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), órgão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, foi o responsável pelo impulso. E este ano promete ser ainda melhor, pois até o mês de junho o Sindicafé-SP já havia exportado 86% do volume total de 2005, em termos de café torrado, moído e especial.

Em outro acordo, assinado no final de julho deste ano pela Apex-Brasil e a BSCA, foram previstos 11,5 milhões de reais para investimentos em marketing e publicidade, participação em eventos internacionais e promoção de encontros de negócios com compradores estrangeiros no Brasil e no exterior. A idéia é alavancar as exportações, que no passado ficaram em 37,3 milhões de dólares, somados os cafés especiais, os torrados e moídos. As metas do convênio prevêem que os filiados à BSCA consigam exportar 43 milhões de dólares em 2006, 48,1 milhões em 2007 e 54,2 milhões em 2008. A parceria pretende aumentar o número de empresas exportadoras e de postos de trabalho no setor. Algo bem palatável, dizem os signatários de ambas as partes. “O que estamos fazendo é mostrar ao mundo que o Brasil é capaz de exportar muito mais do



Arquivo IAC

Tipos de café

O Brasil é um dos poucos países no mundo a produzir os dois tipos de café: o café arábica e o café robusta (ou *conillon*).

Café arábica

A espécie arábica produz café de melhor qualidade, que contém o mais requintado aroma e os mais intensos sabores. Por isso, os cafés oferecidos nas cafeterias refinadas utilizam combinações das melhores bebidas de café arábica.

Café robusta ou *conillon*

O robusta é um café originário da África, tem um trato mais rude e pode ser cultivado em altitudes mais baixas. Não possui sabores variados e refinados como o arábica, diz-se que tem um “sabor típico e único”. Seu teor de cafeína é o dobro do que o registrado nos arábicas.

Especial

É produzido com 100% de grãos do tipo arábica, considerado o mais nobre dos cafés. Produz uma bebida normalmente mais doce, chegando muitas vezes a dispensar o uso de açúcar. O aroma e o sabor podem lembrar cereais torrados, flores, frutas ou achocolatados. É encontrado geralmente em embalagens valvuladas, com mecanismo interno que impede a saída de gases e a entrada de ar. A torra varia de moderadamente clara a moderadamente escura.

Fonte: Cecafé

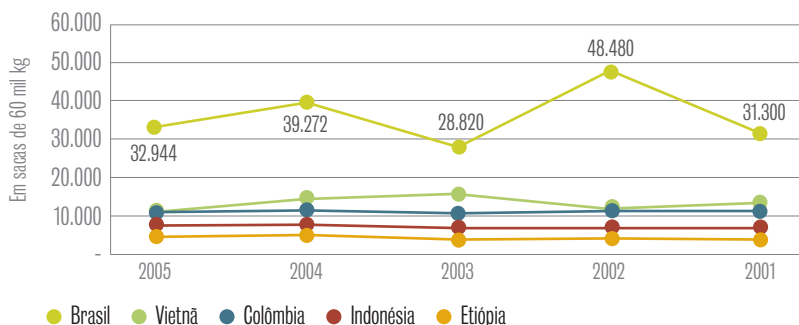
que *commodities*, ele também pode oferecer toda uma linha de produtos diferenciados”, diz o gestor do projeto, Marcos Soares, da Apex-Brasil (veja o gráfico das exportações brasileiras na pág. ao lado, e leia, no quadro, as características dos cafés produzidos no país).

O passo foi decisivo para fazer tremular a bandeira verde-amarela nas gôndolas estrangeiras. “Nós tínhamos uma enorme frustração de não encontrar as marcas brasileiras expostas nas prateleiras dos supermercados de países importadores. Agora finalmente conseguimos mudar isso”, orgulha-se Natham Herszkowicz, diretor executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic). O Brasil é o maior exportador de café do mundo, mas, pasme o leitor, até 2002 não exportava grãos torrados ou moídos – operação que cabia aos compradores. Conforme especialistas do setor, os industriais brasileiros não sabiam como funcionavam os mercados estrangeiros, como era feita a distribuição e o nível de concentração em cada região.

Publicidade Faltava uma direção, como na década de 1920, quando o café chegou a representar 70% das exportações brasileiras. Durante anos a política do governo estava atrelada exclusivamente ao preço, uma vez que as ações de marketing focando a qualidade não correspondiam a um incremento nas vendas. “A maciça campanha publicitária promovida pela Colômbia nos estimulou a fazer algo semelhante. Afinal, temos um café tão bom quanto o deles, senão superior”, observa Guilherme Braga, presidente do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé). “Lembro de folhear um livro numa feira do setor em Seattle, nos Estados Unidos, há poucos anos, e a descrição que davam sobre o Brasil era de um país dono de um café de baixa qualidade”, resume Cristiano Carvalho Ottoni. É um simples episódio, mas representa bem a dificuldade que os empresários brasileiros tiveram de enfrentar. Ottoni é sócio-proprietário da Spress Café, maior exportadora de cafés especiais do

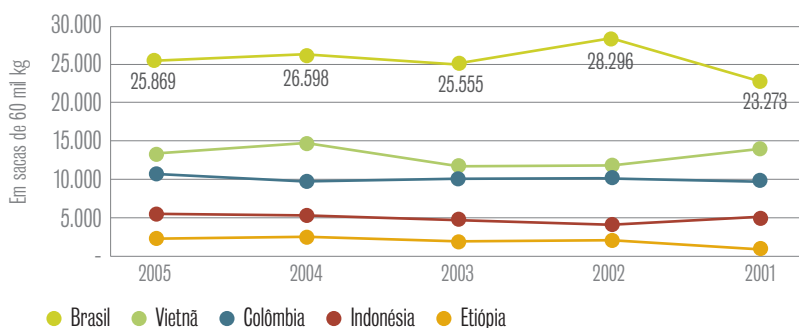
Até o mês de junho, o Sindicafé-SP já havia exportado 86% do volume total

Maiores produtores mundiais de café



Fontes: MAPA/SPA/CONAB; O.I.C.

Maiores exportadores de café



Fontes: MDIC/SECEX; O.I.C.

país, e garante que o quadro hoje é bem diferente. Sua empresa comercializa grãos verdes de alta qualidade com África do Sul, Noruega, Dinamarca, Alemanha e Estados Unidos – este último já com três distribuidores que cobrem o país de costa a costa (veja gráfico com os maiores compradores do café brasileiro na pág. 36).

Lojas A dinâmica de exportação do café em grão mais modesto sempre foi algo, digamos, sem glamour. Na verdade, o café brasileiro anda até ameaçado por fornecedores com preços cada vez mais competitivos – caso do Vietnã, que já detém 15% das exportações mundiais, ante 30% do Brasil (veja os gráficos acima). Por isso é tão importante ocupar espaço no mercado dos cafés de maior qualidade. Dois ingre-

dientes foram determinantes para colher o sucesso no exterior. De um lado, surgiram os apreciadores da bebida, gente que corre atrás do melhor grão, assim como os livreiros percorrem sebos país a fora. De outro, redes de cafeterias como Starbucks deram nova dimensão ao ato de beber a infusão da frutinha. O que a empresa norte-americana fez para o hábito é o mesmo que a rede de *fast food* McDonald's fez com o hambúrguer. A popularização foi instantânea, e o paladar dos 40 milhões de consumidores da rede começou a se aperfeiçoar. No Brasil, o negócio ganhou asas e várias redes surgiram, como a paulista Fran's Café e a paranaense Lucca Cafés Especiais (leia quadro na pág. 36).

Para José Henrique Ribeiro, sócio-proprietário da maior rede de cafeterias do

país – a Fran's Café –, o *boom* do setor não está ocorrendo agora. “Para nós, ele aconteceu na primeira metade da década de 1990. Em 1991, tínhamos dez lojas e alguns anos depois já eram quarenta. Foi um crescimento em progressão geométrica”, diz. Pioneiro, ele fez uso do modelo de gestão baseado em franquias antes mesmo de a lei entrar em vigor. “Nosso primeiro contrato foi assinado com um recibo de proposta de franqueado, em 1992, três anos antes de a lei ser sancionada. Dá para acreditar?”, indaga Ribeiro, sem esconder a satisfação de quem está há 35 anos no setor e deve fechar o ano com 110 lojas espalhadas pelo Brasil.

Ele diz que não vê a hora de a concorrente Starbucks aterrissar em solo nacional. “O mercado só tem a ganhar. Afinal, o hábito de frequentar as cafeterias vai aumentar ainda mais.” A rede norte-americana deve abrir duas lojas no Morumbi Shopping, na cidade de São Paulo, até o final do ano – uma em novembro e outra em dezembro. A investida é fruto do faro do casal Maria Luisa e Peter Rodenbeck, os mesmos que trouxeram o McDonald's e a Outback Steakhouse para o país. “Estou particularmente feliz em poder ajudar a trazer a Starbucks a uma região de onde provém a matéria-prima essencial para muitos de nossos *blends* exclusivos: o Brasil, terra de algumas das melhores fazendas produtoras de café de todo o mundo”, diz Buck Hendrix, presidente da Starbucks para a América Latina.

Fazendas Aos poucos, as cafeterias e butiques vão ganhando seu espaço, mas hoje quem lida com cifras na casa dos milhões de dólares são os produtores. Logo no início da década de 1990, quando o então presidente Fernando Collor de Mello extinguiu o Instituto Brasileiro do Café, os plantadores se sentiram meio órfãos da proteção estatal. Mas o grupo reagiu rapidamente e a máxima “A união faz a força” ecoou entre nove fazendeiros do Sudeste do país. Pouco tempo depois surgiu a BSCA, entidade que reúne quase meia centena de

de 2005 em termos de café torrado, moído e especial

Divulgação/Lucca Cafés Especiais



Os espaços reservados para tomar café se tornam cada vez mais bonitos e sofisticados e redes estrangeiras se instalam no país

fazendeiros e possui um certificado de qualidade sem comparação no mercado. “Nosso selo é realmente único no mundo, nenhum outro é tão completo, porque o nosso atesta a qualidade do café”, resume seu presidente, Alexandre Nogueira. A diferença do selo da BSCA em relação aos demais é o fato de assegurar excelência não só nas questões ambientais e sociais (como reciclagem e ausência de trabalho escravo), como também nas de aroma e sabor. Cada fazenda disposta a conquistar o título deve cumprir um *check-list* com 175 itens.

O *creme de la creme* do café brasileiro ganha corpo em fazendas dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Bahia. Para entrar no jogo, altitude é fundamental: as melhores colheitas do café tipo arábica, a variedade mais valorizada no mercado, vêm

de regiões montanhosas. O diretor do Centro de Café Alcides Carvalho, do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), Luiz Carlos Fazuoli, uma das maiores autoridades em café no mundo, conta o segredo, que, embora simples, é seguido à risca apenas por poucos produtores. “Para ter um bom café, não basta plantar corretamente. Também não basta colher da melhor forma. É preciso que todos os passos da produção, todos mesmo, tenham elevados níveis de qualidade”, explica o vencedor do prêmio de Ciência Aplicada ao Campo 2005, da Fundação Conrad Wessel, algo como o Oscar da ciência brasileira. Em 2004, ele publicou um artigo na revista *Nature* narrando a descoberta de uma variedade de café descafeinado naturalmente, de enorme repercussão na comunidade científica.

A exigência alcança níveis inimagináveis. “O consumidor passou a ir atrás das origens do café, quer saber como foi produzido e até mesmo em que fazenda foi cultivado”, diz Christian Santiago, do Sindicato da Indústria de Café do Estado de São Paulo (Sindicafé-SP). Não é à toa que o site da BSCA na Internet tem um *link* onde o usuário pode consultar o número do lote certificado. “Vivemos café 24 horas por dia. Cuidamos de cada detalhe da produção, fazemos questão de saber a história e a vida do produto, do início ao fim do processo”, diz Francisco Pereira, da Fazenda Santa Inês. Pelo visto, nunca uma citação de Honoré de Balzac fez tanto sentido para o setor. Disse o romancista francês do século XIX: “O café é a bebida que põe tudo em movimento”. Desperta não só o corpo, mas os negócios. **d**

Christopher Furlong/Getty Images

Em busca do remédio

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) elaborou um documento intitulado Elementos para a Agenda Social do Governo, que traz os principais obstáculos e algumas propostas para o enfrentamento dos desafios postos ao governo federal nos próximos quatro anos, nas áreas de saúde, previdência social, edu-

cação, indigência e pobreza e mercado de trabalho, entre outras.

Na área da saúde, de acordo com o Ipea, o próximo governo terá três grandes frentes a atacar. Em primeiro lugar, está o estabelecimento de uma melhor coordenação de políticas intersetoriais para lidar com a crescente importância das doenças crônicas



Ipea lista desafios a serem enfrentados pelo próximo presidente na área da saúde: aperfeiçoar a qualidade do atendimento, melhorar a convivência do SUS com os planos privados e estabelecer uma melhor coordenação de políticas intersetoriais para tratamento de doenças em casa e combate de causas externas de morte

P o r **L i a V a s c o n c e l o s** , d e B r a s í l i a

não transmissíveis e das causas externas de mortalidade.

Em segundo lugar, o Ipea aponta a necessidade de maior regulação do sistema nacional de saúde para melhorar a convivência entre o Sistema Único de Saúde (SUS), o segmento de planos e seguros privados e o setor de assistência dos servidores

públicos, civis e militares. E, finalmente, em terceiro lugar está o imperativo de aperfeiçoar os serviços do SUS para aumentar a eficácia da atenção básica e garantir a integralidade do atendimento. Também é preciso encontrar formas de assegurar o equilíbrio financeiro do Sistema Único de Saúde, que presta serviços a aproximadamente

75% da população brasileira e anualmente realiza cerca de 150 milhões de consultas e 13 milhões de internações.

Segundo o Radar Social (publicação que traça o perfil das condições sociais do país) deste ano, lançado recentemente pelo Ipea, entre 2001 e 2004 manteve-se a tendência de redução das doenças parasitárias e

Ainda convivemos com uma proporção desconfortável de mortes por doenças infecciosas

infecciosas, tais como malária, sarampo e cólera. Elas estão em penúltimo lugar entre as seis grandes causas de morte no país em 2004: doenças do aparelho circulatório (31,8%), neoplasias (15,7%), causas externas (14,2%), doenças do aparelho respiratório (11,4%), doenças infecciosas e parasitárias (5,1%) e doenças originadas no período perinatal (3,5%). Outras causas responderam por 18,3% do total de óbitos no mesmo ano. Esse cenário é reflexo de desenvolvimento socioeconômico, envelhecimento da população e aumento da cobertura das ações de saúde e saneamento.

Um perfil de mortalidade em que as doenças não-transmissíveis predominam é um indicador de uma população em um estágio socioeconômico mais avançado. No caso brasileiro, entretanto, ainda convivemos com uma proporção desconfortável de mortes por doenças infecciosas e parasitárias (5,1%), especialmente nas regiões Norte e Nordeste. É, portanto, um duplo encargo: o país precisa, de um lado, dar continuidade às ações de controle de doenças transmissíveis (aí se incluem as que vêm de longa data e as mais recentes, como HIV/Aids) e, de outro, conceber e colocar em prática medidas apropriadas de combate às não-transmissíveis.

Acidentes Um dado preocupante apontado pelo Radar Social é o aumento da mortalidade por causas externas (acidentes de trânsito, suicídios e homicídios, entre outras), que atinge a população de forma muito diferente, já que 84,4% das vítimas são do sexo masculino e 50% têm entre 20 e 39 anos. Em 2000, elas foram responsáveis por 14,9% da mortalidade total e, em 2004, esse percentual se manteve relativamente estável, em 14,2%.

Para o Ipea, a emergência do problema das doenças crônicas não transmissíveis traz à tona a importância de ações interseccionais. A prevenção e o tratamento dessas moléstias não acontecem somente nos postos de saúde e hospitais, mas principalmente em casa, uma vez que requerem mudança

de comportamento em relação a alimentação e estilo de vida. As altas taxas de mortalidade por violência e acidentes de trânsito são mais um exemplo de problemas em que, à ação específica do setor de saúde no atendimento às vítimas, precisam ser somadas iniciativas preventivas que são de responsabilidade de outras áreas do governo. Tudo isso exige o esforço coordenado do Estado e da sociedade civil em políticas de inclusão social, segurança pública, organização do espaço urbano, trânsito e transporte. São os chamados determinantes externos da saúde. Saneamento, qualidade da água, condições das ruas e estradas, coleta de lixo: tudo contribui (ou não) para uma vida saudável.

Padronização “A proposta de coordenação de políticas não implica a unificação de comando ou de recursos dos diversos setores organizacionais, mas garantir critérios e princípios comuns e dar sustentação política e visibilidade institucional às metas. Propomos a criação de uma coordenação de alto nível para a promoção da saúde, que exerça o papel de articulação intersectorial no âmbito do Ministério da

Saúde em conjunto com as secretarias estaduais e municipais”, afirma Roberto Passos Nogueira, pesquisador do Ipea, que aponta como um exemplo a ser seguido o Movimento Cidades Saudáveis (leia quadro nas págs. 44 e 45), criado na década de 1970 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e suas agências regionais, como a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

No Brasil, ainda são incipientes as políticas voltadas à promoção da saúde e à prevenção das doenças, pois uma parcela significativa dos recursos públicos vai para a assistência – compra de medicamentos, internações, ações ambulatoriais e consultas médicas. “A prevenção evita sofrimento e custa menos do que o tratamento”, diz Alexandre Marinho, pesquisador do Ipea. Um caminho é ampliar as ações de incentivo à alimentação saudável, começando pelo cuidado com a merenda servida nas escolas públicas de todo o país, inclusão de informação sobre nutrição nos materiais didáticos e campanhas contínuas para esclarecer a população sobre os efeitos nocivos do tabaco, da inatividade e do consumo excessivo de bebidas alcoólicas.

“O governo tem se preocupado com essa questão e já apoiamos iniciativas de cantinas saudáveis para lidar com a obesidade infantil, bem como a promoção de atividades para os idosos pelas equipes do Programa Saúde da Família (PSF), mas a mudança desse modelo é um processo longo”, argumenta Luís Fernando Rolim Sampaio, diretor do departamento de atenção básica do Ministério da Saúde (MS). Um caso bem-sucedido e um modelo de gestão compartilhada a ser seguido, de acordo com o Ipea, é o controle do HIV/Aids. Não só vários segmentos do governo se envolveram na mobilização, como também lideranças da sociedade civil e das organizações não-governamentais abraçaram o desafio. O resultado foi uma experiência cuja eficácia é reconhecida internacionalmente.

Uma segunda frente de atuação do próximo governo é a maior regulação do sistema nacional de saúde, para melhorar a



Uma forma de melhorar os indicadores de saúde é o maior cuidado com a merenda escolar

e parasitárias (5,1%), especialmente nas regiões Norte e Nordeste



Eduardo Knapp/Folha Imagem

Saneamento básico, condições das ruas e qualidade das moradias são alguns dos determinantes externos da saúde

convivência entre o SUS, o segmento de planos e seguros privados e o setor de assistência dos servidores públicos, civis e militares. “Idealizado para ser único, o SUS convive hoje num sistema plural que tem de ser mais regulado”, diz Sérgio Piola, pesquisador do Ipea. Ele lembra que, apesar de o papel principal do Ministério da Saúde (MS) ser o de coordenador e financiador do SUS – um sistema com financiamento público exclusivo e partilhado pelas três esferas de governo, no qual o setor privado tem forte presença na oferta de serviços –, nos últimos anos suas políticas passaram a abarcar também os mercados de bens de saúde por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e de planos e seguros privados por meio da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). “Grande parcela da população

passeia entre a iniciativa privada e o SUS, o que gera um problema, pois não há troca de dados. Seria preciso ter uma política de interação entre os sistemas”, sugere Marinho.

Demanda Luciana Mendes Servo, também pesquisadora do Ipea, dá um exemplo da confusão. “O usuário típico passa pelo posto de saúde, porta de entrada do sistema, e segue o tratamento, se preciso, em hospitais de maior complexidade. Mas tem muita gente que possui plano de saúde e descobre que tem uma doença grave que seu plano não cobre. Essas pessoas, que antes não eram usuárias do SUS, passam a ser. Cria-se, então, uma demanda para a qual o SUS não está preparado. Essa movimentação precisa ser regulamentada, com o cuidado de não ferir o direito de acesso

universal ao SUS”, diz. Na opinião de Fernando Cupertino, diretor de assuntos internacionais do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), essa ponte tem de ser estabelecida rapidamente. “O sistema público é brutalmente subfinanciado. Enquanto isso perdurar, essa ponte não será feita”, acredita Cupertino. De acordo com Gilson Caleman, diretor de gestão da ANS, hoje 80% da rede hospitalar servem ao sistema público e privado. “É fundamental ter uma agenda integrada entre os gestores públicos. São 43 milhões de beneficiários de planos de saúde privado no Brasil. Temos feito, em conjunto com o MS, várias reuniões e oficinas para equacionar essa questão”, informa Caleman.

Para aperfeiçoar os serviços do SUS, o Ipea sugere duas providências: aumentar a eficácia da atenção básica e assegurar que

A alta taxa de mortalidade por violência e acidentes de trânsito é um

uma pessoa atendida no posto de saúde tenha todo o restante de seu tratamento garantido em hospitais públicos de maior complexidade – a chamada integralidade do atendimento. Com 26 mil equipes que cobrem cerca de 5 mil municípios e 84 milhões de pessoas (44,9% da população), o Programa de Saúde da Família (PSF) é um dos vetores mais importantes de atenção básica no país (veja gráfico na pág. 46). Entretanto, o que seria uma solução pode se tornar mais um problema se o programa não se mostrar efetivo na promoção da saúde. A atenção básica só é simples na aparência. Na verdade, é nesse momento que a maior parte das questões mais comuns teria de ser solucionada. Além disso, cabe à atenção básica acompanhar vítimas de doenças crônicas, interagir com a comunidade e coordenar o fluxo de pacientes para níveis mais com-



Fernando Donasci/Folhaimagem

Um dos desafios para o próximo governo é aperfeiçoar os serviços do SUS e aumentar a sua eficácia

Os diferentes caminhos que levam à saúde

Com o objetivo de motivar governos e sociedade civil a desenvolver políticas sociais para melhorar as condições de vida e saúde da população urbana, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e suas agências regionais, como a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), iniciaram na década de 1970 o Movimento Cidades Saudáveis. A iniciativa surgiu do reconhecimento de que a saúde depende das ações do homem, das interações dos grupos sociais, das intervenções sobre o meio ambiente e das políticas adotadas pelos governos; em contraposição à hegemonia da terapêutica como solução para todos os males. Nesse momento, ganha força a idéia de promoção da saúde, em que o movimento se inspira. Segundo ela, a população pode se capacitar e buscar os meios para controlar os fatores que favorecem seu bem-estar e os que prejudicam sua qualidade de vida. Inúmeras são as iniciativas existentes atualmente na América Latina, na Europa e no Canadá. No Brasil, estima-se que existam 79 municípios saudáveis (veja mapa ao lado).

“Esse é um número bastante aproximado, já que só entraram na conta as cidades que fizeram contato com o movimento de alguma forma”, esclarece Rosilda Mendes, coordenadora do Centro de Estudos e Documentação (Cepedoc) Cidades Saudáveis, criado em 2000 por pesquisadores e professores da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). O centro apóia municípios e comunidades que queiram ingressar no movimento, além de organizar e divulgar in-

formações sobre projetos de melhoria da qualidade de vida. À OMS/Opas cabe dar capacitação aos centros irradiadores do movimento e assessorá-los. Na maior parte das vezes, esses centros são ligados às universidades públicas locais. “Entendemos a saúde como um conceito integral. Políticas de promoção da saúde são a base de uma cidade saudável”, afirma Luis Fernando Rocabado, consultor da OMS/Opas.

De acordo com Rosilda Mendes, “um município saudável é aquele em que os diferentes atores sociais da cidade, do governo e das organizações locais públicas e privadas se comprometem e se envolvem num processo que busca o desenvolvimento econômico e social e a preservação ambiental, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população. Uma comunidade não é saudável por decreto. Se transforma num processo longo, que requer decisão e vontade política”. É também fundamental que se definam as atividades que serão desenvolvidas, os aportes de recursos, os compromissos dos responsáveis e as formas de monitorar e avaliar o cumprimento das metas.

Um dos pilares das cidades saudáveis é a intersetorialidade. Isso significa que a administração pública deve se basear na articulação das ações de governo sobre problemas concretos, em territórios identificados. Mas, para esse tipo de estratégia dar certo, é necessário, antes de mais nada, elaborar um planejamento que contemple os setores envolvidos, o que engloba a sociedade civil, as organizações pri-

problema para o qual não bastam ações do setor de saúde

plexos de atendimento.

Um dos problemas detectados pelo Ipea, com forte impacto na capacidade resolutiva do programa, está nas relações de trabalho (as equipes geralmente são compostas por um médico da família, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e seis agentes comunitários de saúde). Cerca de 60% do pessoal ligado ao PSF não tem vínculo formal com as prefeituras. A informalidade gera insegurança e elevada rotatividade, o que não contribui para que a equipe consolide sua relação com as famílias, um dos pilares da melhoria da assistência. Outro obstáculo é a capacitação. Em geral, os médicos do PSF não têm formação específica em saúde da família. São profissionais recém-formados ou em final de carreira. “Estamos estimulando a criação de vagas em residência na especialidade de saúde da família. É mais difícil, pa-

dronizar as relações de trabalho, pois as contratações são feitas de forma descentralizada pelos municípios. Mas estamos incentivando a abertura de concursos e cursos de mestrado e doutorado para fixar profissionais”, relata Rolim, do MS.

Clareza Outro ponto determinante é a garantia da integralidade no atendimento aos usuários do SUS. As dificuldades de acesso à atenção ambulatorial em clínicas básicas ou especializadas, seja para consultas, exames de diagnóstico ou terapia, são cotidianas na rede pública. Assegurar a integralidade significa, entre outras coisas, fazer com que o paciente que necessita de um tratamento seja de fato atendido num prazo estipulado para cada situação, estabelecido em protocolos clínicos (prazos e procedimentos específicos para cada doença), para que as pessoas tenham

clareza de quanto tempo terão de esperar por uma consulta mais específica, exames ou cirurgias. “Além de protocolos, é necessário um sistema referenciado em que na consulta o próprio médico marque os exames e os próximos retornos do paciente”, sugere Servo, do Ipea. “Nossos ambulatórios são pré-históricos. Na Inglaterra, por exemplo, as pessoas são encaminhadas pela atenção básica para as etapas posteriores do tratamento, de acordo com protocolos estabelecidos. Elas saem da consulta já sabendo quando e onde será a próxima consulta”, informa Gastão Wagner de Sousa Campos, professor da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Não menos importante é equacionar o financiamento à saúde, objeto de preocupação em quase todos os países por motivos diversos. No Brasil, os recursos para

vadas e não-governamentais e todas as esferas do poder público local. Para ficar mais claro, Rosilda Mendes dá um exemplo. “O prefeito de Motuca, no interior de São Paulo, aproximou-se do Cepedoc com o objetivo de inserir a cidade no movimento. Depois de várias reuniões, o município, que tem cerca de 6 mil habitantes, dos quais 1,6 mil são assentados, decidiu trabalhar com a questão de geração de emprego e renda”, diz. Mendes conta que um dos primeiros desafios foi fazer com que a cidade se unisse em torno de um projeto, pois os assentados sequer compareciam às primeiras reuniões e, quando começaram a frequentar os encontros, não se integravam aos moradores não assentados. “Como discutir problemas comuns dessa forma? Depois de alguns meses, conseguimos que todos entrassem num acordo em torno do projeto de geração de emprego e renda. Como consequência, surgiram na cidade várias cooperativas.

Outro desafio detectado pelos moradores foi a necessidade de melhorar a qualidade da água dos assentamentos. Já em outro município, os habitantes decidiram que era necessário combater a violência”, afirma a coordenadora, explicando que, às vezes, a saúde não é protagonista do projeto. Nem de longe isso é um problema, já que o Movimento Cidades Saudáveis trabalha com a idéia de que não basta apenas tomar medicamentos e curar as doenças. É primordial atuar sobre os fatores sociais que afetam as condições de vida de uma população e, conseqüentemente, sua saúde.

Distribuição das Cidades Saudáveis



Fonte: Mariana Ferraz Duarte, “As agendas sociais brasileiras de desenvolvimento local: possibilidades de diálogo, articulações e de convergências”, 2006.

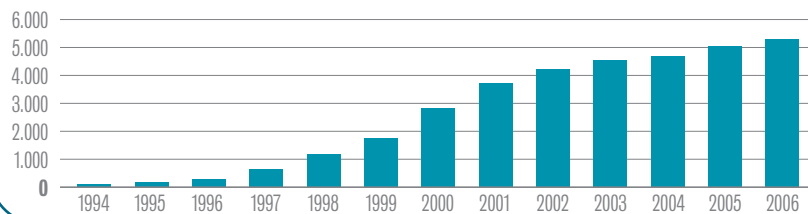
Os gastos públicos com saúde no Brasil corresponderam a 3,45% do PIB em 2003

Karime Xavier/Folha Imagem



O atendimento básico é o momento em que os problemas mais comuns devem ser solucionados

Número de municípios com equipes implantadas do Programa de Saúde da Família (PSF)



Fonte: Ministério da Saúde

esse setor vêm basicamente de duas fontes: famílias e empresas. Ao Estado cabe arrecadar – por meio de impostos, contribuições e taxas – e distribuir o dinheiro às esferas de governo federal, estadual e municipal, para a execução dos serviços públicos descentralizados. De acordo com a OMS, o Brasil gasta cerca de 7,6% do Produto Interno Bruto (PIB) com saúde. Desse total, 3,45% do PIB são investidos pelas três esferas de governo, segundo estimativas do Sistema de Informações Orçamentárias sobre Políticas de Saúde (Siops) válidas para 2003. Em 2001, o gasto público total com saúde na França, na Espanha e

na Inglaterra, correspondeu, respectivamente, a 7,2%, 5,4% e 6,2% do PIB. Na Argentina e em Cuba, foi de, 5,1% e 6,2%. Nos Estados Unidos, que têm um sistema de saúde assentado predominantemente no mercado, tais gastos alcançaram 6,2% do PIB. A conclusão é que aplicamos pouco dinheiro na saúde. “O gasto público brasileiro é muito baixo para um sistema que se propõe único e dominante como o SUS”, constata José Aparecido Ribeiro, pesquisador do Ipea.

A responsabilidade maior pelo financiamento à saúde é da União, mas isso não exclui outras esferas de governo de com-

partilhar a tarefa. Havia, até 2000, uma relativa ausência de critérios para definir a participação dos governos federal, estaduais e municipais na divisão do bolo. A situação de incerteza levou à criação de soluções transitórias, como o Imposto Provisório sobre a Movimentação Financeira (IPMF), em 1994, batizado de Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em 1996, que vem sendo reiteradamente prorrogada e não é mais vinculada exclusivamente a saúde. Diante desse quadro, começaram a surgir diversas propostas para dar mais estabilidade financeira ao sistema.

Legislação A mais recente é a Emenda Constitucional nº29, de 2000, aprovada pela Câmara de Deputados e pelo Senado. A EC 29 estabelece a vinculação de recursos orçamentários de União, estados e municípios a despesas com saúde. Determinou que, em 2000, o montante mínimo aplicado pela União fosse o valor executado em 1999 acrescido de 5%. Nos anos seguintes, entre 2001 e 2004, o aumento das despesas estaria vinculado à variação nominal do PIB. Para os estados e municípios, os percentuais mínimos de vinculação da receita de impostos deveriam ser de 12% e 15% em 2004, respectivamente, estipulando-se para o ano 2000 a aplicação de 7%. A aprovação da emenda parecia a solução do problema. E realmente teria ajudado se tivesse sido regulamentada. Mesmo sem regulamentação estados e municípios vêm tentando cumprir o estabelecido. Tanto é que, em 2003, já vinculavam 9,6% e 17,4% de suas receitas, respectivamente.

O grande nó a ser desatado, no entanto, diz respeito à definição dos gastos considerados “ações e serviços públicos de saúde”. Essa definição, que depende da regulamentação, é vital para evitar que gastos diversos sejam declarados como aplicações em saúde, apenas para que governos e prefeituras completem a alíquota exigida pela Constituição. Como se vê, trabalho não vai faltar nos próximos quatro anos. **d**

A questão do médico em saúde da família



“O médico de saúde da família não pode se limitar a um atendimento curativo em função de uma emergência qualquer. Integrando-se à equipe do programa, seu papel é proativo. Infelizmente, o sistema curricular de nossos cursos de medicina ainda não está orientado para dar uma resposta adequada a essas exigências”

Passados mais de dez anos do início de sua implantação, o Programa de Saúde da Família (PSF) ainda se mostra débil num ponto vital, que é o desempenho de seus médicos. De acordo com padrões internacionais, são exigidas do médico de família habilidades básicas muito distintas das enfatizadas na maioria dos cursos de medicina. O médico de saúde da família não pode se limitar a um atendimento curativo em função de uma emergência qualquer. Integrando-se à equipe do programa, seu papel é proativo: atua na prevenção de doenças e na promoção da saúde comunitária mediante atividades comunicativas e de ações técnicas as mais diversas. Por exemplo, espera-se que os médicos de família adotem uma abordagem abrangente dos problemas de saúde, incluindo a visão do impacto desses problemas na comunidade; mantenham um relacionamento contínuo com seus pacientes; e prestem cuidados centrados não na doença, mas na pessoa do paciente e no seu contexto familiar.

Infelizmente, o sistema curricular de nossos cursos de medicina ainda não está orientado para dar uma resposta adequada a essas exigências. Por isso, a experiência do PSF tem questionado as estratégias pedagógicas de capacitação dos médicos, não só na fase de graduação, mas também na residência e nos cursos de especialização. Isso ocorre porque o PSF se estabeleceu desde o início como um programa baseado no trabalho da equipe de saúde da família, com caráter multiprofissional, envolvendo o médico, o enfermeiro, o técnico de enfermagem e o agente comunitário de saúde. O espírito de trabalho em equipe foi sempre muito valorizado e procura-se evitar que os demais trabalhadores sejam tratados como meros “auxiliares” do médico. Contudo, devido a uma longa tradição de trabalho autônomo, o médico raras vezes consegue se articular adequadamente com os demais membros da equipe.

Essa questão, contudo, deve ser examinada tendo em vista as condições do mercado de tra-

balho dos médicos. Sabe-se que parte considerável dos profissionais que ingressam no PSF são jovens recém-graduados que vêm na saúde da família apenas uma etapa que favorece seu desenvolvimento. Passado algum tempo, saem do PSF em busca de formação em outra especialidade ou de outro tipo de função no sistema privado. É grande a rotatividade dos médicos no PSF. Um dos motivos é que eles não se sentem integrantes de uma efetiva especialidade, plenamente reconhecida e valorizada.

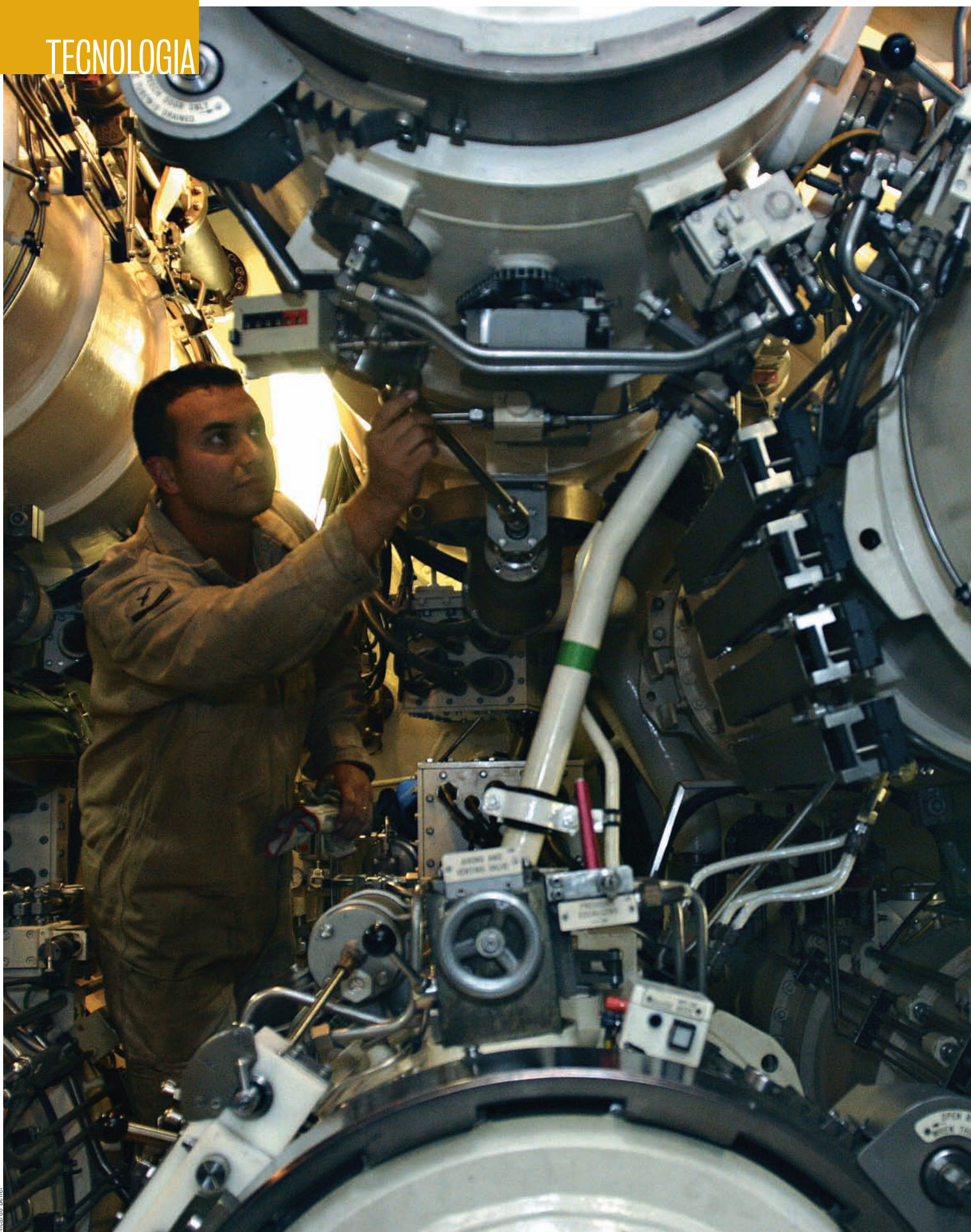
Quanto a esse ponto, é recorrente a polêmica acerca das características da formação. Ela deve ser realizada em conjunto com os demais profissionais de nível superior que participam da equipe, de tal modo que garanta o comprometimento dos médicos com o espírito do trabalho? Ou, ao contrário, os médicos devem ter uma formação específica e aprofundada, em clínica geral, preventiva e promocional, de modo a assegurar que seu estatuto de especialidade seja plenamente reconhecido entre seus colegas e pela própria população?

Sabidamente, o Ministério da Saúde criou programas que fortalecem as duas alternativas: financia tanto os cursos de formação multiprofissional quanto algumas residências exclusivas de médicos de saúde da família. Ademais, patrocina um programa (o Pró-Saúde) que incentiva, nas instituições de ensino superior, a adequação e a inovação curricular da graduação de médicos, enfermeiros e dentistas de acordo com os requisitos do PSF.

É muito claro, no entanto, que todas essas iniciativas precisam de um longo período de experiência e maturação para que resultem numa mudança efetiva do modo predominante de formação dos médicos, centrado que está nas especialidades de alta tecnologia e de prestígio social bem estabelecido perante o grande público.

Roberto Passos Nogueira é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

TECNOLOGIA



Ricardo Ballal



Por **M a r i n a N e r y**, do Rio de Janeiro

O submarino verde-e-amarelo

Rápido e silencioso, ele é o guarda-costas perfeito para os 8,4 mil quilômetros de costa marítima do Brasil. O Tikuna incorpora inovações tecnológicas que lhe garantem melhor desempenho, menor ruído e maior período de submersão. A etiqueta *Made in Brazil* confirma o país no seleto grupo de quinze nações com capacidade de fazer submarinos e permite que seja plataforma de construção e reparo para clientes da América do Sul e da África

Navegar em submarinos é antes de tudo um exercício de adaptação a pequenos espaços. Algo como viver feito sardinha em lata. Não é sem motivo que o cinema gosta de explorar as tensões que surgem entre pessoas confinadas num artefato de metal, sem poder ver a luz do sol e cercadas por muitos milhões de metros cúbicos de água. Todo cuidado é pouco quando se trata de passar dias submerso. O capitão-de-fragata Francisco Antonio de Oliveira Júnior, comandante do Tikuna, o mais novo submarino brasileiro, passa a vida em estado de alerta. Sua audição aguçada está sempre procurando qualquer leve barulhinho na mais ínfima parte do submarino. E são muitas, muitas partes. Só as válvulas são incontáveis, mas Oliveira Júnior é capaz de dizer como cada uma delas está operando.

O S34-Tikuna, quinto submarino a compor a frota brasileira, não é nuclear, como o Seaview, comandado pelo almirante Harrigan Nelson, do seriado de TV *Viagem ao Fundo do Mar*. Ele é do tipo convencional, movido a bateria. Contudo, obviamente, não se trata de bateria comum. Em cada uma há 480 elementos. E as baterias são um dos

Os engenheiros navais brasileiros projetaram diesel-geradores potentes

itens de tecnologia nacional embarcados no submergível.

Embora construído no Brasil, o Tikuna é um projeto adaptado do modelo alemão IKL-209. Por isso, seu nome oficial é IKL-209-1500. Sua história começou em 1982, quando a Marinha brasileira assinou um contrato com o consórcio alemão Ferrostaal/Howaldtswerke Deutsche Werft (HDW), responsável pela construção do primeiro submarino no mundo, em 1850.

O negócio previa a construção de dois navios. O primeiro feito na Alemanha, com acompanhamento de técnicos brasileiros, e o segundo fabricado no Brasil, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Foi assim que surgiram o submarino Tupi, de 1989, e o Tamoio, lançado seis anos depois. Posteriormente, foram fabricados mais dois, evoluções do modelo inicial, e por isso considerados da família Tupi (veja ao lado a tabela que mostra as características da frota brasileira de submarinos). O Tikuna é o mais novo integrante da família. “É uma espécie de classe intermediária, com peculiaridades básicas do alemão IKL 209/ 1400, mas muito melhorado nos aspectos operacionais”, informa o engenheiro naval Irineu Franco, que trabalhou na primeira fase do programa.

Indiscrição As diferenças são grandes e foram concebidas por engenheiros brasileiros (veja detalhes na tabela ao lado). Das modificações introduzidas, a que mais se destaca diz respeito às baterias. Elas descarregam à medida que são usadas, e precisam ser recarregadas, como qualquer bateria. Mas a recarga é feita por dínamos movidos por motores a diesel, cuja combustão interna precisa de ar. Então, para a recarga, é necessário que pelo menos o mastro do submarino esteja na superfície. Esse é um momento perigoso, pois a embarcação fica exposta à detecção visual e de radar – razão pela qual é tão importante a redução do tempo de carga. Os engenheiros navais brasileiros projetaram diesel-geradores mais potentes e mais eficientes, com o que chamam de “menor taxa de indiscrição”,

ou seja, menor tempo de exposição visual.

Mas não é apenas por meio da visão que se detecta a presença de um submarino. Muitas vezes a embarcação se revela pelo ruído que produz. A arte de construí-los tem muito a ver com a capacidade de manter silêncio no ambiente aquático, em que o som se propaga rapidamente. Os brasileiros reduziram o nível global de barulho irradiado. Suavizaram as linhas do casco para que gerasse menos ruído hidrodinâmico, provocado pelo deslocamento de água. Dizem os tripulantes que, quando ficam quietos, podem ouvir até golfinhos se aproximando.

O Tikuna é imperceptível, mais discreto por curtos períodos se comparado a um submarino nuclear. No conflito que envolveu Argentina e Inglaterra pelo controle das Ilhas Malvinas, em 1982, os submergíveis ingleses alijaram do cenário os navios argentinos. Se contasse com bons submarinos convencionais, a Marinha argentina poderia ter defendido melhor suas embarcações.

O Tikuna leva uma tripulação de sete oficiais e 29 praças. Possui oito tubos de torpedo e é movido por propulsão diesel-elétrica, com motor elétrico, baterias e conjun-

Frota brasileira de submarinos

Nome	Onde foi construído	Lançamento
Tupi	HDW, Kiel, Alemanha	abr/87
Tamoio	Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro	nov/93
Timbira	Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro	jan/96
Tapajó	Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro	dez/99
Tikuna	Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro	mar/05

O caçula da família

O Tikuna incorpora diversas modificações em relação aos submarinos Tupi:

- diesel-geradores mais potentes e eficientes, propiciando menor tempo de exposição visual para carregamento das baterias;
- arranjo geral modificado, com aumento de duas cavernas e uma praça de máquinas auxiliar;
- maior nível de automação dos equipamentos;
- suavização das linhas do casco para redução do ruído hidrodinâmico;
- redução do nível global de ruído irradiado;
- melhoria nas condições de habitabilidade.

A tecnologia nacional/nacionalizada compreende:

- fabricação do casco resistente;
- projeto do arranjo de parte da seção de popa e da vela, com a elaboração de cerca de uma centena de desenhos de construção;
- fabricação das partes do modelo referentes à vela e à superestrutura;
- fabricação de baterias de acumuladores para submarinos.

e eficientes, que reduziram o tempo de recarga das baterias



O Tikuna proporcionou ao país o domínio do ciclo “projeto, construção e reparo” de submarinos, que, entre outros benefícios, estimula a indústria naval

tos de motores diesel-gerador. Sua construção permitiu ao Brasil dominar o ciclo “projeto, construção e reparação”, o que é positivo, já que o processo de fabricação de submarinos estimula o desenvolvimento de novas tecnologias para a indústria naval e beneficia outros setores, além de aumentar a geração de empregos.

Tikuna é o nome de uma das tribos indígenas mais guerreiras e persistentes do Brasil, motivo pelo qual foi escolhido para identificar o submarino que levou dez longos anos para ficar pronto. Nesse período,

Características do Tikuna

Comprimento total	62 metros
Diâmetro do casco resistente	6,2 metros
Deslocamento	1,4 mil t na superfície, 1.550 t submerso
Propulsão	Diesel-elétrica, 480 elementos de baterias, motor elétrico e propulsor
Velocidade	Acima de 20 nós
Profundidade máxima de operação	Superior a 200 metros
Armamento	8 tubos lança-torpedos de 533 milímetros (21 pol.)
Tripulação	7 oficiais e 29 praças

O submarino brasileiro é extremamente silencioso, resultado de tecnologia nacional.

foram gerados 402 empregos diretos e 2,1 mil indiretos, para militares e civis.

Tecnologia Construir um submarino, mesmo que convencional, é privilégio de poucos. No mundo, apenas quinze países têm a capacitação tecnológica necessária. No hemisfério sul, atualmente, somente o Brasil mantém um programa de construção em andamento, o que qualifica o país para a execução de outros projetos navais. “O Brasil é candidato a ser plataforma de construção e reparo de submarinos de água rasa, podendo exportar para países da América do Sul, da África e mesmo para as nações desenvolvidas que se especializaram em submarinos de águas profundas”, diz José Carlos Miranda, secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento.

Embora o Tikuna seja o maior submarino brasileiro, não se deixe enganar. Os 62 metros de comprimento desse charuto metálico até que parecem razoáveis, mas os 6,2 metros de diâmetro são preenchidos por tubulações, máquinas, sistemas, radares e um sem-número de aparatos. Por vezes, sobra apenas meio metro de largura para que os tripulantes caminhem nas instalações. Isso se ninguém quiser se aventurar pela sala de máquinas, onde para alcançar determinados cantos é preciso abaixar (veja quadro abaixo).

O lugar mais espaçoso da embarcação é a proa, onde estão abrigados os enormes torpedos. Por ironia, é justamente lá que todos costumam se reunir para o lazer – quando não estão em missão, é claro. O motivo é simples: o espaço permite relaxar um pouco, mesmo ao lado de torpedos, e é ali que fica a sala de televisão. Contudo, numa situação real de conflito ou treinamento, o local é bem perigoso. Basta lembrar que o submarino russo Kursk afundou em 2000, com 118 tripulantes a bordo, exatamente porque um torpedo defeituoso explodiu na proa após um treinamento.

O escritor Júlio Verne não estava brincando quando deu *status* de monstro ao submarino Nautilus comandado pelo Capitão Nemo, no longínquo ano de 1870, em seu livro *Vinte Mil Léguas Submarinas*. O capitão-tenente Aurélio Linhares descreve o submarino como um enorme cetáceo de aço que mergulha despercebido nas águas e delas emerge – ou nelas permanece obscuramente para sempre. A vida a bordo, para ele, é um rosário de pequenos e diários sacrifícios: “Cada um tranqüilo em seu posto. Mas a tensão nervosa está presente. Escutam-se todos os ruídos, checando se são normais. Acompanham-se todas as inclinações e os adernamentos, analisando-os para que não se agravem nem se prolonguem. Aspiram-se

todos os odores: um curto-circuito na instalação, um derramamento de ácido. Há os que acompanham os manômetros, os grupos, a profundidade, as pressões... Na manobra e no cuidado de um pode estar a vida de todos”.

Diferente do famoso *yellow submarine* (“submarino amarelo”, em português) criado pelo grupo inglês The Beatles, no Tikuna não há escotilhas. A sensação de clausura submarina é real. “O ar é renovado por um sistema chamado esnorquel, tanto para carregar baterias como para a respiração dos tripulantes”, esclarece o comandante Oliveira Júnior. A embarcação sobe a uma profundidade suficiente para que o periscópio alcance a superfície e içe um mastro que suga ar com diesel-geradores. Um submarino convencional faz isso sempre que a carga de sua bateria cai a determinado nível. Quando sobe à tona por completo, oferece uma oportunidade única para os fumantes. Sim, isso mesmo, por incrível que pareça, existem tripulantes que conseguem conciliar o vício com a profissão de submarinista.

Mercado O próximo passo na indústria brasileira deve se dar ainda neste ano. Será um contrato de construção e modernização de submarinos firmado com a siderúrgica alemã ThyssenKrupp, por meio de sua subsidiária ThyssenKrupp Marine Systems. O projeto em discussão prevê a entrega do submarino num prazo de sete anos após a assinatura do contrato e envolve também a instalação de uma siderúrgica no Rio de Janeiro, sede do Arsenal da Marinha. O investimento total será de 1,08 bilhão de euros. Assinado o contrato, os trabalhos começarão no início de 2007. Além do novo submergível (classe 214), de 1,5 mil toneladas de deslocamento, haverá modernização nos outros cinco. O acordo pressupõe a transferência de tecnologia, o que capacitará definitivamente o Brasil a construir, modernizar e exportar submarinos para outros países.

O mercado esperava que a Marinha tivesse optado pela construção de um sub-

Vida de submarinista é tão difícil...

Você já se imaginou vivendo sem ver a luz do sol, respirando ar reciclado, num estreito tubo de aço de 60 metros de comprimento, cercado de canos e equipamentos por todos os lados, 200 metros abaixo da superfície, no meio do oceano?

O submarinista deve ter características específicas, ser capaz de viver sem conforto, longe da família e dominar seu estado de espírito num ambiente claustrofóbico e hostil. As marinhas de todo o mundo reconhecem o fato. O processo de seleção é extremamente rígido, começando por um exame médico e psicológico que praticamente “vira o candidato pelo avesso”, na tentativa de confirmar se ele é o profissional adequado. O exame também busca descobrir habilidades especiais – quem tem audição perfeita, por exemplo, pode se transformar em operador de sonar. A exigência é tamanha que nove de dez candidatos são eliminados.

A tripulação do Tikuna consegue ouvir um golfinho se aproximando



Os equipamentos são tantos que sobra pouco espaço para movimentação dentro do submarino. Os profissionais devem ter boa capacidade de autocontrole

marino com o sistema AIP (*air independent propulsion*, em inglês, ou “propulsão independente do ar”, em português), que poderia navegar entre Porto Alegre e Recife, durante duas semanas, sem ligar os motores a diesel, permanecendo praticamente imperceptível a qualquer sonar. Mas o alto custo definiu a decisão a favor do modelo convencional sem AIP.

“Para 2007, o comando da Marinha já tem assegurados 301,7 milhões de reais para a construção de submarinos e outros 208,5 milhões de reais para sua modernização”, informa o senador Siba Machado (PT-AC), que participou da aprovação dos recursos na revisão do Plano Plurianual 2004-2007, pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Espera-se que o projeto gere 4 mil novos empregos, além de incentivar a criação

de um complexo industrial de fornecedores de componentes. A experiência do Tikuna mostra que isso é possível. A construção do submarino promoveu progressos, inclusive, em algumas atividades paralelas, como o Laboratório de Som do Centro de Instrução de Submarinos e Mergulho (Ciama), na Ilha de Mocanguê, em Niterói, no Rio de Janeiro. Ali está em elaboração um banco de dados de sons e ruídos do ambiente marinho, gravados e registrados para utilização no treinamento de submarinistas e no teste de peças e equipamentos.

O submarino nuclear tem muitas vantagens, entre elas a possibilidade de submersão por até três anos, o que é positivo do ponto de vista estratégico, embora resulte em enorme desgaste para os tripulantes. Seu combustível, no entanto, gera

muita polêmica e oposição, principalmente por parte de organizações preocupadas com a preservação ambiental. Essas e outras razões explicam o porquê de o Brasil não dedicar maior esforço à construção de seu modelo nuclear. “Resta saber qual a tripulação que permanecerá três anos submersa e quantos submarinos podem ser fabricados com os recursos necessários para completar a construção do submarino atômico”, pondera o coordenador da Campanha Antinuclear do Greenpeace, Guilherme Leonardi. Por outro lado, a máquina daria ao Brasil capacidade de atuação global e aumento do poder de dissuasão, um incentivo à solução pacífica de conflitos. Na ausência de necessidade, o Tikuna segue silenciosamente patrulhando a extensa costa do país. **d**

MELHORES PRÁTICAS

Rocinha

Por Gustavo de Paula, do Rio de Janeiro

Quando uma iniciativa de geração de trabalho e renda é desenvolvida a partir de um mergulho profundo na realidade em que se insere e nas vocações e tradições das pessoas, sem assistencialismo eleitoreiro, é possível conquistar um feito tão inimaginável quanto transformar donas-de-casa de uma favela carioca em artesãs de prestígio internacional nos universos da moda e do design. Criada no fim dos anos 1980, a Cooperativa de Trabalho Artesanal e de Costura da Rocinha, do Rio de Janeiro, mais conhecida como Coopa-Roca, produz peças para as marcas Osklen, M. Officer, Eliza Conde e Amazonlife, com as quais mantém parceria comercial, além de receber encomendas pontuais de outras grifes nacionais como Dautore e Lenny.

Formada por cerca de cem artesãs, a cooperativa também atende pedidos do exterior. O mais recente foi feito no mês passado pela marca japonesa Jun Co, que encomendou cem colares. Os japoneses descobriram a Coopa-Roca na edição deste ano da London Fashion Week. Além da capital inglesa, o trabalho dessas talentosas mulheres já desfilou pelas pas-

sarelas de Paris, Berlim e Nova York e nos corpos de modelos como Ana Hickmann e Isabeli Fontana. Mundialmente famosa por sua explosão demográfica e pelo contraste com as mansões e condomínios de luxo dos bairros vizinhos da Gávea e de São Conrado, a Rocinha supera os preconceitos e ganha o planeta, não pelo estigma da pobreza e da violência, mas pelo requinte e glamour das peças de alta-costura que produz.

Envolvimento A história da Coopa-Roca começou a ser desenhada em 1981, quando uma jovem moradora do Leblon, motivada pela leitura do educador Paulo Freire, decidiu conhecer de perto a vida cotidiana do morro. “Comecei visitando a empregada de uma amiga, que passou a me apresentar às vizinhas. O envolvimento com a comunidade acabou fazendo com que eu iniciasse uma oficina de reciclagem para crianças. Um dia, consegui uma doação de retalhos de tecidos e pedi a uma das moradoras que me ajudasse a fazer bonequinhos de pano. Ela se negou a deixar os retalhos nas mãos das crianças. Disse que tinha uma idéia melhor para aproveitá-los e chamou amigas para fazer almofadas, tapetes e colchas. Estava plantada a semente”, conta a socióloga Maria Teresa Leal, co-fundadora da Coopa-Roca e responsável pela coordenação executiva dos setores de produção e gestão da cooperativa.

Encantada com a riqueza das peças produzidas pelas migrantes nordestinas, a carioca Tetê Leal, como é conhecida, passou a dedicar-se à organização de um grupo de artesãs. O trabalho começou a ser desenvolvido em 1982, com apenas cinco mulheres. “A iniciativa foi o desdobramento de uma postura de chegar à Rocinha com os olhos e ouvidos bem abertos. Ao perceber que as migrantes nordestinas haviam trazido consigo o domínio de técnicas artesanais, vi naquilo uma ótima oportunidade para unir interesses e capacidades”, afirma Tetê.

As peças, feitas com sobras de corte industrial, foram vendidas a amigos e vizinhos

Cooperativa
de costureiras
da favela da
Rocinha dá show de
empreendedorismo.
As peças
confeccionadas
pelas artesãs
cariocas ganham
o mundo, vestem
modelos
internacionais
e desfilam nas
passarelas de
Londres, Paris
e Berlim

Osklen - São Paulo Fashion Week, julho 2006 - Coleção Verão 2007 - vestido de paetê de látex - bordado COOPA-ROCA - modelo Bruna Sortili



Com a sobra do corte industrial de confecções, as artesãs começaram produzindo

Um depoimento pessoal

O município do Rio de Janeiro conta com mais de setecentas favelas, onde vivem cerca de 1,1 milhão de pessoas, ou quase 20% da população. No entanto, a maioria dos cariocas, moradores da cidade legal, ignora a realidade da favela. Antes de conhecer a Rocinha, eu só havia cruzado a fronteira entre o morro e o asfalto quatro vezes, todas a trabalho. E lá fui mais uma vez, cumprindo meu dever de repórter, para desespero da minha pobre mãe. Ao lado do fotógrafo Ricardo Moraes, peguei um ônibus na rua Marquês de São Vicente, na Gávea, e saltei na Rua Um, onde está localizada a sede da Coopa-Roooca. Ao descer do coletivo, dei-me conta de que estava na Rocinha. Tomei um susto. Não imaginava que ônibus circulassem dentro da favela.

Em direção à sede da Coopa-Roca passamos por um corredor estreito, escuro e úmido, com um açougue de um lado e uma barraca de peixes do outro. Depois, não paramos mais de subir. Chegando ao nosso destino, procurei recuperar o fôlego e dar início ao bate-papo. Num dado momento, a conversa foi interrompida pelo barulho de fogos de artifício. "São os traficantes avisando que a polícia está no morro", disse Tetê Leal. Inevitavelmente, a questão da violência veio à tona. Perguntei se a ação do crime organizado interferia no trabalho das artesãs. A resposta foi negativa: "Os traficantes respeitam a cooperativa. Até porque muitos deles são filhos, irmãos, primos ou vizinhos das artesãs", afirmou Maria da Paz, presidente da cooperativa.

Antes de deixarmos a Rocinha, fomos levados à casa da dona Teresinha, onde começou a Coopa-Roooca. A humilde moradora da Rocinha nunca esqueceu o Ceará, mas se sente feliz na favela. E não é a única. Afinal, a Rocinha abraçou muita gente para quem a cidade não se abriu. Está certo que a presença do crime organizado é uma realidade dura e negativa. Mas quem olha essa questão de forma acaba construindo uma visão preconceituosa e cheia de estigmas. Hoje, estou certo disso.



Tetê Leal, a idealizadora da Coopa-Roca (à esquerda), acompanhada de duas artesãs, na sede da cooperativa

colchas, tapetes e almofadas de retalhos, vendidos a amigos e vizinhos

e em eventos como festas juninas de colégios e universidades, e feiras de artesanato no Circo Voador. Sem falar no bazar de Natal na casa da mãe da Tetê. Depois de cinco anos, foi criada a cooperativa. “O grupo começou a se empenhar no projeto. Para que o trabalho pudesse evoluir, no entanto, era preciso que existisse legalmente. Pensando nisso, levei dois profissionais à Rocinha, um para explicar o funcionamento de uma associação e outro para falar sobre cooperativas. As artesãs acabaram ficando com a segunda opção”, lembra a socióloga.

Tradições A Coopa-Roca nasceu com a proposta de elaborar produtos artesanais para decoração por meio do resgate de técnicas tradicionais, como o fuxico, o crochê, o bordado, o nozinho e o *patchwork*. Com apenas um ano de vida, obteve uma linha de crédito do governo federal e adquiriu a casa onde hoje funciona a sede de três andares, na Rua Um, parte alta da favela (mais próxima da Gávea). A projeção veio quando a cooperativa ingressou no mundo da moda. “No início da década de 1990, notei que havia um movimento de vanguarda acontecendo no eixo Rio-São Paulo, com uma visibilidade muito bacana. Fui atrás de quem estava organizando esses eventos e consegui que a Coopa-Roca entrasse no circuito. A moda com selo social era a grande novidade”, diz Tetê Leal.

O primeiro desfile aconteceu na Fundação Progresso, no Rio, em abril de 1994. Onze meses depois, o talento e a criatividade das mulheres da Rocinha ganharam as passarelas de Berlim. Tetê Leal recorda que ficou assustada com o convite para participar de um desfile na Alemanha. “Na época, o alemão Alfons Hug, curador das duas últimas bienais de São Paulo e atual diretor do Instituto Goethe no Rio de Janeiro, estava organizando uma mostra sobre o Brasil na capital alemã e queria exibir um trabalho que tivesse não só uma linguagem bem brasileira, mas uma proposta original. Ele tomou conhecimento da cooperativa e ligou para mim. Quando atendi, achei que fosse



Algumas associadas à Coopa-Roca e seus trabalhos

Alguns eventos realizados com a participação da Coopa-Roca

- 2006 • Exposição *Global Fashion, Local Tradition*, no Centraal Museum, Utrecht, Holanda
- 2005 • Exposição *Aller-Retour Paris-Rio*, no Ateliers de Paris
- 2005 • Desfile *Couture Equitable, Brésil/Brésils* (O Ano do Brasil na França), Parc de la Vilette, Paris
- 2004 • *São Paulo Fashion Week*
- 2004 • *Brazil 40 Degrees*, no Selfridges, Londres
- 2003 • *São Paulo Fashion Week*
- 2003 • *Workshop e Performance*, no Teatro Volksbühne, em Berlim, Alemanha
- 2002 • Exposição *REtalhar 2002*, em São Paulo e no Rio de Janeiro
- 2002 • *Fashion Rio*, no Rio de Janeiro
- 2002 • Participação especial na exposição *Morro Labirinto*, do Instituto Goethe do Rio de Janeiro
- 2002 • *São Paulo Fashion Week*
- 2001 • *London Fashion Week*

trote e desliguei o telefone. Ele ligou novamente e me deu uma broca. Não acreditei que pudesse ser verdade”, diverte-se.

A casa de cultura berlinense ficou lotada nos dois dias de desfile. No último, os organizadores foram obrigados a fechar as portas. O sucesso e a repercussão nos meios de comunicação foram tão grandes que a cooperativa foi convidada a montar um quiosque no Shopping Rio Sul. O ponto-de-venda foi inaugurado em outubro de 1995 e a Coopa-Roca permaneceu um ano no centro comercial. “Depois de doze meses, percebi que não estávamos prontas para comercializar nossos produtos diretamente. Não tínhamos infra-estrutura para isso. A experiência, contudo, foi muito positiva. Ela serviu de ponte para o entendimento de uma estratégia de negócios que pudesse ampliar a escala de produção e aumentar o número de mulheres envolvidas. Ela apontou um caminho mais eficiente”, conta Leal, lembrando que a cooperativa dependia dos refugos doados pela indústria têxtil. A vinculação da produção aos materiais disponíveis fazia com que o trabalho das artesãs tivesse mais valor artístico do que comercial.

Os rumos mudaram em 2000, quando a Coopa-Roca realizou a primeira edição da exposição *REtalhar*. O evento aconteceu no Parque das Ruínas, no Rio, e na unidade de moda do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) de São Paulo. “O nome remete não só a retalho, a primeira matéria-prima utilizada pelas artesãs, mas ao significado do verbo, que é “talhar novamente”. Queríamos dar uma nova forma ao nosso trabalho. Sendo assim, convidamos artistas plásticos, designers e estilistas para pensar novos produtos com as técnicas artesanais da Coopa-Roca. O sucesso da mostra foi tamanho que a cooperativa conseguiu fechar suas duas primeiras parcerias comerciais, com o designer Fernando Jaeger e a M. Officer, de Carlos Miele”, diz Tetê Leal.

A exposição consolidou a relação com a indústria têxtil e possibilitou à Coopa-Roca aumentar consideravelmente sua

Perto de completar vinte anos de existência, a cooperativa conta hoje com uma estrutura

Como nasceu a Rocinha

Os primeiros moradores da Rocinha se estabeleceram nas terras da antiga fazenda Quebra-Cangalha por volta de 1930, quando a área onde antes existiam grandes engenhos de açúcar foi repartida em pequenas chácaras. Os produtos cultivados pelas famílias muitas das quais haviam perdido tudo com a crise do café em 1929 — eram colocados à venda na feira da praça Santos Dumont, que na época abastecia a zona sul carioca. O nome Rocinha, no entanto, só começaria a ser usado em meados dos anos 1930. Segundo os moradores mais antigos da favela, quando os fregueses perguntavam de onde vinham as frutas e os legumes vendidos na praça Santos Dumont, todos diziam que era de uma tal “rocinha” no Alto Gávea. E o nome acabou pegando.

Considerada o primeiro imóvel construído na Rocinha, a casa número 1 da Estrada da Gávea chegou a ter suas obras embargadas pelo prefeito Pedro Ernesto em 1932. Segundo ele, os moradores teriam se apropriado indevidamente do terreno. Mas a lentidão no julgamento do processo acabou incentivando novas invasões. Surgiram, assim, os primeiros barracos de madeira na região. O pequeno sobrado na Estrada da Gávea, que deu origem à Rocinha, foi transformado em Centro Cultural em 2003, por decreto do ministro da Cultura, Gilberto Gil.

A Rocinha chegou a ser conhecida como a maior favela da América Latina nos anos 1980. Segundo cálculos da época, cerca de 200 mil pessoas moravam no morro. Os números atuais, colocam-na ainda como uma das maiores favelas do Rio, com pouco mais de 50 mil moradores (Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O período de maior crescimento aconteceu durante o *boom* imobiliário dos bairros de Ipanema, Leblon, Gávea e Jardim Botânico, nos anos 1950 e 1960, quando milhares de nordestinos se fixaram na favela atraídos pelas oportunidades de trabalho na construção civil.

escala de produção. Com isso, o número de artesãs saltou de dezesseis para cinquenta. O evento ganhou uma segunda edição em 2002, quando a Coopa-Roca fortaleceu ainda mais os laços com o mercado e conseguiu ampliar seu quadro para oitenta mulheres.

Apesar de ter adotado um novo plano de negócios, pautado na parceria comercial com grifes de renome e na confecção de produtos de alto valor agregado, a cooperativa nunca abandonou sua filosofia de trabalho. As mulheres produzem as peças em suas casas, o que permite aumentar a renda familiar sem abandonar o cuidado com os filhos e os afazeres domésticos. Só passam na sede para entregar sua produção ou para participar de oficinas de aperfeiçoamento. Mãe de cinco filhos, a artesã-mestra do bordado Marta Pinto sabe muito bem a importância de conciliar a família com o trabalho. “Não consigo mais me imaginar fora da cooperativa. Além de o artesanato estar em meu sangue, a Coopa-Roca é meu sustento e meu prazer”, diz a cearense de 36 anos.

Outra característica que se mantém desde o início é a gestão democrática. Todas as decisões são tomadas em conjunto. “Nosso caminho é construído com base nas necessidades do grupo. Há eleições para a admissão de novas cooperadas e para a escolha da diretoria. O voto de todas as mulheres tem o mesmo peso, e estimulamos a renovação do quadro”, afirma a paraibana Maria da Paz, de 44 anos, que encerra seu mandato de presidente no ano que vem.

Confraternização A cooperativa procura também discutir questões importantes para as artesãs, como a seguridade social, e estimular a união do grupo. Além de realizarem passeios de cunho histórico e cultural, incluindo visitas ao Jardim Botânico, ao Parque da Cidade e ao Instituto Moreira Salles, as cooperadas se reúnem todo fim de ano para um dia de confraternização com os filhos e os maridos, trazendo a família para dentro do universo da Coopa-Roca.



A cearense Teresinha da Costa Souza é a mais velha

Perto de completar vinte anos de existência, a cooperativa conta com uma estrutura muito bem organizada, em que as tarefas são divididas de acordo com a vocação e a capacidade produtiva de cada uma. A renda mensal média das cooperadas é 300 reais, apesar de as artesãs não terem ganho fixo. Elas recebem de acordo com o volume de trabalho, mas isso não quer dizer que podem entregar serviços mal acabados para obter maior rendimento. “Nossa preocupação com o resultado final é muito grande. A artesã sabe que não adianta correr contra o tempo. Se a peça não ficar perfeita, ela terá de refazê-la. Temos um controle de qualidade rigoroso”, explica a gerente de produção Lucélia Carvalho. Carioca de 30 anos, ela lembra que quando chegou à cooperativa, há sete anos, estava desempregada e desiludida com o trabalho no comércio.

Colhendo os frutos do sucesso, a Coopa-Roca se prepara para dois eventos que serão realizados neste mês na Casa França

de produção bem organizada e cerca de cem cooperadas com renda mensal média de 300 reais



Fotos Ricardo Moraes

das artesãs da Coopa-Roca. Foi ela quem sugeriu o uso dos retalhos na confecção de roupas e peças de decoração

Brasil, no Rio. Ambos farão parte da programação oficial do Fórum Cultural Mundial. Além de um desfile com cinquenta peças inéditas, no dia 24, a cooperativa terá seu trabalho traduzido pelo olhar de cinco estudantes de design da França que, no ano passado, fizeram um estágio de dois meses e aprenderam as técnicas artesanais praticadas pelas mulheres da Rocinha. Depois de inaugurar o Ateliers de Paris no fim de 2005, as peças produzidas durante o intercâmbio serão exibidas em solo carioca entre os dias 13 de novembro e 10 de dezembro.

Futuro As artesãs também estão às voltas com a produção dos cem colares encomendados pela japonesa Jun Co por intermédio de um representante comercial da cooperativa em Londres. A relação da Coopa-Roca com a Inglaterra, aliás, é um tanto especial. Em 2004, a convite do British Council, participou da exposição *Brazil 40 Degrees*, na Selfridges, uma fa-

mosa loja de departamentos londrina. Nesse evento a cooperativa chamou a atenção do estilista inglês Paul Smith e do designer Tord Boontje. Por meio de Boontje, a Coopa-Roca participou do projeto de decoração de todas as lojas Ann Taylor, nos Estados Unidos. Até hoje a cooperativa exporta uma luminária desenhada por Boontje. Em dois anos, foram vendidas cerca de quarenta unidades da peça, que custa cerca de 2,5 mil reais.

De olho no futuro, a cooperativa começa a planejar a realização da terceira edição da RETalhar, em julho de 2007. Outro plano para o ano que vem é a construção da nova sede de seis andares, toda de aço colorido. Situado na parte baixa da Rocinha (mais próxima de São Conrado), o terreno de 170 metros quadrados foi doado por Carlos Miele em 2001. Há dois anos, o projeto foi selecionado pelo Ministério da Cultura e recebeu isenção fiscal para a captação de recursos. Segundo Tetê Leal, o crescimento da cooperativa passou a exi-

gir um espaço maior para a ampliação da estrutura e a integração de novas moradoras.

Além disso, existe a vontade de trabalhar a questão da saúde da mulher e de usar a atual sede para retomar o projeto Nova Geração Coopa-Roca, realizado entre 1998 e 2001, com uma verba do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Durante três anos, mais de cinquenta jovens receberam aulas de técnicas artesanais, dança, conhecimentos gerais e noções de cooperativismo, além de orientação sexual. “Ao abrimos o espaço da cooperativa para a capacitação de pessoas da comunidade, fomos surpreendidas pelo grande número de jovens interessadas. Como a maioria dos garotos da Rocinha são filhos de nordestinos e carregam uma visão muito machista, nenhum homem quis aprender crochê. Acabamos desenvolvendo um trabalho muito interessante com as meninas, principalmente em relação à orientação sexual. Vimos que um dos principais problemas das adolescentes era falta de informação. A comunidade tem um dos maiores índices de gravidez entre jovens do Rio de Janeiro. Conseguimos, no entanto, que nenhuma de nossas jovens engravidasse. O projeto só não seguiu adiante porque os setores de gestão e produção da cooperativa cresceram muito, e não podíamos perder o foco da nossa missão, que é gerar emprego e renda para as mulheres”, lamenta Tetê Leal.

Mas todo caminho é feito de escolhas. E as bravas artesãs da Rocinha não se arrependem nem um pouco do caminho que trilharam. “A Coopa-Roca começou na porta da minha casa, com apenas cinco artesãs. Fico feliz em ver o quanto cresceu. É muito bom saber que nosso trabalho é reconhecido”, afirma a cearense Teresinha da Costa Souza, de 71 anos, mais velha das artesãs. Moradora da Rocinha, mãe de doze filhos, ela abre um largo sorriso sempre que lembra do dia em que convenceu Tetê Leal a ficar com os retalhos de tecidos que iriam para a sua oficina de reciclagem. A sabedoria, de fato, não exige diploma. **d**

Pesquisa **Nair Rabelo**
 Texto **Andréa Wolffbüttel**

ciência&inovação CIRCUITO



Agricultura II

Azeite de oliva baiano?

O azeite de oliva é um dos alimentos mais antigos da humanidade e todo mundo sabe que os de melhor qualidade são provenientes dos países às margens do mar Mediterrâneo. Agora, técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) estão trabalhando para adaptar as oliveiras às condições de algumas zonas de microclima do semi-árido brasileiro. A região escolhida fica na Chapada Diamantina (BA), a uma altitude entre 900 e 1,2 mil metros acima do nível do mar, o que faz com que as temperaturas no inverno caiam até 12° C. Em estudos preliminares, as oliveiras conseguiram cumprir o ciclo da floração e do amadurecimento dos frutos, levando a crer que será possível plantar azeitonas com sucesso no Brasil. A empresa Istri Ltda. firmou um acordo de cooperação técnica com a Embrapa e financia parte das pesquisas em troca do direito de ser a primeira a fabricar o azeite baiano, porém resultados mais conclusivos só devem surgir após três anos do início dos trabalhos.

Agricultura I

Poderoso bioinseticida

O Brasil está pronto para entrar no restrito clube dos países capazes de produzir bioinseticidas à base de nematóides — minúsculos vermes que atacam pragas da lavoura. Eles são recomendados no combate aos insetos que se escondem na terra e se protegem dos inseticidas normais. Uma dessas pragas é o bicudo da cana-de-açúcar, uma espécie de besouro capaz de destruir até 30 toneladas de cana por hectare. Pesquisadores do Instituto Biológico de Campinas, no interior de São Paulo, descobriram um nematóide que mata o bicudo. Em parceria com a empresa Bio Controle e com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que financiou a compra dos equipamentos, os cientistas desenvolveram um sistema industrial de produção do ne-

matóide. Disseminado pela plantação, ele invade o corpo do bicudo e libera bactérias que em 48 horas matam o hospedeiro. Nos testes realizados antes da comercialização do bioinseticida, foi constatado um aumento de produtividade de 17% nas áreas irrigadas com o nematóide. No mundo todo, apenas noventa empresas, em treze países, dominam a tecnologia de produção desse bioinseticida. Os sócios da Bio Controle, empresa que produzirá e venderá os nematóides, estão tão confiantes no sucesso do lançamento que já compraram um terreno de 9 mil metros quadrados em Araraquara, no interior de São Paulo, para expandir as instalações da companhia. Os primeiros lotes do produto, em forma de pó molhado, devem chegar ao mercado no início de 2007.

P&D

Poucas investem muito

A União Européia divulgou uma lista com as 2 mil empresas que mais investiram em pesquisa e desenvolvimento em todo o mundo em 2005. Em meio aos dois milhares de nomes, apenas três brasileiros: Petrobras, Vale do Rio Doce e Embraer. Se o total de companhias não anima muito, a classificação e o aumento do volume aplicado são significativos. As três estão classificadas bem acima da metade do

ranking: Petrobras aparece na 171ª posição, Vale na 260ª e Embraer na 620ª. Juntas, elas investiram 652 milhões de euros, o que equivale a um crescimento de 60% em relação ao desembolsado em 2004. Outros países em desenvolvimento também estão no ranking, com desempenhos variados. A China aparece com seis companhias e um total investido de 913 milhões de euros, sem considerar as quatro empresas de

Hong Kong. A Índia tem uma firma a mais do que o Brasil, mas o montante aplicado é bem menor — não passa dos 253 milhões de euros. A África do Sul e a Rússia constam apenas uma vez cada uma, enquanto Coréia do Sul e Taiwan arrasam. A primeira com dezesseis nomes e um total aplicado de 10,3 bilhões de euros. A segunda com 44 empresas e um desembolso de 3,8 bilhões de euros.

E-commerce

Pechincha na Internet

Só em outubro os preços caíram 2,7%. Não estamos nos referindo a nenhuma promoção relâmpago para queima de estoque. Estamos falando dos preços de produtos vendidos pela Internet. Em relação a setembro passado, as passagens e os pacotes turísticos ficaram 13,25% mais baratos, e nos livros a redução foi de 8,27%. Mês a mês, a concorrência e os sites de pesquisa de preço fazem com que os comerciantes encolham os preços das mercadorias vendidas pela Internet. Nos últimos doze meses, a deflação acumulada no *e-commerce* chegou a 12,8%. Considerando que os preços no mundo real das lojas estão subindo, vale a pena substituir o supermercado, a boutique, a livraria e até a agência de viagens pelo computador.

15 segundos é o tempo que uma substância recém-inventada leva para estancar uma hemorragia. O gel, de fragmentos de proteínas, foi testado em órgãos como o fígado e o cérebro. Funcionou sem provocar reações adversas

Parcerias

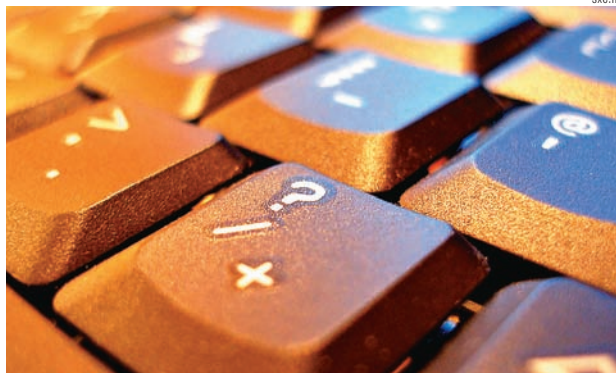
Unindo empresa e universidade

Para encurtar a distância que separa as empresas dos centros de pesquisa universitários, a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) promoveu, no mês passado, o Tech Day. O evento reuniu representantes de universidades e de institutos de pesquisa paulistas com a Delphi, multinacional fabricante de componentes para a indústria automobilística. Durante o encontro, a empresa apre-

Internacionalização

Incubando em Portugal

A Universidade Regional de Blumenau (Furb) acaba de abrir as portas do mercado europeu para as empresas catarinenses de tecnologia da informação (TI). O Instituto Gene, incubadora tecnológica da Furb, fechou um acordo com a incubadora Parkubis, da Universidade da Beira Interior, em Covilhã, Portugal. Por meio da parceria, os empreendedores de Santa Catarina poderão desenvolver seus trabalhos e vender seus produtos ao mercado português e ao restante da União Européia. Até agora, doze pequenas e médias empresas já foram selecionadas para se instalarem na Parkubis. Elas se reunirão em uma única pessoa jurídica, autorizada a funcionar no país ibérico.



Indústria

A força dos computadores

Durante os últimos quatro anos, o setor de máquinas de escritório e equipamentos de informática cresceu 140%, registrando a melhor performance da indústria como um todo. O bom desempenho é fruto da combinação da baixa cotação do dólar, com a redução das alíquotas e de PIS/Confis, mais o programa Computador para Todos, lançado pelo governo federal. A valorização do real ajudou na compra de componentes importados. A redução dos impostos barateou o preço para o consumidor final. E o programa governamental ofereceu financiamen-

to fácil para aquisição de computadores. O aquecimento do setor pode ser sentido nos números da Itautec, fabricante de equipamentos para informática. No primeiro semestre deste ano, as vendas de microcomputadores aumentaram 145% e as de notebooks 108%, comparadas ao o mesmo período do ano anterior. Resultado: a empresa abriu 250 novas vagas ao longo de 2006. Os dados foram extraídos de um estudo do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, elaborado pelo pesquisador Paulo Gonzaga.

Química

O azul da discórdia

O corante índigo blue reduzido, muito utilizado no tingimento do brim para fabricação de calças jeans, só é produzido por duas empresas em todo o mundo: a norte-americana DyStar e a brasileira Bann Química. Há um ano a Bann estava impedida de exportar o corante para os Estados Unidos porque a concorrente norte-americana entrou com um processo acusando a fabricante brasileira de ter infringido uma patente obtida pela DyStar, em 1993, nos EUA. A sentença saiu em setembro do ano passado, favorável à acusadora.

Treze meses se passaram até que a Bann conseguisse reverter a decisão no Tribunal de Apelação de Washington. Além de retomar as vendas para os EUA, que consome 10% de todo o denim produzido no mundo, a Bann pretende expandir as exportações para outros países, como o México, acreditando que a derrota nos tribunais vá desestimular a DyStar a entrar com novos processos. A Bann Química tem sede na cidade de São Paulo e seus principais clientes nacionais são a Vicunha Têxtil, a Santista e a Cedro Cachoeira.

livros e publicações

ESTANTE

Idéias, ainda que tardias

A bandeira do estado dos inconfidentes proclama a liberdade, “ainda que tardia”. Algo semelhante ocorre com as idéias políticas brasileiras, que sempre parecem intervir de modo defasado, quando não anacrônico, ou estar “fora do lugar”, como afirmaram acadêmicos da Universidade de São Paulo (USP). Weffort é um acadêmico da USP que aderiu precocemente ao PT. Depois, deve ter julgado anacrônicas, ou tardias, as idéias econômicas desse partido e serviu, durante oito anos, como ministro de Fernando Henrique Cardoso.

As idéias e personagens de seu livro não chegam, contudo, à contemporaneidade, com as únicas exceções de Gilberto Freyre e Hélio Jaguaribe (mas até os anos 1950, apenas). Weffort retraça o itinerário de nossa formação política, desde o descobrimento até a segunda República. Os jesuítas ficaram imersos no universo mental da contra-reforma, a ilustração pombalina foi um reflexo tardio do mercantilismo, as idéias avançadas de José Bonifácio foram derrotadas pelos escravistas retrógrados da independência, e o industrialismo e o “papelismo” de Mauá tiveram de confrontar-se com as propostas atrasadas dos agraristas e dos “metalistas”.

O livro é menos uma formação do pensamento político do país – é duvidoso que

ele seja, efetivamente, “brasileiro” – do que um exame da sucessão de idéias em voga no Brasil, importadas, em grande medida. Ele é também uma avaliação do maior ou menor efeito social provocado por seus portadores ou propositores, alguns deles claramente na vanguarda da sociedade, como Nabuco, que teimava em fazê-la avançar, sem grande sucesso porém. Não chega a ser novidade a reafirmação da prevalência do Estado sobre a nação ou a luta inglória dos nossos poucos intelectuais contra o atraso e a desigualdade. Euclides da Cunha constatou como a “civilização” esmagava uma suposta “barbárie” em Canudos, e Oliveira Viana, Sérgio Buarque, Caio Prado e tantos outros não se espantavam em confirmar a persistência do patrimonialismo ibérico. Weffort acredita que ainda temos ressonâncias do medievalismo português e ressalta os modismos importados: as manias francesas, o estilo político inglês do Império, o americanismo da República, tudo isso no quadro de um arraigado iberismo cultural.

Até meados do século XX, quando se completa a “formação do pensamento” tido como relevante pelo autor, as idéias eram trabalhadas à margem das universidades, que só a partir dos anos 1950 começam a fazer a “substituição das importações” no terreno da interpretação. Original, além de

precoce, foi Gilberto Freyre, que forneceu idéias que depois seriam trabalhadas pela École des Annales. Mesmo o nosso nacionalismo econômico, consubstanciado no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), tem muito a ver com as idéias econômicas da Comissão Econômica para América Latina (Cepal), da Organização das Nações Unidas (ONU), entre elas a que afirma, mais uma vez, o primado do Estado. Na fase inicial, mesmo Roberto Campos era favorável ao planejamento governamental.

Um posfácio sobre a história das idéias discute a dúvida de Raymundo Faoro, que perguntava, já nos anos 1990, se existia um pensamento político brasileiro. Quanto ao presente, a resposta é positiva, mas provavelmente não em relação às idéias e aos autores do passado, estudados por Weffort. Ele acha que sim, mas como extensão do pensamento luso, com algumas originalidades. Pena que não estude Silva Lisboa, provavelmente considerado apenas em sua dimensão econômica. Talvez o indianismo da tradição romântica contenha mais brasilidade do que as idéias políticas e econômicas, importadas de suas matrizes europeias. Na passagem do século XIX para o XX, a idéia de brasilidade se confunde com os projetos de superação do atraso, que passa necessariamente pela redução das desigualdades. Parece que ainda não conseguimos levantar esse obstáculo.

Paulo Roberto de Almeida



Formação do Pensamento Político Brasileiro: idéias e personagens

Francisco C. Weffort
Editora Ática, 2006, 360 p., R\$ 39,90

Os divergentes convergem

Esse livro representa, mais que um título, uma clara vitória. Em primeiro lugar, contra aqueles que Gustavo Franco chama de representantes do esquerdismo nacionalista jurássico, que pretendem ser desenvolvimentistas, mas só contribuem para o atraso do país. Em segundo lugar, contra o jargão econômico, pois apresenta, de modo claro, idéias sofisticadas de forma amplamente compreensível ao mais leigo dos leitores. Em terceiro e mais importante lugar, contra o esquecimento da história, em face da tendência a diluir a luta contra a inflação num *continuum* coletivo liderado por Fernando Henrique Cardoso, sem dar o devido crédito aos matadores do dragão. O autor merece ganhar a estátua de São Jorge.

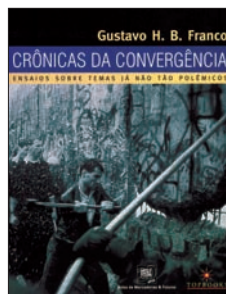
Gustavo Franco não precisaria humilhar, mas o fato é que muitos dos 189 artigos aqui reunidos arrasam os partidários da pseudociência e do curandeirismo econômico com tamanha lucidez e ironia que não se sabe como eles resenharão esse livro em suas revistas universitárias. Ele provavelmente será ignorado nesses bastiões da magia econômica, o que é uma pena, pois tem muito a ensinar, mesmo a marmanjos da academia.

Triste saber, porém, que o debate econômico no Brasil é escamoteado não apenas nas universidades. Um garoto de 13 anos escreveu com dúvidas sobre a dívida externa (p. 566), mas dificilmente Gustavo Franco poderia ajudá-lo na tarefa escolar: o professor estava querendo uma denúncia do Fundo Monetário Internacional (FMI), ao estilo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e não uma explicação sobre as contas externas. Da mesma forma, os antiglobalizadores não estão interessados em saber como funciona o mundo, apenas em perturbar o ambiente dos negócios, reduzindo empregos e impedindo o desenvolvimento dos mais pobres.

A maior parte do livro se ocupa da economia doméstica, isto é, de nossa difícil re-

conversão à normalidade. Gustavo Franco não se cansa em rebater idéias simples e erradas, como quando pede, por exemplo, “por uma política não industrial”, ou quando retrança a trajetória do Banco Central na difícil tarefa de defender o poder de compra da moeda, com todos os políticos trabalhando contra. Nada mais hilário do que ler, hoje, sobre as heróicas tentativas dos parlamentares de elevar, nos anos 1990, o salário mínimo ao “inédito” valor de 100 dólares: como diz o autor, “os governantes estão livres para errar” (p. 217). E como erram os governantes! A julgar pelos debates desses anos e os que ainda hoje ocorrem, parece que avançamos a passos de cágado, quando não andamos para trás.

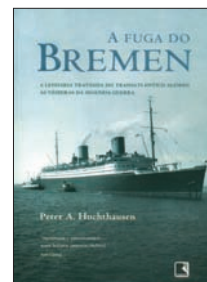
Paulo Roberto de Almeida



Crônicas da Convergência: ensaios sobre temas já não tão polêmicos

Gustavo H.B. Franco

Editora Topbooks, 2006, 598 p., R\$ 59,00



A Fuga do Bremen

Peter A. Huchthausen

Editora Record, 2006, 320 p., R\$ 48,90

Uma aventura alemã

Quem vê um exemplar de *A Fuga do Bremen* nas livrarias, de autoria de Peter A. Huchthausen, pode pensar que se trata de um alemão entusiasmado com uma das maiores façanhas de guerra realizadas por um navio de passageiros. Não é o caso. Huchthausen é capitão da Marinha norte-americana e atuou na Guerra do Vietnã.

Talvez por ser homem do mar, consiga avaliar bem o feito do capitão Adolf Ahrens. Ao comando do Bremen, o maior e mais luxuoso navio de cruzeiros do mundo, ele estava atracado no porto de Nova York em agosto de 1939, quando explodiu a Segunda Guerra Mundial. Contrariando os esforços do presidente Roosevelt, fugiu rumo à Alemanha disposto a enfrentar o bloqueio britânico do Atlântico Norte. A imensa embarcação foi camuflada em movimento e em alto-mar, pintada com cores cinzas e sem nenhuma identificação de nacionalidade. Até lançar âncora em Bremerhaven, a tripulação permaneceu por quatro meses e três semanas a bordo do transatlântico. Durante todo esse tempo, os marinheiros estiveram prontos para afundar o navio caso caísse nas mãos dos ingleses.

O livro é repleto de cartas, mensagens de rádio e depoimentos que dão um tom realista à narrativa. É uma leitura envolvente, só prejudicada pela péssima qualidade da tradução.

Andréa Wolfenbüttel

por **Andréa
Wolfenbüttel**

INDICADORES

O que é?

Pixel

Os leitores devem estar se perguntando o que pixel tem a ver com indicadores. De fato, nada. Porém os pixels andam freqüentando tanto as conversas e aparecendo nas vitrines sem nenhum constrangimento que acabaram por justificar este espaço para esclarecer, do que se trata. Àqueles leitores mais ortodoxos, peço desculpas pela liberdade e prometo retornar aos indicadores na edição que vem. Mas voltemos aos pixels. Primeiro, é bom saber que a palavra surgiu da união de dois termos em inglês: *picture* e *element*, ou seja, imagem e elemento. E é isso mesmo que eles são: os elementos com os quais são construídas as imagens digitais. Um pixel é a menor unidade que consegue conter uma informação individual de cor. Portanto, quanto mais pixels tiver uma imagem, melhor definição ela terá. Quando alguém fala a respeito de uma máquina fotográfica de 5.0 megapixels, está querendo dizer que aquele aparelho tem a capacidade de gerar imagens com 5 milhões (mega) de pixels. Cada pixel é composto de um pontinho azul, um amarelo e um vermelho. Normalmente, cada um desses pontos consegue apresentar 256 tonalidades diferentes, variando desde o mais claro até o mais escuro. A combinação de tonalidades permite configurar 16 milhões de cores distintas. É por isso que a qualidade das máquinas fotográficas aumenta proporcionalmente ao número de megapixels de suas imagens. O mesmo acontece com os monitores de vídeo.

Competitividade

O polêmico ranking da *Forbes*

No mês passado, a revista *Forbes* divulgou o seu ranking de competitividade dos países, e, como sempre, gerou discórdia. Muitos chiaram ao ver economias como a de El Salvador, do Panamá e da Colômbia à frente do Brasil. Independente das críticas, é sempre interessante observar essas classificações que, ao final das contas, são lidas no mundo inteiro. No cálculo deste ano, foram acrescentados novos critérios sociais, relativos a educação básica e saúde, por exemplo,

que não ajudaram muito o Brasil. O nível de competitividade do país despencou da 57ª posição para a 66ª. O fator que mais pesou nessa queda foi a macroeconomia, classificada em 114º lugar entre 125 países. Mau desempenho influenciado, provavelmente, pela alta taxa de juro. Onde o Brasil se saiu melhor foi na categoria de fatores de inovação e sofisticação, na qual ocupa o 38º lugar. Veja abaixo as classificações do Brasil e outros destaques.

Desempenho do Brasil

Classificação geral	Nota 4	Posição 66ª
Requerimentos básicos	4,1	87ª
Solidez das instituições	3,3	91ª
Infra-estrutura	3,3	71ª
Macroeconomia	3,4	114ª
Saúde e educação básica	6,5	47ª
Promoção da eficiência	3,9	57ª
Ensino superior e treinamento	4,10	60ª
Eficiência do mercado	4,2	58ª
Capacidade tecnológica	3,50	57ª
Fatores de inovação e sofisticação	4,09	38ª
Complexidade dos negócios	4,6	38ª
Inovação	3,56	38ª

Os 13 primeiros colocados

Class. 2006	País	Nota	Class. 2005	Varição
1	Suíça	5,8	4	↑
2	Finlândia	5,8	2	—
3	Suécia	5,7	7	↑
4	Dinamarca	5,7	3	↓
5	Cingapura	5,6	5	—
6	EUA	5,6	1	↓
7	Japão	5,6	10	↑
8	Alemanha	5,6	6	↓
9	Holanda	5,6	11	↑
10	Reino Unido	5,5	9	↓
11	Hong Kong	5,46	14	↑
12	Noruega	5,42	17	↓
13	Taiwan	5,41	8	↓
66	Brasil	4	57	↓

Os 13 últimos colocados

Class. 2006	País	Nota	Class. 2005	Varição
66	Brasil	4	57	↓
113	Uganda	3,2	103	↓
114	Mauritânia	3,2	-	—
115	Zâmbia	3,2	-	—
116	Burkina Faso	3,1	-	—
117	Malawi	3,1	114	↓
118	Mali	3	115	↓
119	Zimbábue	3	110	↓
120	Etiópia	3	116	↓
121	Mocambique	2,9	112	↓
122	Timor-Leste	2,9	113	↓
123	Chade	2,6	117	↓
124	Burundi	2,6	-	—
125	Angola	2,5	-	—

Alguns países da América Latina

Class. 2006	País	Nota	Class. 2005	Varição
27	Chile	4,85	27	—
53	Costa Rica	4,25	56	↑
57	Panamá	4,18	65	↑
58	México	4,18	59	↑
61	El Salvador	4,09	60	↓
65	Colômbia	4,04	58	↓
66	Brasil	4,03	57	↓
69	Argentina	4,01	54	↓
73	Uruguai	3,96	70	↓
74	Peru	3,94	77	↑
88	Venezuela	3,69	84	↓
90	Equador	3,67	87	↓
97	Bolívia	3,46	101	↑
106	Paraguai	3,33	102	↓

Requerimentos básicos

Os 5 primeiros colocados (notas)

Dinamarca (1)	6,15
Cingapura (2)	6,13
Finlândia (3)	6,1
Hong Kong (4)	6,04
Suíça (5)	6,02
Brasil (87)	4,14

REPAE: nessa categoria só há países da Europa e do Extremo Oriente

Promoção da eficiência

Os 5 primeiros colocados (notas)

EUA (1)	5,66
Suécia (2)	5,65
Cingapura (3)	5,63
Finlândia (4)	5,6
Suíça (5)	5,59
Brasil (57)	3,94

REPAE: nessa categoria, além dos países europeus e do Extremo Oriente, também estão os EUA

Fatores de inovação e sofisticação

Os 5 primeiros colocados (notas)

Japão (1)	6,02
Suíça (2)	5,89
Alemanha (3)	5,89
EUA (4)	5,75
Suécia (5)	5,66
Brasil (38)	4,09

Fonte: Revista Forbes

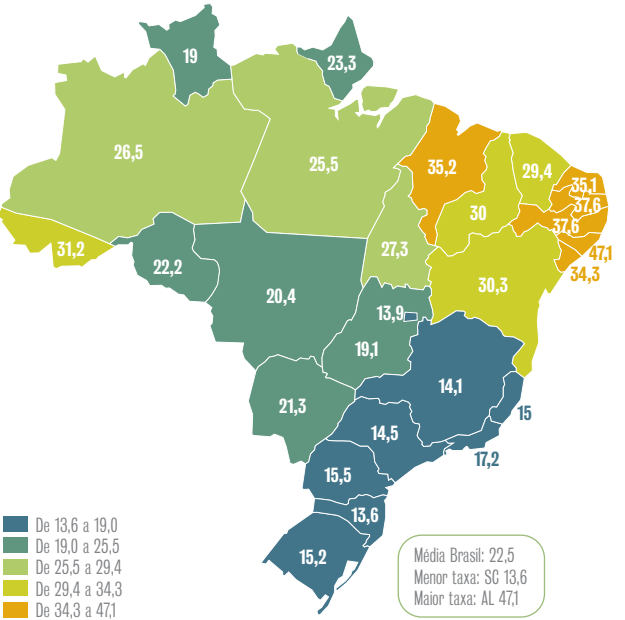
Radar social

O quebra-cabeça da saúde

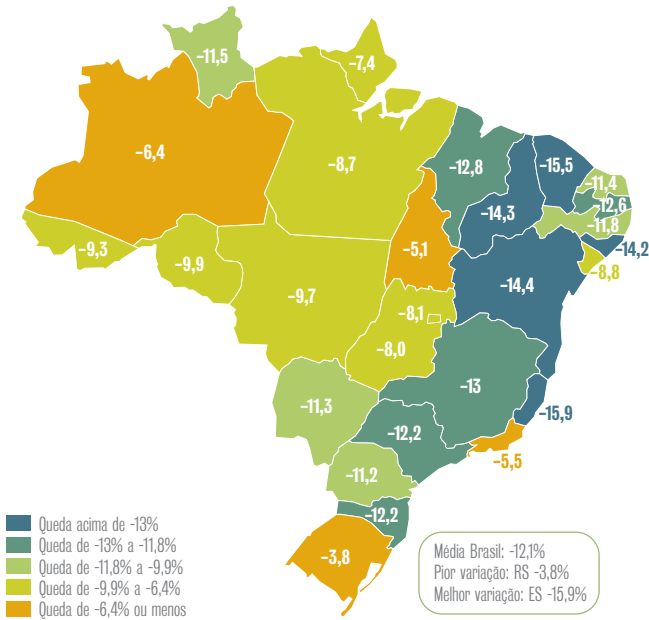
Quando se pensa em saúde no Brasil, é preciso levar em consideração realidades tão distintas quanto uma metrópole gigantesca e os recônditos da selva Amazônica. Os mapas abaixo, extraídos do livro *Radar Social 2006*, publi-

cado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostram como se distribuem pelas diversas unidades da federação dois importantes indicadores: as taxas de mortalidade infantil e por causas externas.

Taxa de mortalidade infantil em 2004 (por 1.000 nascidos vivos)

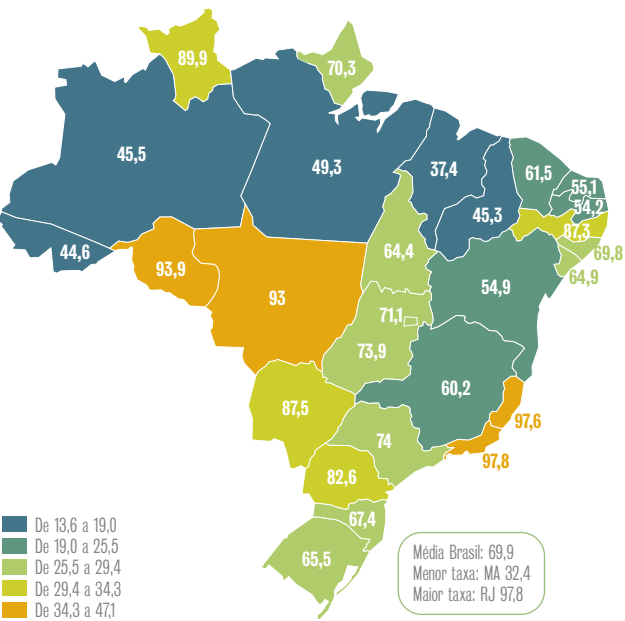


Variação da taxa de mortalidade infantil entre 2001 e 2004

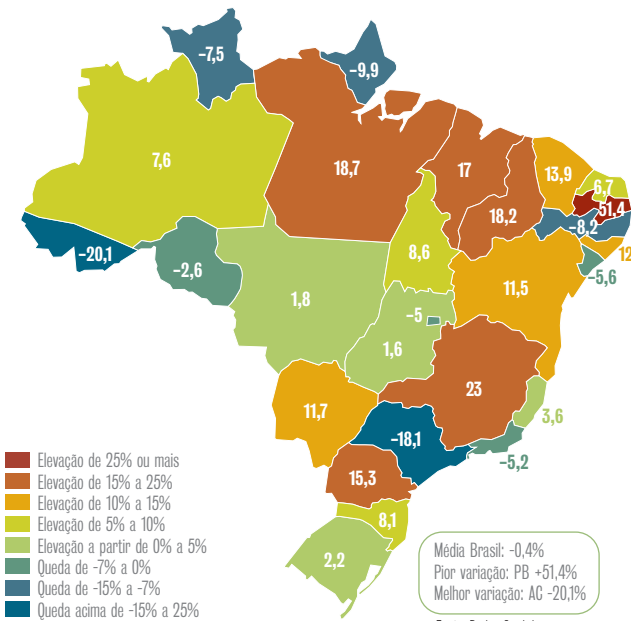


REPARA: todos os estados reduziram a taxa de mortalidade infantil. Naturalmente, aqueles que já registravam baixas taxas tiveram quedas menores

Taxa de mortalidade por causas externas em 2004 – acidentes de trânsito e homicídios (por 100 mil habitantes)



Variação da taxa de mortalidade por causas externas entre 2001 e 2004 (em %)



Fonte: Radar Social

CARTAS

A correspondência para a redação deve ser enviada para cartas@desafios.org.br ou para SBS Quadra 01 - Edifício BNDES - Sala 801 - CEP: 70076-900 - Brasília DF

Aviso aos leitores

Temos recebido muitas cartas de leitores perguntando se podem enviar artigos para serem publicados em **Desafios**. Informamos que teremos o maior prazer em receber o material desde que:

- Seja escrito por um especialista no tema.
- Seja exclusivo, isto é, não tenha sido publicado em nenhum outro veículo nem venha a ser no futuro.

- O tamanho não exceda 4 mil caracteres com espaços.

- Esteja escrito em linguagem acessível a leigos.

- Venha acompanhado do currículo do autor.

- Venha acompanhado de foto do autor em alta definição.

Ainda assim, os artigos podem não ser publicados, caso não sejam considerados de interesse do público ou haja falta de espaço.



Reprodução

de vez o mito de que as montadoras estrangeiras desenvolvem os carros lá fora e para nós sobra somente a tarefa de copiá-los. Parabéns!

Ronaldo Castro

Engenheiro
São Paulo - SP

Na coluna “O que é?”, da seção “Indicadores” da edição de outubro, na página 64, há uma imprecisão que poderá gerar algum transtorno. Trata-se do termo FOB (Free on Board), que, de acordo com a padronização Incoterms 2000 (CCI), significa que a obrigação do exportador é colocar a mercadoria dentro do navio, desembaraçada para exportação. No caso de uma exportação “FOB FÁBRICA”, não é aconselhável usar esse termo, pois o correto seria Ex Work ou mesmo FCA dos Incoterms 2000. Vale lembrar que os Incoterms têm a finalidade de regular o comércio internacional (divisão de custos e transferência de riscos), e não o mercado interno dos países. A utilização indevida dos termos americanos, principalmente em importações brasileiras, tem gerado uma série de problemas para importadores e bancos, como se pode constatar

na circular 2730/96 do Banco Central.

Antenor Marques

Seabra Junior

Ribeirão Preto - SP

Prezado Antenor, agradecemos muito sua atenção e sua colaboração. Porém, gostaríamos de lembrá-lo que, na coluna referente ao termo FOB, dizemos que ele deve ser aplicado somente em transações internacionais. E informamos também que ele se tornou tão popular que

acabaram surgindo variações “informais” usadas no comércio interno.

Na matéria “O triste fim do pingüim de geladeira”, publicada na edição de setembro, na seção “Melhores Práticas”, na página 58, fala-se que o R-134a é um “fluido à base de CFC”. Na verdade, ele é um fluido livre de CFC.

José Antonio Perrella

Balestieri

Guaratinguetá - SP

Gostaria de sugerir que **Desafios** fizesse uma matéria sobre poluição, meio ambiente e responsabilidade social da indústria têxtil no Brasil. Gostaria muito de ler uma reportagem sobre esses temas na linguagem da revista.

Gisela Xavier da Silva

Montes Claros - MG

Cara Gisela, muito obrigada por sua sugestão. Pretendemos atendê-la em breve.

Gostei muito da matéria “Mudança de marcha”, publicada na edição de outubro, a respeito dos projetos automobilísticos desenvolvidos no Brasil. Ela derruba

ERRAMOS

Na reportagem “Sob o teto que não protege”, publicada na edição de outubro/2006 de **Desafios**, há um erro de informação. No segundo parágrafo da página 17, consta o seguinte trecho: “(...) a pesquisa Perfil Municipal, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou a existência de 16.433 favelas no país. Nelas moram cerca de 2,3 milhões de pessoas...”. Na verdade, a pesquisa constatou a existência de 2,3 milhões de domicílios.



Acesse o conteúdo da revista Desafios do Desenvolvimento no endereço:
www.desafios.org.br